



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS

**O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A VULNERABILIDADE
ECONÔMICA EM IDOSOS DE BAIXA RENDA.** Uma avaliação do programa “eu e
minha aposentadoria – organizando a vida financeira”.

PALMAS – TO
2019

RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS

**O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A VULNERABILIDADE
ECONÔMICA EM IDOSOS DE BAIXA RENDA.** Uma avaliação do programa “eu e
minha aposentadoria – organizando a vida financeira”.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins –
UFT, como requisito para obtenção do título de mestre em
Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Waldecy Rodrigues

PALMAS – TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237i Santos, Rafaela Aires Tavares.

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A VULNERABILIDADE ECONÔMICA EM IDOSOS DE BAIXA RENDA. : Uma avaliação do programa " Eu e minha aposentadoria, organizando a vida financeira" . . / Rafaela Aires Tavares Santos. – Palmas, TO, 2019.

109 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2019.

Orientador: Waldecy Rodrigues

1. Avaliação de Programas e Política Pública. 2. Avaliação de Impacto. 3. Educação Financeira. 4. Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAFAELA AIRES TAVARES

**“O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A VULNERABILIDADE
ECONÔMICA EM IDOSOS DE BAIXA RENDA. UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
“EU E MINHA APOSENTADORIA – ORGANIZANDO A VIDA FINANCEIRA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Tocantins para obtenção do
título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Waldecy Rodrigues

Aprovada em 29/04/2018.

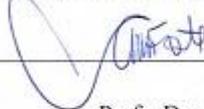
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Waldecy Rodrigues (Orientador)



Prof. Dra. Prof. Dra. Mônica Aparecida Rocha da Silva



Prof. Dra. Cláudia Forte

Àqueles que são meus exemplos de força, fé e amor: ao meu marido, Wilians Santos, Minha Mãe – Raimunda Aires - Pai (*in memoriam*) Florêncio Tavares - aos meus cinco irmãos - Denilson, Sandra, Florêncio Clésio, Sérgio e Reuber..

AGRADECIMENTOS

Ao dono da vida, Deus forte que nos sustenta e é fonte de toda sabedoria, que a gratidão seja um fruto diário em minha vida.

No fim desta jornada, agradeço ao orientador Prof. Dr. Waldecy Rodrigues, que me proporcionou fazer parte deste projeto, e pelas recomendações e intervenções nos momentos estratégicos.

À banca avaliadora deste trabalho, Dra Mônica Aparecida Silva pelas contribuições desde a qualificação e Dra Cláudia Forte que além da banca nos presenteou com uma grande palestra no encerramento do projeto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro.

À Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF- BRASIL pela parceria firmada e pela contribuição com os instrumentos para esta pesquisa.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela contribuição nesta caminhada.

De forma especial, à professora Mestre Juliana Aguiar Melo pelo apoio nas etapas de realização desta pesquisa. Ressalto que sua participação foi essencial.

Aos idosos da Universidade da Maturidade, do CRAS de Taquaruçu, e do CRAS da 407 Norte, os quais me receberam como parte da sua família, compartilharam informações tão pessoais e proporcionaram o bom desenvolvimento deste trabalho.

À coordenação da UMA, dos CRAS's Taquaruçu e 407 Norte, pela parceria que proporcionou a execução desta pesquisa.

Aos alunos membros do Programa de Educação Tutorial – PET– Economia (2018) que se voluntariaram para participarem deste trabalho.

À Louarna Abreu (Lua) que, brilhantemente, colaborou com as gravações do documentário.

À Josicléia Chaves pela inesquecível oficina de economia doméstica.

Ao meu marido Wilians Santos, que acreditou em mim quando eu mesma não acreditava, pelo apoio, pelo cuidado e pela compreensão nesta caminhada.

Aos amigos que participaram, torceram e incentivaram-me.

A todos, e por tudo, Obrigada!

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi avaliar o impacto da educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica de idosos de baixa renda, sendo o objeto de estudo o programa de educação financeira para adultos “Eu e minha aposentadoria – organizando a vida financeira”. Como trajetória da avaliação, inicialmente estruturou-se a oferta do programa nas regiões norte, sul e central do município de Palmas, que aconteceu no período de fevereiro a abril de 2018, seis meses após a primeira intervenção, iniciou-se a etapa de avaliação de impacto. O efeito do programa sobre a vulnerabilidade econômica dos idosos foi aferido por meio da análise de 5 indicadores de impacto: 1) percentual da renda mensal do idoso gasta com as despesas básicas (alimentação, saúde, moradia); 2) hábitos de poupança; 3) comportamento financeiro; 4) conhecimento sobre dívidas e 5) Inadimplência. O método de avaliação utilizado foram os modelos econométricos *Propensity Score Matching* e Diferenças em Diferenças. Os resultados apontaram para efeito positivo do programa sobre cada um dos indicadores de impacto após a intervenção. No indicador 1, o efeito do programa foi de 17,63%; quanto ao indicador que analisa hábitos de poupança o efeito foi de 13,8%; o efeito do programa sobre o comportamento financeiro mostrou um impacto 1,7% nos idosos participantes; o conhecimento sobre dívidas foi aumentado em 5 pontos percentuais e o percentual de inadimplentes foi reduzido em 9%. No geral, os resultados apresentados convergem com a proposta do programa de educação financeira de reduzir a vulnerabilidade econômica do idoso de baixa renda.

Palavras chave: Avaliação de impacto; educação financeira; vulnerabilidade; *Propensity Score Matching*; Diferenças em Diferenças.

ABSTRACT

The objective of this study was to evaluate the impact of financial education on the economic vulnerability of low income elderly people, being that the research object was the adult financial education program "I and my retirement - organizing financial life". As a trajectory of the evaluation, the program was initially structured in the north, south and central regions of the municipality of Palmas, which occurred in the period from February to April 2018, six months after the first intervention, the evaluation stage of impact. The effect of the program on the economic vulnerability of the elderly was obtained through the analysis of 5 impact indicators: 1) percentage of the monthly income of the elderly spent on basic expenses (food, health, housing); 2) saving habits; 3) financial behavior; 4) knowledge about debts and 5) default. The valuation method used was the econometric models Propensity Score Matching and Differences in Differences. The results pointed to the positive effect of the program on each of the impact indicators after the intervention. In indicator 1, the effect of the program was 17.63%; as for the indicator that analyzes savings habits, the effect was 13.8%; the effect of the program on financial behavior showed a 1.7% impact on the elderly participants; the knowledge about debt was increased by 5 percentage points and the percentage of defaulters was reduced by 9%. Overall, the results presented converge with the financial education program's proposal to reduce the economic vulnerability of the low-income elderly.

Keywords: Impact assessment; financial education; vulnerability; Propensity Score Matching; Differences in Differences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade. Brasil 2000.	18
Figura 2 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade. Brasil 2010.....	18
Figura 3 - Fluxo de desenvolvimento de uma estratégia nacional de educação financeira.....	25
Figura 4: Estratégia nacional de educação financeira – ENEF - BRASIL.....	30
Figura 5 - Materiais didáticos disponibilizados pela AEF – BRASIL para execução do programa em Palmas – TO	36
Figura 6 - Reunião inicial CRAS - Taquaruçu	55
Figura 7 - Distribuição dos escores de propensão antes e depois do pareamento	64
Figura 8 - Oficina 1 - UMA.....	65
Figura 9- Oficina 2 - CRAS Taquaruçu.....	67
Figura 10- Oficina 3 - UMA.....	68
Figura 11- Oficina 4 - Taquaruçu	69
Figura 12– oficina 4 – CRAS 407 Norte	69
Figura 13- Evento de encerramento das oficinas do programa de educação financeira.....	70
Gráfico 1- Densidade dos escores de propensão dos indivíduos da amostra antes do pareamento.....	73
Gráfico 2 - Densidade dos escores de propensão dos indivíduos da amostra após o pareamento.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de referência dos conteúdos abordados nas oficinas de educação financeira	34
Quadro 2 - Indicadores de impacto do programa “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida financeira”.....	37
Quadro 3 - Oficinas de educação financeira do programa “Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida financeira”	56
Quadro 4 - Matriz de referência os questionários de comportamento e conhecimento financeiro	58
Quadro 5 - variáveis utilizadas para respostas aos indicadores de impacto.	61
Quadro 6 - variáveis significativas utilizadas no modelo <i>logit</i>	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - idosos que responderam os questionário no período pré e pós intervenção.....	60
Tabela 2 - Características dos indivíduos do grupo de tratamento e controle.....	60
Tabela 3 - T-Test dos algoritmos de <i>matching</i>	63
Tabela 4 - Regressão <i>logit</i> – Contribuição das características individuais para a participação no programa de educação financeira	72
Tabela 5 - escore de propensão.....	73
Tabela 6 - Efeito do tratamento nos tratados (ATT) do programa de educação financeira	76

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O ENVELHECIMENTO E A EXPANSÃO DO CONSUMO ENTRE OS IDOSOS: UM CENÁRIO EMERGENTE PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	16
2.1	O idoso de baixa renda, um consumidor economicamente vulnerável	19
2.2	A importância de se educar consumidores e a Estratégia Nacional de Educação Financeira	22
2.2.1	A Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil	28
2.2.1.1	Estrutura de gestão e ações efetivas da ENEF no Brasil	30
2.2.2	O programa “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida financeira”	33
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	38
3.1	A formação do campo de estudos da avaliação	40
3.1.1	A definição de avaliação e a importância de avaliar	42
3.1.2	Crterios de avaliação	45
4	METODOLOGIA	49
4.1	Modelo para avaliação de impacto - Propensity Score Matching	49
4.2	Estratégia empírica da pesquisa	54
4.2.1	Etapa 1: Aplicação do programa “Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida Financeira”.....	54
4.2.2	Etapa 2: Avaliação de impacto do programa “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida Financeira”.....	57
4.2.2.1	Base de dados primários	57
4.2.2.2	Descrição dos dados	61
4.3	Aplicação do <i>Propensity Score Matching</i>	62
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
5.1	“Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida Financeira” - Os encontros	65
5.2	O impacto do programa de educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica dos idosos	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICES	92
	ANEXOS	96

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, o Brasil começou a passar por um processo de transição demográfica que transformaria a estrutura social do país, de famílias numerosas com muitos filhos, que viviam majoritariamente em zona rural, a sociedade começa a se tornar principalmente urbana, com menos filhos e um contingente cada vez maior de pessoas com 60 anos ou mais. (MIRANDA et al, 2016).

Esse cenário não é exclusivo do país, vem acontecendo em todas as regiões do mundo, entretanto, progride mais rapidamente nos países em desenvolvimento, de forma que, dos 15 países com mais de 10 milhões de idosos, 7 são países em desenvolvimento. Dois fatores são apontados como responsáveis pelo envelhecimento populacional: a redução das taxas de natalidade e a elevação das condições de vida que reduzem a mortalidade e aumentam a expectativa de vida da população. (UFPA¹, 2012, MIRANDA et al, 2016).

O aumento da população idosa vem acompanhado de inúmeras alterações sociais que exigem novos olhares em torno de políticas sociais e econômicas que atendam a demanda dessa parcela da população, o que configura desafios importantes para os governos e formuladores de políticas públicas, principalmente por não se tratarem de um grupo homogêneo, pois são diferentes em termos de idade, sexo, etnia, escolaridade, educação, saúde, renda. Logo, políticas generalistas podem não ser eficientes, entretanto, esses desafios não precisam ser vistos como crise, uma vez que podem e devem ser planejadas intervenções que os transformem em oportunidades. (UFPA, 2012)

A posição social do idoso também foi alterada ao longo dos anos. Nesse sentido, até a década de 90, era visto como integrante da parcela pobre, sem acesso à renda e dependente da família. A partir daí, com o advento das aposentadorias e pensões, o idoso assumiu um novo papel social. Assim, aquele que antes era dependente, agora, em muitos lares brasileiros, passa a ser o provedor, bem como passa a fazer parte da parcela consumidora do país e a ser alvo do mercado de bens, serviços e financeiro, que teve o interesse despertado para novos negócios visando a esse novo público consumidor (BUAS, 2015).

Entretanto, essa nova posição do idoso o coloca em uma situação de vulnerabilidade, haja vista que tem de lidar com investidas e até abusos do mercado e principalmente abuso financeiro, sendo que, na maioria das vezes, esse idoso não tem um suporte social forte que o ajude a se prevenir de situações que vão acarretar impactos negativos em sua qualidade de vida.

¹ Fundo de População das Nações Unidas

Essas investidas partem desde a facilidade de fazer compras parceladas em crediários, cartões de créditos e cartões de lojas até as ações bancárias para a venda de empréstimos consignados que têm como alvo constante o idoso aposentado (DOLL, 2015; UFPA, 2012).

No Brasil, os bancos não apenas oferecem créditos especiais como procuram convencer as pessoas a contratar empréstimos, mesmo que estas não tenham necessidade. Nesse sentido, um grupo que recebe atenção especial dos bancos e empresas financeiras são os idosos de classes populares considerando a melhora de sua condição financeira provocada, especialmente, pelo aumento dos benefícios sociais nas últimas décadas. (BUAS, 2014, p. 92).

Um reflexo dessa vulnerabilidade pode ser percebido pelo crescente número de endividamento da pessoa idosa no Brasil, principalmente dívidas relacionadas ao crédito consignado. Nesse tocante, dados do Banco Central do Brasil apontam que, em janeiro de 2011, o segmento dos servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS foram responsáveis por 85,6% dos empréstimos consignados contraídos no Brasil. Em maio de 2013, as operações de crédito consignado realizados por aposentados e pensionistas do INSS totalizaram 3 bilhões e oitocentos mil reais. O INSS divulga que a faixa salarial de até um salário mínimo foi a que mais se sobressaiu na contratação dos empréstimos, o que significa que a renda mensal será menor por um longo tempo, o que afeta ainda as despesas básicas e essenciais do idoso.

Outro fator que advém de toda essa transformação social do idoso é a inadimplência. Sobre essa questão, os dados do SPC – Brasil 2017 mostram que a inadimplência entre os consumidores dessa fase foi a que mais cresceu no país, e as despesas mais afetadas são as despesas com água, luz e moradia, o que afeta diretamente a qualidade de vida desse idoso, de forma que o impede, por exemplo, de ter uma poupança para situações emergenciais e até mesmo para comprar algo que tenha necessidade ou desejo.

A inserção do idoso de baixa renda nesse cenário não veio acompanhada de uma rede de apoio que o preparasse para lidar com todas essas transformações. Dessa forma, destaca-se a importância de intervenções educativas para essa parcela da população, que é potencialmente mais vulnerável, considerando sua idade, baixa escolaridade e sua classe social (BUAS, 2015).

Diante dessa nova perspectiva, a Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil – ENEF, juntamente com a Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF-BRASIL, propuseram, em 2017, a criação e a execução de um programa de educação financeira com vistas a atender o público idoso, com o objetivo principal de reduzir a vulnerabilidade econômica e elevar as condições de vida da população de baixa renda no Brasil. Para isso, o programa propõe-se a levar conhecimentos básicos de organização e planejamento da vida

financeira de forma adequada ao estilo de vida e principais dificuldades às populações adultas mais carentes, que são majoritariamente de baixa escolaridade e, em muitos casos, possuem déficit cognitivo.

Um primeiro projeto piloto do programa já foi executado em alguns municípios do país em 2017, gerando um relatório de impacto². Cabe ressaltar que a proposta da ENEF e da AEF Brasil é que este projeto venha se tornar uma política pública de amplo alcance, para melhorar a realidade dos adultos economicamente vulneráveis do país. Para alcançar esse propósito, a AEF-BRASIL firma parceiras com instituições em todo território nacional a fim de formar multiplicadores do programa, e os principais parceiros são as instituições de ensino, escolas, universidade, governos, municípios e centros de atenção especializada em público de baixa renda.

A Educação financeira como ferramenta estratégica de melhoria social e econômica das famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade ganhou espaço nas últimas décadas. Programas e ações de órgãos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD em parceria com o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Bancos Centrais deram início a uma expansão do tema por vários países no mundo. Os primeiros a aderir foram os Estados Unidos e o Reino Unido, e atualmente mais de 50 países, incluindo o Brasil, têm implementado a ENEF e desenvolvem programas a nível nacional para levar o tema para as escolas, universidades e comunidade em geral.

Segundo Van Rooij, Lusardi, & Alessie (2011), levando em consideração o fato de a educação financeira influenciar o comportamento financeiro dos indivíduos, cada vez mais são desenvolvidas estratégias e medidas, não só a nível nacional como internacional, no sentido de aumentar o nível de literacia financeira da população. Uma dessas medidas passa pela promoção da educação financeira, nomeadamente em escolas e em diversos locais de trabalho. Muitas dessas medidas destinam-se a um público-alvo distinto que, por norma, é mais vulnerável e considerado de risco.

Nesse sentido, Souza (2003) e Barros e Lima (2012) explicam que investir em um programa social é uma decisão que os formuladores de políticas públicas tomam antes de estabelecer uma política pública, partindo do pressuposto de que aquela intervenção terá um impacto positivo sobre um conjunto de resultados de interesse coletivo ou individual, ou que pelo menos beneficiem uma parcela da sociedade.

² Disponível em: www.vidaedinheiro.gov.br

Logo, construir programas e políticas de desenvolvimento de amplo alcance é pensar em ações que são, geralmente, elaborados para alterar resultados como, por exemplo, aumentar a renda, melhorar o aprendizado ou reduzir doenças. Outro fator que se destaca nesse processo é a medida de mudança após o desenvolvimento de um programa, pois perceber e medir se essas mudanças aconteceram devido à execução de um programa ou política é de suma importância.

Posto isso, a Universidade Federal do Tocantins - UFT, em 2017, tornou-se uma parceira da AEF-BRASIL, por meio do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, e propôs-se a executar, inicialmente, um dos programas de educação financeira desenvolvidos pela associação, o Programa de Educação Financeira “Eu e minha aposentadoria, organizando a vida financeira”, que tem como público alvo idosos de baixa renda.

O programa foi executado, como parte desta pesquisa de dissertação, na UFT, com os idosos alunos da Universidade da Maturidade - UMA e também com idosos cadastrados em dois Centros de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Palmas, no período de fevereiro a abril de 2018.

Além da oferta do programa, esta dissertação propôs-se, majoritariamente, a avaliar os efeitos do programa sob o questionamento: Qual o impacto do programa de Educação Financeira “Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida financeira” sobre a vulnerabilidade econômica dos idosos de baixa renda?

A partir da avaliação de impacto, é possível analisar se os recursos investidos foram efetivos, ou seja, foram capazes de alterar a trajetória natural dos indicadores que representam seu objetivo geral entre aqueles indivíduos que dele participam, além disso vale destacar que avaliar o impacto é fundamental para garantir o bom emprego dos recursos públicos e privados (AEF-BRASIL, 2017). Gertler et al (2011) reforçam que a avaliação de impacto fornece um arcabouço de ferramentas que os gestores públicos podem usar para verificar e melhorar a qualidade, eficiência e efetividade das intervenções nas várias etapas de execução de uma política ou programa.

Souza (2006) defende que a repercussão de uma política pública sobre uma sociedade serve como justificativa para o interesse comum de estudos de pesquisadores de diversas áreas de saberes, economia, ciência, sociologia, gestão, entre outros. Ainda de acordo com a autora, os estudos sobre a temática são contributivos empírica e cientificamente. Compartilha essa ideia Myrdal (1972), enfatizando que o acervo de conhecimentos técnicos e científico é uma vantagem que países subdesenvolvidos podem obter, porém, para isso, necessitam de pesquisas atualizadas em todos os setores de atividades.

Como metodologia de avaliação do impacto do programa sobre a vulnerabilidade econômica dos idosos foram utilizados dois modelos econométricos: o *Propensity Score Matching* (PSM), ou escore de propensão por pareamento, e o Diferença-em-Diferenças (DD). O primeiro é um modelo estatístico aplicado para balancear um conjunto de características contidas em bases de dados distintas para tornar os grupos de tratamento e controle mais homogêneos tanto quanto for possível em relação às características contidas em tais bancos de dados (STUART et al., 2014). O segundo modelo, Diferenças-em-Diferenças, avaliou o programa por meio da comparação das mudanças ocorridas no tempo, ou seja, antes e depois da intervenção nos grupos de tratamento e controle.

Em conjunto, os modelos forneceram como resultado o efeito do tratamento nos indicadores de: a) renda gasta com as despesas básicas (alimentação, saúde, moradia, água e luz); b) inadimplência; c) hábito de poupança; c) comportamento financeiro e d) conhecimento sobre dívidas. Estes indicadores permitiram avaliar em que aspectos o programa se mostrou efetivo, seja no ganho de conhecimento ou no comportamento financeiro.

Estruturalmente, esta dissertação está dividida em seis capítulos. Neste primeiro capítulo, foram apresentadas as principais motivações da pesquisa e os objetivos do estudo realizado. No capítulo dois, é traçado um panorama relacional entre o envelhecimento, o idoso como consumidor potencialmente vulnerável e a importância das intervenções educacionais para a melhoria do cenário de vulnerabilidade. No capítulo três, apresenta-se o contexto das políticas públicas, suas origens, conceituação e critérios de avaliação. O quarto capítulo faz a trajetória metodológica da pesquisa, apresentando, de forma mais detalhada, os dados e métodos utilizados. No capítulo cinco, tem-se a análise e a discussão dos resultados. Finalmente, no último capítulo, são apresentadas as considerações finais.

2 O ENVELHECIMENTO E A EXPANSÃO DO CONSUMO ENTRE OS IDOSOS: UM CENÁRIO EMERGENTE PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Dados da Organização das Nações Unidas - ONU (2011) apontam que, em cada 9 pessoas no mundo, uma tem 60 anos ou mais. Estima-se que, em 2050, para cada 5 pessoas, 1 terá 60 anos. Assim, pela primeira vez, haverá mais idosos do que crianças menores de 15 anos. As projeções mostram ainda que, nos países desenvolvidos, a expectativa de vida será de 87,5 anos para homens e de 92,5 para as mulheres em 2050, nos países em desenvolvimento, a previsão é que homens cheguem aos 82 anos e as mulheres aos 86.

Existem dois aspectos importantes que estão ligados ao processo do envelhecimento da população. Um refere-se ao aumento da longevidade, quando o envelhecimento é considerado um triunfo no processo de desenvolvimento, uma vez que reflete o processo de melhoria nas condições de nutrição, sanitárias, avanços médicos, no ensino, na segurança e no bem-estar econômico, o que contribui para a diminuição da mortalidade. O outro relaciona-se com o declínio da fecundidade (UNFPA, 2012).

Em relação a isso, Miranda et al. (2016) explicam que a transição demográfica inicia com a redução das taxas de mortalidade e, depois de um tempo, com a queda das taxas de natalidade, provocando significativas alterações na estrutura etária da população. Kalache (1987), por outro lado, destaca que, para que ocorra o processo de envelhecimento de uma população, o que primeiro acontece é queda da fertilidade, de forma que um menor ingresso de crianças na população faz com que a proporção de jovens nela diminua.

O crescimento da população idosa é consequência de dois processos: a alta fecundidade no passado, observada nos anos 1950 e 1960, comparada à fecundidade de hoje, e a redução da mortalidade da população idosa. Por um lado, a queda da fecundidade modificou a distribuição etária da população brasileira, fazendo com que a população idosa passasse a ser um componente cada vez mais expressivo dentro da população total, resultando no envelhecimento pela base. Por outro, a redução da mortalidade trouxe como consequência o aumento no tempo vivido pelos idosos, isto é, alargou o topo da pirâmide, provocando o seu envelhecimento. (CAMARANO, 2002, p. 25).

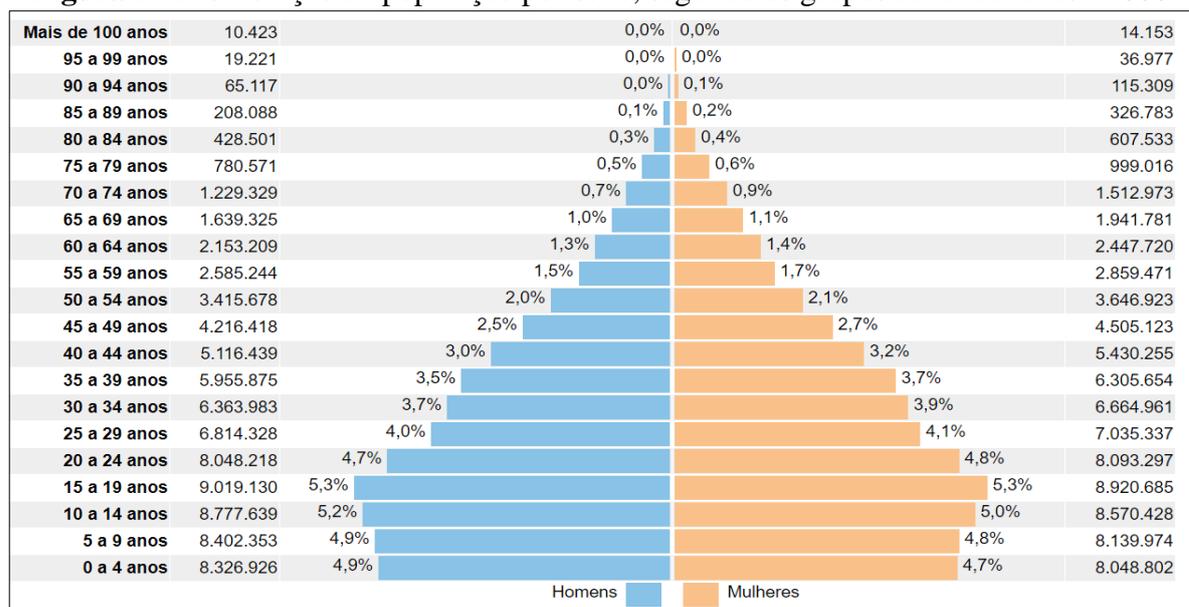
Para Alves (2008), estamos passando por um dos melhores momentos demográfico de toda a história da humanidade, que é a transição demográfica, a qual, de modo geral, “começa com a queda das taxas de mortalidade e, depois de certo tempo, prossegue com a queda das taxas de natalidade, o que provoca uma forte mudança na estrutura etária da pirâmide populacional”.

Essa transição demográfica encontra-se em diferentes fases ao redor do mundo, acontece de forma heterogênea e caracteriza-se pela redução da taxa de fecundidade, pela diminuição da mortalidade e conseqüentemente pelo aumento da expectativa de vida. Um processo que teve início na Europa, onde o primeiro fenômeno observado foi a diminuição da fecundidade no período da Revolução Industrial. O aumento na expectativa de vida, por sua vez, ocorreu de forma mais lenta, foi subsidiada pela melhoria nas condições sociais e de saneamento, com o advento do uso de antibióticos e de vacinas (CLOSS; SCHWANKE, 2012).

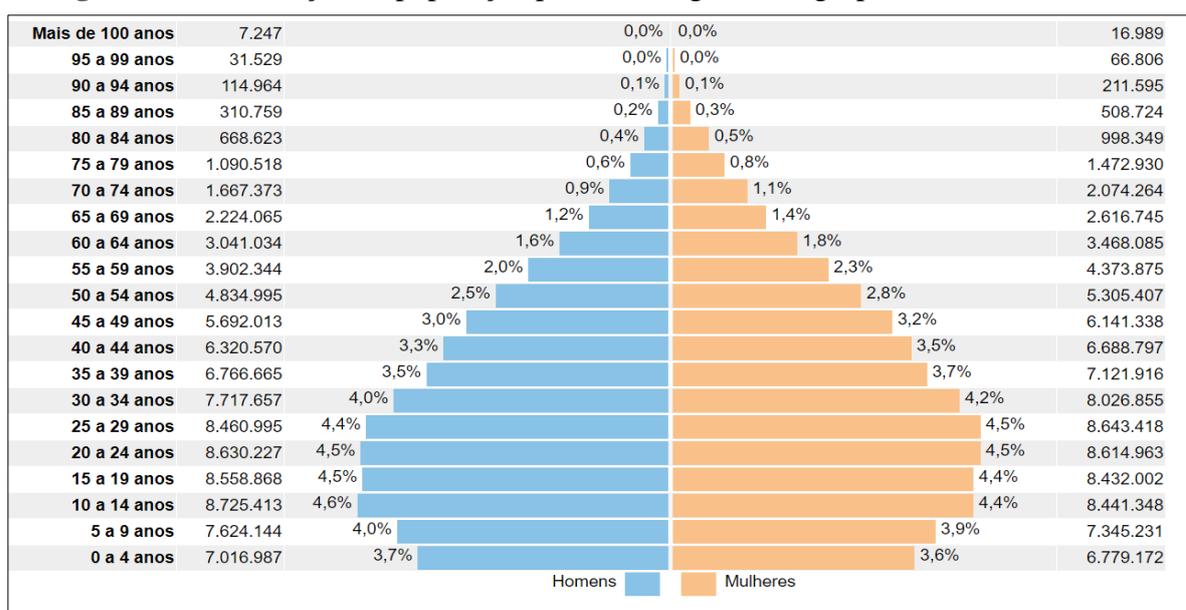
No Brasil, os dados para o envelhecimento mostram que, até os anos 60, a população brasileira apresentava certa estabilidade e sua distribuição etária caracterizava-se por uma quase constância. Entre os anos 1940 e 1960, o Brasil experimentou um significativo declínio da mortalidade, mantendo a fecundidade em níveis bastante altos, gerando uma população jovem com rápido crescimento. No censo de 1970, 42% da população tinham menos de 15 anos e 5% tinham mais de 60 anos (CLOOS; SCHWANKE, 2012; IBGE, 2010).

A proporção de idosos na população brasileira esteve abaixo de 10,0% entre 1950 e 2000. Neste período, a participação relativa do grupo etário jovem declinou de 41,8% no primeiro ano para 28,6% no segundo, com tendência a manter-se. Por outro lado, a população idosa mais do que duplicou sua importância relativa, passando de 2,4%, em 1950 para 5,4%, em 2000. Neste período, aconteceram os dois fenômenos, a queda da mortalidade e o decréscimo da fecundidade, este último mostra que, em 1940, a média de filhos por mulher era de 6,2 e passou para 2,3 em 2000 e 2,1 em 2003 (CLOSS; SCHWANKE, 2012; LEBRÃO, 2007).

No período de 2005 a 2015, a participação de pessoas de 0 a 14 anos na população brasileira passou de 26,5% em 2005 para 21,0% em 2015, o mesmo aconteceu com pessoas do grupo de idade de 15 a 29 anos, que foi de 27,4% para 23,6% no mesmo período, já a proporção de adultos de 30 a 59 anos aumentou de 36,2% para 41%, e a participação de idoso acima dos 60 anos passou de 9,8% para 14,3% (IBGE, 2016). As figuras 1 e 2 mostram a diferença na pirâmide etária da população brasileira entre os períodos de 2000 a 2010.

Figura 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade. Brasil 2000.

Fonte: IBGE.

Figura 2 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade. Brasil 2010

Fonte: IBGE.

Estes dados sobre a realidade brasileira, no momento em que já se ultrapassou pouco mais de uma década do século XXI, apresentam crescimento expressivo da população idosa, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos, e trazem à reflexão a necessidade de uma atenção prioritária às demandas desse núcleo populacional (SILVA, 2016).

O envelhecimento da população é considerado um dos maiores triunfos da humanidade; por outro lado, a compreensão da longevidade como conquista da humanidade requer um redirecionamento das ações do Estado destinadas ao segmento social idoso e a todas as

gerações, ao mesmo tempo em que é um dos grandes desafios a ser enfrentado pela sociedade, haja vista que esse processo reflete o aumento de demandas sociais e econômicas e indica a necessidade de se compreender, nos âmbitos individual e social, a velhice e suas consequências (MIRANDA et al., 2016; SILVA, 2016).

Nesse cenário, o grupo de idosos passa a ser um contingente populacional expressivo de crescente importância relativa no conjunto da sociedade brasileira, daí decorre uma série de novas exigências e demandas em termos de políticas públicas de saúde e inserção ativa dos idosos na vida social. Essas exigências passam pela promoção de políticas públicas que garantam ao idoso a autonomia física e financeira, acesso aos direitos básicos de todo ser humano: alimentação, habitação, saúde, trabalho e educação, além disso, formas que mantenham o idoso integrado à sociedade, não somente entre eles, mas também com gerações mais jovens (CAMARANO; PASINATO, 2016).

Esse processo de transição demográfica tem também despertado o interesse de pesquisadores que têm buscado estudos nas mais diversas áreas, entre estas destacam-se medicina, enfermagem, saúde coletiva, psicologia, antropologia, sociologia, entre outras, nas quais tem sido sinalizada a importância de conhecer e compreender o processo de envelhecimento, o seu impacto nas esferas do trabalho e consumo, a realidade do idoso, suas características e potencialidades, bem como a necessidade de propor melhorias para esse grupo específico, gerando conhecimento.

2.1 O idoso de baixa renda, um consumidor economicamente vulnerável

Até o início da década de 90, a imagem do idoso na sociedade era relacionada à pobreza, entretanto, a partir desse período, o idoso brasileiro passa a ter importância no mercado de consumo, uma vez que se concentra entre a parcela da população mais vulnerável, e não entre os pobres. Um dos principais motores dessa nova perspectiva do idoso é o acesso a uma melhor renda, construída principalmente pelas pensões e aposentadorias. Nesse tocante, os rendimentos dessa classe da população evoluíram de R\$ 660,00 em 1992 para R\$ 1.092,00 em 2009 (BUAS, 2015; MELO et al. 2014).

“Essa melhoria é resultado da universalização da ampliação da cobertura da previdência e da legislação da assistência social estabelecidas pela Constituição de 1988, que garantem aos idosos carentes maiores de 65 anos um salário mínimo mensal” (CAMARANO et al., 2014, p. 66). As pensões e as aposentadorias são importantes fontes de renda para os idosos, pois ter um rendimento regular é essencial, uma vez que temos um mercado de trabalho instável e precário,

marcado por altas taxas de desemprego e dificuldade de acesso, especialmente para essa classe. O rendimento fixo, mesmo pequeno, traz liberdade e uma maior independência ao idoso, que passa a ter o seu poder de consumo aumentado, o que permite a ele ter acesso a serviços e produtos que antes não eram possíveis. Esse fato trouxe para os idosos e para as famílias deles um seguro contra a pobreza (DOLL, 2009; BUAS, 2015).

A melhoria na renda dos idosos vem acompanhada de mudanças importantes no cotidiano deles, uma delas é a absorção de novos valores e o despertar de novas necessidades, influenciados pelas transformações sociais e pelo avanço tecnológico, o que reflete, grande parte das vezes, em uma atitude mais ativa perante a vida. A exemplo disso, muitos têm voltado a estudar, entraram na faculdade, participam de capacitação, grupos de convivência, organizam eventos, viagens, aprendem novas línguas, conhecem e defendem seus direitos. Isso, somado a um maior acesso à renda e investidas do mercado de bens, faz dos idosos consumidores em potencial (MARINO et al. 2013).

Desencaixado da imagem de inválidos, homens e mulheres que já ultrapassaram a barreira dos 60 anos, voltam às faculdades para estudar, organizam-se em grupos para viajar e aproveitar a vida, cuidam da aparência e da saúde. Parte dessa mudança de comportamento está ligada ao aumento do número de idosos acima dos 60 anos (BALLSTAEDT, 2007, p. 9)

Essa transformação desperta o interesse para novos negócios voltados a atender as demandas de um novo segmento, nesse sentido, os idosos dos grupos populares vêm sendo vistos no Brasil como novos consumidores, ante isso, o mercado de bens e serviços não desacelera o seu investimento no público idoso, a cada dia são formados contextos de “consumo facilitado” por meio de parcelamentos, crediários próprios e principalmente pela oferta de crédito consignado (BUAS, 2014).

Dados do Banco Central do Brasil apontam que, em janeiro de 2011, o segmento dos servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS foi responsável por 85,6% dos empréstimos consignados contraídos no Brasil. Em maio de 2013, as operações de crédito consignado realizados por aposentados e pensionistas do INSS totalizaram 3 bilhões e oitocentos mil reais.

No Brasil, o crédito é expansivamente promovido, por aqui se conseguiu a façanha de transformar as pensões e aposentadorias em objetos de apropriação do crédito consignado, no Brasil anuncia-se o crédito de forma abusiva em toda a mídia, diante disso, emerge-se a necessidade de produção de ferramentas para a prevenção da ruína econômica e da exclusão social do consumidor que por vezes não consegue pagar as dívidas. (BUAS, 2015, p. 28).

Doll (2008) explica que o idoso de baixa renda faz uso do empréstimo consignado por vários motivos, para melhoria da casa, pagamento de dívidas e, ainda, um motivo comum, para outros membros da família, que muitas vezes têm nesse idoso a sua principal fonte de renda. Sobre isso, de acordo com dados do IBGE (2010, em 2009, 64,1% dos idosos brasileiros assumiram a responsabilidade de chefes de família. Doll (2015) aponta esse fenômeno como uma alteração no caminho tradicional, em que os filhos cuidariam dos pais, e agora os pais cuidam dos filhos. Estimativas como da PNAD (2012) apontam que, em 6,5 milhões de famílias em que o idoso era o chefe, encontravam-se filhos adultos às expensas dele.

Esse contexto de investidas mercadológicas e novos arranjos familiares é também um cenário muito propício para o crescimento do endividamento dessa parcela da população, principalmente porque suas condições sociais e econômicas os classificam consumidores potencialmente mais vulneráveis (BUAS, 2014). O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostrou que, nos últimos anos, a terceira idade tem sido a faixa etária que mais se endividou. A dívida mais comum entre os idosos é o empréstimo consignado, que é descontado diretamente da sua aposentadoria ou pensão.

A situação dos aposentados e pensionistas, as vantagens do novo crédito e o marketing agressivo mostraram resultados, o “crédito consignado” teve um sucesso enorme. Nos primeiros 7 meses, os bancos emprestaram neste formato mais que 11,5 bilhões de reais em, no total, 6,8 milhões de contratos. De 2004 a dezembro de 2007 foram contratados 30,6 bilhões de reais em 23,6 milhões de contratos. De fato, a tendência continua forte. Somente em maio de 2012 foram emprestados 2,9 bilhões de reais em 876.326 contratos. A maioria dos contratantes possui uma renda de até um salário mínimo. (DOLL, 2016, p. 13).

Em relação a isso, Buas (2014) enfatiza que não se trata de condenar a contratação de empréstimo, mas, sim, de criar mecanismos que orientem os consumidores a se posicionar diante da oferta dele. Cezar (2007) comenta que é preciso informar o consumidor idoso de todos os riscos de contratos no momento de uma decisão financeira, seja a solicitação do empréstimo, a adesão ao cartão de crédito, a aquisição de um bem financiado, até crediário em lojas, a fim de que ele possa realizar de forma racional o planejamento financeiro.

Destaca-se que a criação de estratégias de enfrentamento desses fenômenos que desencadeiam repercussões negativas, como o endividamento e o superendividamento na vida dos consumidores, é uma forma de reduzir a vulnerabilidade econômica e social, pois, conforme destacado por Carmo (2011), a concepção de vulnerabilidade econômica não está condicionada estritamente à ausência ou à precariedade de renda, mas estão também atreladas a fragilidades educacionais, comportamentais, vínculos afetivos e desigualdades no acesso a bens e serviços,

e que é um contexto que se associa tanto a situações individuais quanto coletivas. Logo, o indivíduo vulnerável é aquele que não necessariamente sofrerá danos, mas está suscetível a este por possuir desvantagens sociais em função da sua condição de cidadão fragilizado, ao mesmo tempo ele pode ser apoiado de forma a criar capacidades necessárias para as mudanças em suas condições de vida (CARMO 2011).

A condição de vulnerabilidade do consumidor idoso passa pelo princípio estabelecido no inciso I do Artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor, que descreve o consumidor como vulnerável perante o fornecedor, considerando que este é detentor do conhecimento técnico da produção e do fornecimento de seu serviço e exerce influência direta nas escolhas feitas pelo consumidor. Esse poder de influência aliado à necessidade e à vontade de consumir e ainda à necessidade de inclusão ou de aceitação podem ser um risco à população idosa que vive com renda mínima.

Diante de cenários como esse, o desenvolvimento de ações para promoção do consumo consciente e proteção dos idosos contra o superendividamento tornam-se urgentes e podem ser muito efetivas na redução da situação de vulnerabilidade. Ressalta-se que estas ações devem partir de duas esferas, a jurídica e a educacional. Além das intervenções legais, o desenvolvimento de ferramentas de educação que estimulem reflexões sobre o consumo e que subsidiem a tomada de decisão financeira podem ser grandes aliadas dessa classe etária na sociedade contemporânea (BUAS, 2015). Buas (2016) sugere ainda o desenvolvimento de práticas educativas, partindo das experiências de consumo vividas pelas pessoas, de forma que sejam construídos novos sentidos acerca de suas realidades e produzida uma releitura crítica do seu cotidiano a fim de que reflitam sobre suas prioridades.

De acordo com Braunstein e Welch (2002), esse tipo de ação importa, uma vez que envolve contribuir com o desenvolvimento das habilidades do indivíduo em lidar com o seu dinheiro, pois a administração ineficiente é uma forma de deixar o consumidor vulnerável a crises financeiras; por outro lado, quando se detém a informação necessária para o gerenciamento financeiro, o mercado se torna menos assustador.

2.2 A importância de se educar consumidores e a Estratégia Nacional de Educação Financeira

A educação financeira pode ser compreendida como a habilidade dos indivíduos em fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante vida (PINHEIRO,

2011). A definição de educação financeira da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005) é uma das mais reconhecidas e utilizadas na literatura:

O processo pelo qual os consumidores / investidores financeiros melhoram sua compreensão dos produtos financeiros, conceitos e riscos e, por meio de informações, instruções e / ou conselhos objetivos, desenvolver habilidades e confiança para se tornar mais consciente dos riscos e oportunidades financeiros, fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005).

A OCDE (2005) destaca ainda que o processo da educação financeira deve ser realizado de forma justa e imparcial, de forma a promover o desenvolvimento das competências individuais sempre atentando para as características de cada local de maneira a adequar-se à realidade dos participantes. O resultado desse processo é a alfabetização financeira que se trata de “uma combinação de consciência financeira, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, em última análise, alcançar o bem-estar financeiro” (OCDE / INFE, 2012, p. 82).

Remund (2010) explica que a alfabetização financeira é uma medida sobre o entendimento dos principais conceitos financeiros, bem como a habilidade e a confiança para gerir as finanças pessoais por meio do planejamento sólido de longo prazo e da tomada de decisões de curto prazo, tendo ainda consciência de eventos e mudanças nas condições econômicas e na vida cotidiana como um todo.

A alfabetização financeira tornou-se uma habilidade vital fundamental para indivíduos, bem como micro e pequenas empresas. A educação financeira pode ajudar aumentando o conhecimento financeiro, habilidades e atitudes. Por sua vez, isso pode contribuir para a participação dos indivíduos (incluindo vulneráveis e de baixa renda) na vida financeira, econômica e social, bem como para seu bem-estar financeiro. Como complemento à inclusão financeira e à proteção financeira do consumidor, a educação financeira também é importante para restaurar a confiança nos mercados financeiros, e pode suportar a estabilidade financeira. (OCDE, 2013).

A alfabetização financeira não deve ser algo rebuscado ou difícil, o ideal é que se comece devagar, com noções básicas, por exemplo: as características e o uso de produtos financeiros, desmitificando o conceito de dívida, progredindo para os mais avançados, que lidam com o conhecimento de conceitos financeiros, o desenvolvimento de habilidades e atitudes para o gerenciamento das finanças pessoais. Dessa forma, é possível atingir as mudanças comportamentais positivas (OCDE, 2013).

As mudanças promovidas pela educação financeira trazem inúmeros benefícios aos indivíduos e à sociedade como um todo. Por meio desse processo, é possível capacitar os

indivíduos e permitir que eles gerenciem melhor as finanças e os recursos pessoais e domésticos. É um processo que se aplica tanto às classes médias emergentes quanto às consolidadoras, que talvez precisem administrar melhor suas finanças em horizontes de tempo mais longos, e aos pobres e aos financeiramente excluídos (GARCIA et al., 2013).

Os benefícios da educação financeira não ficam somente nos indivíduos e famílias, eles se estendem para a economia em geral, uma vez que ela tem o poder de promover na população competências para a tomada de decisão de forma segura e pensada, oferece a comunidade fontes de informações que permitem a defesa dos seus direitos como consumidores, além de elevar a capacidade de compreender políticas econômicas e sociais adotadas em sua própria economia (GARCIA, et al., 2013).

Esse aspecto “cívico” da alfabetização financeira, visto como um componente importante do capital humano, é enfatizado pelos formuladores de políticas em economias emergentes, como as da América Latina a ideia de que consumidores mais instruídos e informados tomarão melhores decisões financeiras ao longo de sua vida, que, como um todo, favorecerá a estabilidade e o desenvolvimento do sistema financeiro. (GARCIA, et al., 2013, p. 20).

Visto isso, na última década, a educação financeira foi destaque como alvo de políticas públicas em diversos países, de forma que os formuladores de políticas têm entendido a relevância da educação financeira e vêm adotando-a como um antídoto necessário para a crescente complexidade das decisões financeiras dos consumidores. Em um período inicial, as pesquisas e ações sobre educação financeira estiveram concentradas majoritariamente nos Estados Unidos e no Reino Unido, tendo como principal foco o ensino médio e universitário (FERNANDES, et al., 2014; SAVOIA et al., 2007).

A OCDE (2005) destaca alguns fatores que têm levado à conscientização da necessidade de educar os consumidores, entre eles destacam-se os desafios econômicos, as fortes evidências de baixos níveis de alfabetização financeira e de seus efeitos adversos sobre indivíduos e famílias, os riscos crescentes transferidos dos governos para os indivíduos e o surgimento de mercados financeiros e produtos cada vez mais sofisticados. Savoia e Santana (2007) destacam que as mudanças tecnológicas, a globalização e mudanças regulatórias e institucionais também conduzem a uma necessidade de se educar o indivíduo para o consumo, uma vez que passam a exigir do cidadão uma postura mais ativa diante da vida financeira.

Diante disso, em 2002, a OCDE iniciou os trabalhos de conscientização dos governos para criação de instrumentos voltados ao tema da educação financeira. Desde então, foram lançados projetos e encabeçados esforços para o fortalecimento das ações em todo o mundo.

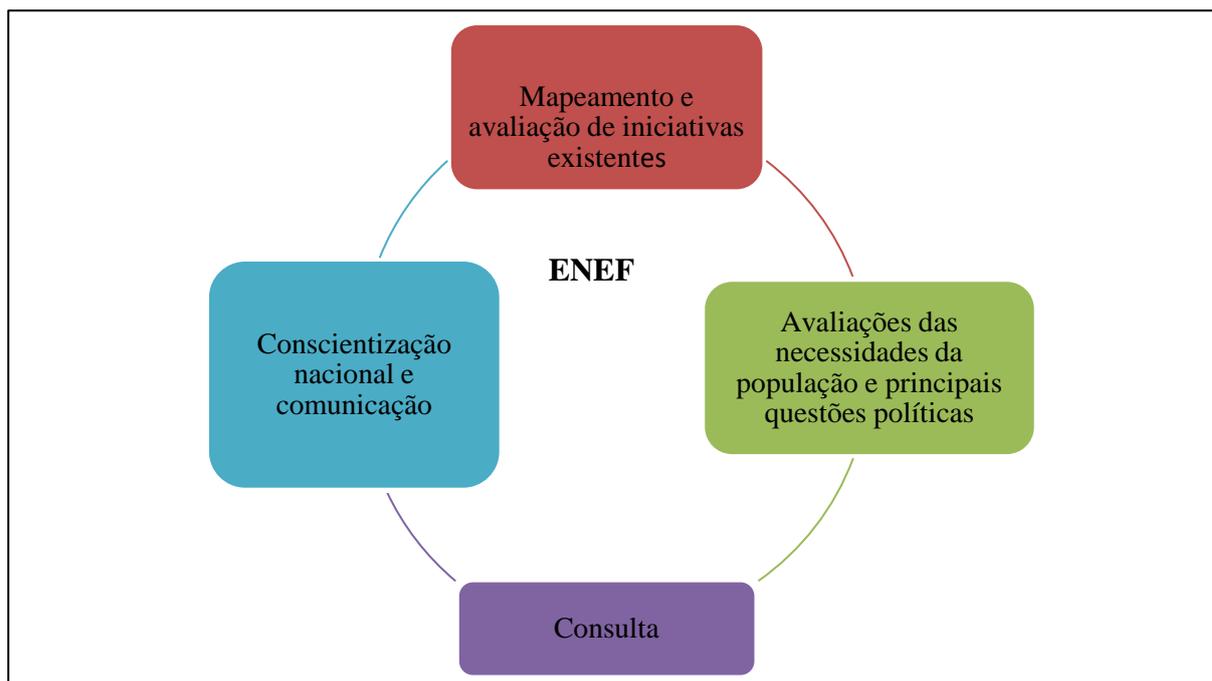
Nesse contexto, em 2008, foi fundada a *International Gateway for Financial Education* – INFE, uma rede, braço da OCDE, que busca promover e facilitar a cooperação internacional entre os formuladores de políticas públicas e partes interessadas em questões relacionadas à educação financeira. Entre as funções da INFE estão a coleta de dados sobre educação financeira, o desenvolvimento de relatórios analíticos e comparativos, a pesquisa e o desenvolvimento de instrumentos de políticas. Assim, desde 2008, um número crescente de governos mostram engajamento no desenvolvimento de ações para a promoção da educação financeira em seus países. Atualmente mais de 200 instituições e mais de 100 países são parceiros da INFE (OCDE, 2015).

Um dos projetos destaque na criação de instrumentos voltadas à educação financeira, promovido e incentivado pela OCDE nestes últimos anos, são as Estratégias Nacionais de Educação Financeira- ENEF – que são abordagens à formação financeira, realizadas por uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira, coordenada e desenvolvida a nível nacional, envolvendo um programa que reconhece a importância das ações que promovem e permitem o desenvolvimento de programas e políticas que dão acesso à educação financeira no país.

O desenvolvimento de uma ENEF passa pela promoção da importância da educação financeira e pela identificação de lacunas e necessidades no país. Idealmente, o desenvolvimento de uma ENEF deve passar por uma sequência de processos, envolver uma avaliação apropriada, mapeamento, processos consultivos e de comunicação e pesquisas preparatórias. Essa preparação deve preferencialmente ser conduzida pelo governo, uma autoridade pública ou reguladora ou um órgão consultivo / de direção nacional. Além disso, envolve a identificação de um líder ou um coordenador nacional (OCDE, 2012).

Figura 3 - Fluxo de desenvolvimento de uma estratégia nacional de educação financeira

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de OCDE, 2012.



- a) **Mapeamento e avaliação das iniciativas existentes:** Esta etapa permite a identificação de parceiros relevantes e confiáveis, além de práticas operacionais e replicáveis, bem como possíveis ineficiências e / ou lacunas no país.
- b) **Avaliações das necessidades da população e principais questões políticas:** Trata-se do levantamento das necessidades da população no que tange à educação financeira e ainda das principais deficiências da política nacional. As avaliações devem basear-se em uma avaliação nacional de educação financeira.
- c) **Consulta:** O mecanismo de consulta pode incluir processos consultivos e / ou a criação de uma plataforma ou conselho dedicado, incluindo partes interessadas relevantes. O escopo e o nível de formalidade dessas estruturas dependerão das circunstâncias e do contexto do país.
- d) **Conscientização nacional e comunicação:** A comunicação adequada dos resultados desta fase preparatória e o anúncio oficial do lançamento e do desenvolvimento da ENEF para as partes interessadas e para o público devem ser ativamente promovidos e divulgados. A comunicação apropriada pode ajudar a aumentar ainda mais a conscientização sobre a importância da educação financeira e reforçar a adesão dos principais interessados e do público alvo em geral. (OECD, 2012)

A construção do quadro da Estratégia Nacional de Educação Financeira é flexível e adaptado às circunstâncias nacionais. Ele deve contar com a transparência governamental e

coordenativa, e ainda com mecanismos de governança que permitam o compartilhamento de funções, definições de responsabilidade e divulgação dos resultados (OCDE, 2012). De acordo com as necessidades da população, levantadas por meio de uma avaliação, as ENEF's são projetadas com vistas ao aproveitamento dos recursos existentes, à coordenação de programas já em desenvolvimento com o objetivo de melhorar a eficiência da educação financeira. (OCDE, 2013).

A existência de uma estratégia nacional de educação financeira favorece a promoção do tema no país e cria diretrizes para balizar iniciativas concretas, sejam do Estado, da iniciativa privada ou sociedade civil. A estratégia torna-se a principal referência para leis, políticas públicas e programas multissetoriais, contribuindo para gerar ampla mobilização. (OCDE, 2013, p. 5).

Governos em todo o mundo estabelecem cada vez mais Estratégias Nacionais para a Educação Financeira. Até 2015, 59 países já haviam implantado a suas Estratégias Nacionais de Educação Financeira. Na Europa, por exemplo, em toda zona do Euro, foi lançado, pelo parlamento europeu, um conjunto de recomendações que incluem a implementação de programas de formação financeira nas escolas primárias e secundárias, além de uma recomendação específica para a necessidade de estabelecer programas específicos, junto com a assistência social, aos pensionistas e pessoas que já se encontram no fim da carreira profissional. (WILLIAMS, 2011). Nos Estados Unidos, em 2015, quase metade do país tinha algum tipo de curso de finanças pessoais como parte do currículo do ensino médio (DUARTE, 2016)

Na América Latina, uma cooperação foi formada com o Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos – CEMLA para a promoção da educação financeira, no entanto ainda poucos países da América Latina e Caribe têm formulada a Estratégia Nacional, porém ao mesmo tempo, muitos desenvolveram iniciativas e programas - com algumas inovações interessantes, como o uso da educação financeira no programa de transferências condicionadas de renda (GARCIA, 2013).

O destaque que a temática ganhou entre os países nos últimos anos atesta, para Garcia (2013), a relevância, cada vez mais acentuada, e a significância da educação financeira. Esse processo mostra também um reconhecimento, por parte dos países, da necessidade de seus cidadãos, bem como a importância da alfabetização financeira como uma habilidade de vida para o século XXI, além da relevância de seu papel como política de inclusão e de defesa do consumidor e de contributo para estabilidade econômica (OCDE, 2013).

Alguns fatores foram decisivos para este “boom” no número de Estratégias Nacionais, entre eles a persistente situação financeira e econômica difícil que agiu como um catalisador

para a atenção dos decisores políticos à necessidade de educação financeira; a crescente relevância do diálogo político internacional sobre essas políticas; os resultados de avaliações de impactos com resultados positivos realizados na Austrália, Holanda, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos; a atenção de fóruns globais como o G20, seguidos de fóruns e associações regionais, como a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Associação de Bancos Centrais da América Latina e do Caribe (CEMLA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Europeia (UE) e ainda a oportunidade de clarear sobre a relevância dessas políticas para a estabilidade financeira e o desenvolvimento inclusivo. A ampla filiação da OCDE / INFE (107 países) e seu trabalho dedicado nos últimos anos também contribuíram muito para a promoção de estratégias nacionais em todo o mundo (OCDE, 2013).

Fernandes (2014) salienta que a criação desse tipo de intervenção é uma resposta óbvia e de senso comum à crescente complexidade do mundo financeiro. “Existem muitos domínios da política social em que é óbvio o que deve funcionar para corrigir um problema social” (FERNANDES, 2014, p. 30).

2.2.1 A Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil

Por muitos anos, os investimentos em ações para promover a educação financeira no Brasil foram tímidos, pois faltava um conjunto de políticas mais arrojado que objetivasse educar financeiramente os cidadãos brasileiros. Entretanto, em 2010, um passo importante foi dado para alargar as ações de Educação Financeira no Brasil. Neste ano, criou-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, instituída como política de Estado de caráter permanente, a qual tem como principal característica a gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia.

A implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil iniciou em 2007, quando o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros – COREMEC, que é composto pelo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) constituiu um Grupo de Trabalho (GT) que se responsabilizou pela emissão de um plano de ação com metas detalhadas, priorização de áreas, estrutura de governança, soluções de financiamento e uma sistemática de avaliação e monitoramento da implementação da estratégia. Nos anos de 2008 e 2009, o GT, seguindo as orientações definidas

pela OECD, avançou com o mapeamento das iniciativas de educação financeira no Brasil, o processo de consulta, com a medição da literária financeira da população.

Em 2010, o anteprojeto foi validado pelos órgãos que compõe o COMEREC e, em dezembro do mesmo ano, o Decreto presidencial n. 73976 estabeleceu formalmente a ENEF. Neste mesmo ato, foi também estabelecido o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), responsável pela gestão estratégica da ENEF. O CONEF define planos, programas, ações e coordena a implementação, e os seus membros são designados pelo Ministro da Fazenda. O Comitê é composto pelos quatro reguladores e por representantes dos Ministérios da Justiça, Educação, Finanças e Segurança Social, alguns representantes de alto nível do setor privado e quatro representantes não governamentais, que são a associação de agências do mercado de capitais, o órgão autorregulador de bolsa de valores, a confederação da indústria de seguros e a federação de bancos.

A ENEF tem como finalidade, de acordo com o Decreto 7397/2010, o fortalecimento da cidadania, a disseminação da educação financeira e previdenciária, a promoção a tomada de decisões financeiras, conscientes e autônomas, e o aumento da eficiência e da solidez do sistema financeiro. Estes objetivos estão alinhados com as diretrizes de atuar com informação, orientação e formação em educação financeira, a gratuidade das ações, a prevalência do interesse público, a gestão centralizada e as atividades descentralizadas das políticas e programas.

O desenvolvimento da ENEF no Brasil foi impulsionado por mudanças que vêm acontecendo no país ao longo dos anos, em destaque estão as mudanças na economia, a consolidação de uma classe média, e ainda o baixo nível de educação financeira da população. Na pesquisa realizada durante a fase de planejamento da Estratégia Nacional, foi identificado nos participantes um alto índice de pessoas com perfil “gastador”, ou seja, que não têm o hábito de poupar e gastam sem planejamento, apenas 31% dos entrevistados revelam que têm uma reserva para aposentadoria (ENEF, 2010).

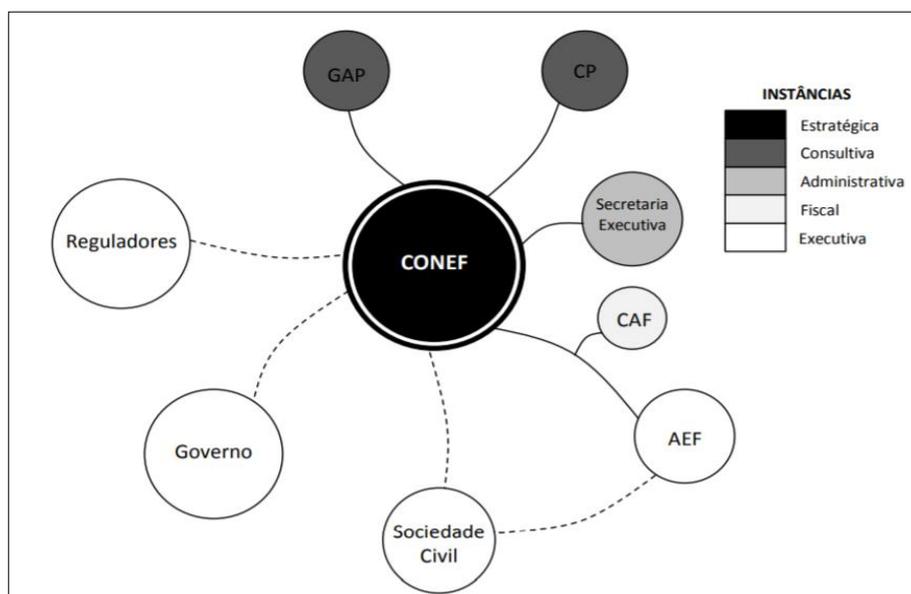
Além disso, as experiências exitosas de outros países, como os Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Austrália e Nova Zelândia também foram consideradas. Nesses países, observou-se que a popularização da educação financeira passa pela relevância social que esta alcança e que a sua implantação relaciona-se também com fatores que envolvem a variedade e complexidade de produtos financeiros, o aumento na expectativa de vida e as mudanças na composição e distribuição de renda (ENEF, 2010).

2.2.1.1 Estrutura de gestão e ações efetivas da ENEF no Brasil

A proposta da ENEF considerou a grande diversidade cultural no Brasil e também a sua extensão territorial. Dessa forma, propôs-se uma coordenação centralizada e uma execução de ações descentralizadas, assim, foram estabelecidas parcerias nacionais para potencializar a abrangência das ações e parcerias regionais com colaboradores locais que têm familiaridade com as características de cada comunidade. A estrutura de gestão da ENEF busca conciliar a integração de entidades governamentais e não governamentais, preservando a autonomia dos reguladores do sistema financeiro, bem como dos demais participantes, para desenvolver os seus próprios programas educacionais (ENEF, 2010). “Ao invés de uma política pública de cima para baixo, a ENEF se assemelha mais a uma configuração de rede” (OECD, 2012, p. 70).

A gestão centralizada tem como objetivo garantir consistência metodológica entre programas e ações, evitando o uso da educação financeira como ferramenta de marketing ou venda disfarçada de produtos e serviços financeiros. Atividades e projetos descentralizados, por outro lado, buscam fornecer efetividade à ENEF, considerando as dimensões continentais do território e os diferentes níveis de governo (federal, estadual, e municipal). (OECD, 2012, p. 78).

Figura 4: Estratégia nacional de educação financeira – ENEF - BRASIL



Fonte: OCDE, 2013 - Advancing National Strategies for Financial Education.

CONEF- Comitê Nacional de Educação Financeira: Diretor do Banco Central do Brasil; Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; Diretor-Superintendente da PREVIC; Superintendente da SUSEP; Secretário-executivo do MEC; Secretário-executivo do MF

Secretário-executivo do MPS; Secretário-executivo do MJ; Representantes da sociedade civil - 2011-2014 - ANBIMA, BM&FBOVESPA, FEBRABAN, e CNseg;

GAP – Grupo de Apoio Pedagógico: Ministério da Educação, como Presidente Banco Central, CVM, Ministério da Fazenda, Susep, Previc, Conselho Nacional de Educação, Instituições de ensino federais (até 5) CONSED, UNDIME;

CP – Comissão Permanente: 12 membros efetivos, representando cada participante do CONEF;

Secretaria Executiva: Depto. de Educação Financeira do Banco Central.

AEF – Associação de Educação Financeira do Brasil: ANBIMA BM&FBOVESPA CNseg FEBRABAN;

CAF – Comitê de Acompanhamento e Fiscalização: Banco Central CVM Susep Previc Ministério da Fazenda

PROGRAMAS SETORIAIS: Reguladores: Banco Central; CVM, Susep, Previc

GOVERNO: Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Previdência Social.

SOCIEDADE CIVIL: ANBIMA BM&FBOVESPA CNseg FEBRABAN

A ENEF está implantada efetivamente no Brasil desde 2011 e, desde então, vem desenvolvendo ações e programas que têm fortalecido a temática da educação financeira no país. Os projetos são agrupados em dois conjuntos, que são os Programas Setoriais e os Programas Transversais. Os Programas Setoriais são os programas e as ações desenvolvidas pelos membros do CONEF e que estão alinhados às diretrizes propostas pela ENEF. Esses programas são regidos pelos objetivos e papéis desempenhados por cada instituição, e entre os parceiros estão o Banco Central, a CVM, Susep, Previc o Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Previdência Social a ANBIMA BM&FBOVESPA CNseg. FEBRABAN. Estes parceiros desenvolvem ferramentas, palestras, cursos online, entre outros, a fim de contribuir e fortalecer a temática da educação financeira no país.

Os programas transversais são as ações de educação financeira da ENEF que envolvem uma conjugação de diversos temas, tais como: proteção, planejamento financeiro, poupança, investimento, crédito e defesa do consumidor. Estes programas não são de responsabilidade exclusiva de determinado órgão, são geridos pela Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF-BRASIL, que é responsável por conceber, planejar, estruturar, desenvolver,

implementar e administrar iniciativas transversais da ENEF. A contribuição da AEF estende-se ainda ao desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais que podem ser reaplicadas por qualquer pessoa ou organização interessada, dando assim a escala necessária ao tema educação financeira.

Atualmente são desenvolvidos 3 programas transversais de alcance nacional, o **Programa de Educação Financeira nas Escolas**, cuja proposta é levar a educação financeira para o ambiente escolar. Com duas áreas prioritárias, o Ensino Fundamental e Médio, seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações de brasileiros. A AEF-Brasil, que faz a gestão do programa, enfatiza que levar educação financeira desde os anos iniciais na escola contribui para a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da vida comunitária e ainda constrói o exercício da cidadania.

Este programa vem sendo desenvolvido desde 2012, e até 2017 já havia alcançado 3 mil escolas no Brasil, de acordo com o último relatório apresentado pela AEF-BRASIL, com destaque para o estado do Tocantins, onde mais de 90% das escolas públicas já haviam instituído a educação financeira no currículo escolar. A promoção do programa passa pelo desenvolvimento de ferramentas e materiais didáticos para a utilização pelas escolas. Em 2017, a AEF Brasil investiu também um projeto de mídia digital para levar educação financeira em uma linguagem jovem no universo das mídias digitais. Os materiais estão disponíveis gratuitamente no Youtube³ e englobam também jogos e vídeos com resultados dos projetos.

O programa de educação financeira nas escolas também tem uma ação voltada a capacitar os professores da rede pública para atuarem com os materiais didáticos do Programa de Educação Financeira nas Escolas. “Os cursos são oferecidos por um ambiente virtual de aprendizado que é compostos por ferramentas interativas, com o apoio de material especializado, produzido pelo corpo docente especialista em educação financeira indicado pela AEF-Brasil, professores e técnicos das Secretarias de Educação, além de especialistas das universidades federais” (RELATÓRIO AEF-BRASIL, 2017, p. 6).⁴ A experiência do programa de educação financeira nas escolas rendeu ao Brasil a referência sobre essa modalidade de ensino no relatório *The impact of high school financial education – experimental evidence from Brazil* do Banco Mundial.

³ <https://www.youtube.com/channel/UCnvjUEjxG9xuNDPJ4wdpBtA>

⁴ Os relatórios anuais completos dos programas de educação financeira nas escolas podem ser obtidos em: ww.vidaedinheiro.gov.br/relatorio-anual/

Outro programa transversal desenvolvido coordenado pela AEF – BRASIL no âmbito da ENEF é a **Semana Nacional de Educação Financeira** que se trata de uma ação de mobilização nacional com o objetivo de expandir a educação financeira por todo país. Com esse intento, durante uma semana, são desenvolvidas ações pelos membros do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e por parceiros convidados. Nesse período, os órgãos públicos, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada têm a oportunidade de também desenvolverem suas ações contribuindo para a disseminação do tema em todas as regiões do Brasil. Vale destacar que as ações precisam estar alinhadas aos princípios da ENEF, especialmente o da gratuidade. Em 2018, foram registradas mais de 1300 ações – presenciais e online – entre escolas do ensino médio e universidades, públicas e privadas, associações, cooperativas e órgãos da iniciativa privada.

Para o desenho do terceiro programa que compõem os transversais da ENEF, o **Programa de Educação Financeira para Adultos** foi identificado, inicialmente, dois públicos- alvo que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, que são: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados com renda de 1 a 2 salários mínimos. O objetivo para o primeiro é “contribuir para melhorar a gestão do orçamento familiar de modo a estimular a reflexão sobre o projeto de vida das mulheres e o seu planejamento financeiro”. O Programa recebe o nome de “futuro nas mãos”, e em 2017 foi realizado o primeiro piloto do projeto, que contou com a participação de 1600 mulheres de 20 municípios brasileiros. O piloto contou ainda com a divulgação de um relatório de avaliação de impacto⁵ que apresenta as principais mudanças na gestão financeira das participantes após a participação no projeto. O programa para aposentados com renda de até 2 salários mínimos recebeu o nome de “Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida financeira”, e como se trata do objeto de estudo deste trabalho, será tratado de forma mais detalhada.

2.2.2 O programa “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida financeira”

O programa de educação financeira – “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida financeira”, objeto de estudo deste trabalho, foi desenvolvido pela AEF-BRASIL como parte das ações que buscam popularizar a educação financeira no Brasil. O programa tem como objetivo contribuir com a redução do superendividamento dos idosos no Brasil, e ainda ajudá-los a tomar decisões mais conscientes com relação à gestão de seus recursos. O programa busca,

⁵ Disponível em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/parcerias-e-patrocínios/para-adultos/>

além disso, reduzir a vulnerabilidade econômica e elevar as condições de vida da população de baixa renda no Brasil. Para isso, propõe levar conhecimentos básicos de organização e planejamento da vida financeira de forma adequada ao estilo de vida às populações adultas mais carentes (AEF-BRASIL, 2017).

Para a implementação do programa, a AEF – Brasil desenvolveu um currículo de conteúdos programáticos formatados de acordo com os resultados apresentados na pesquisa de literacia financeira⁶ realizada no período de estruturação da ENEF. Os conteúdos foram estruturados em formato de oficinas práticas, nas quais, de forma participativa, os idosos aprendem sobre planejamento e organização financeira, dívidas, controle financeiro, empréstimos, planejamento futuro, entre outros temas recomendados.

Para as oficinas, foram desenvolvidos materiais didáticos com linguagem e formatação voltados às necessidades do público-alvo, que levam informação, formação e orientação sobre educação financeira. Para cada oficina temática, foi desenvolvido um kit de tecnologias sociais, cujos materiais contam com um guia para o instrutor, que contém de forma detalhada a maneira de conduzir as oficinas, e o material didático para o participante. As recomendações da AEF – BRASIL é que cada participante do projeto receba o kit de material. No quadro 2, está a estrutura das oficinas de acordo com as temáticas que são trabalhadas durante o projeto, e na figura 5 são apresentados exemplos das tecnologias disponibilizadas pela AEF-Brasil.

Quadro 1 - Matriz de referência dos conteúdos abordados nas oficinas de educação financeira

Oficina 1. De onde meu dinheiro vem, pra onde meu dinheiro vai	
DE ONDE VEM?	
1.1	Identificar suas fontes de renda (origem dos recursos)
1.1.a	Identificar Fontes de renda FIXAS (Por exemplo: salários, bolsas de auxílio, recebimento de aluguéis, pensões e aposentadorias.)
1.1.b	Identificar Fontes de renda VARIÁVEIS (Alguns exemplos são: comissões de venda, gorjetas, gratificações, venda de produtos/alimentos/artesanatos ou prestação de serviços nas horas extras, empregos temporário na alta temporada turística.)
1.1.c	Identificar Fontes de renda EVENTUAIS (como herança ou prêmio)
1.1.d	Identificar Empréstimo como fonte de recursos eventual
PRA ONDE VAI?	
1.2	Mensurar suas despesas (quantidade de recursos gastos em cada destino)
1.3	Identificar os destinos dos recursos

⁶ Documento de orientação disponível em http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf

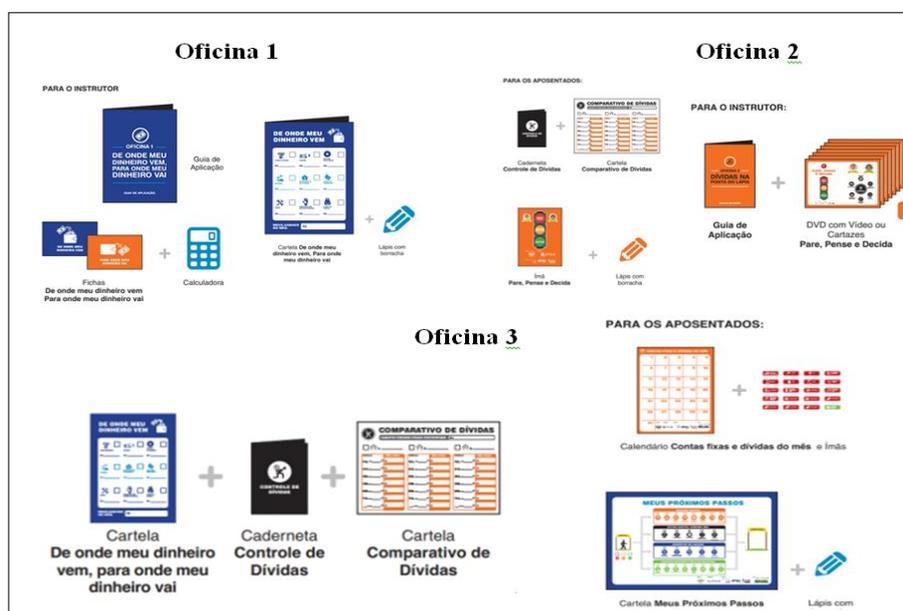
1.2.a	Identificar Despesas FIXAS (Por exemplo: aluguel, condomínio, contas de água e luz)
1.2.b	Identificar Despesas VARIÁVEIS (Alguns exemplos são: alimentação, lazer, remédios, transportes)
1.2.c	Identificar Despesas EVENTUAIS (como IPTU e IPVA, conserto de geladeira, compra de presentes)
1.2.d	Identificar Pagamento de Dívida como despesa eventual
1.1.e	Identificar Gastos Supérfluos
1.4	Identificar gastos com outras pessoas, pagos com seus recursos, como suas despesas
1.5	Identificar despesas suas pagas por outras pessoas como despesas das outras pessoas
1.7	Calcular o saldo mensal (diferença entre as entradas e saídas)
1.8	Classificar sua atual situação financeira
1.9	Identificar possíveis formas de melhorar sua situação financeira
Oficina 2. Dívidas na ponta do lápis	
2.01	Reconhecer formas de endividamento / tipos de dívidas (cartão de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal, crediário)
2.02	Compreender a relação entre juros com o endividamento
2.03	Compreender a relação entre parcelas e o endividamento
2.04	Reconhecer a necessidade de avaliar a situação de endividamento
2.05	Identificar formas de controle do endividamento
2.06	Identificar formas de redução do endividamento
2.07	Avaliar opções de crédito
2.08	Identificar melhores opções de crédito (Crediário; Cartão de Crédito; Cheque especial; Empréstimo pessoal; Empréstimo consignado; Microcrédito)
2.09	Reconhecer uma situação de inadimplência
2.10	Reconhecer as vantagens de negociar as dívidas
2.11	Qualificar diferentes formas de endividamento (identificar a melhor forma de financiamento entre as disponíveis/ pesquisar e comparar taxas e prazos)
2.12	Anotar despesas com dívidas (parcelamento de financiamentos, crediários, cartão de crédito)
Oficina 3. Planejando meus próximos passos	
3.1	Anotar as contas a pagar
3.2	Pagar contas em dia
3.3	Reconhecer a importância do planejamento financeiro
3.4	Identificar as vantagens do planejamento financeiro
3.5	Reconhecer consequências das decisões financeiras
3.6	Organizar programação de pagamentos futuros

3.7	Reconhecer a importância de rever hábitos de consumo
3.8	Identificar formas de melhorar o futuro financeiro
3.8.a	Identificar como reduzir gastos
3.8.b	Saber dizer "não" para pessoas próximas para não contrair ou ampliar suas dívidas
3.8.c	Identificar formas de aumentar a renda
3.8.d	Identificar como juntar dinheiro para um objetivo específico
3.9	Identificar importância de preservar as informações pessoais (número de docs, contas, senhas)

Fonte: Relatório de avaliação de impacto. Metas Sociais, 2017.

De acordo com a AEF-BRASIL (2017), a matriz de referência foi construída para garantir a cobertura, durante as oficinas, de todos os itens abordados no programa. A figura 5 mostra os materiais didáticos, ou seja, as tecnologias sociais desenvolvidas para utilização no programa de Educação Financeira para idosos.

Figura 5 - Materiais didáticos disponibilizados pela AEF – BRASIL para execução do programa em Palmas – TO



Fonte: Adaptado de AEF-BRASIL, 2017.

Além da aplicação do programa, a AEF-BRASIL definiu e propôs, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, um conjunto de indicadores de impacto que podem subsidiar a aferição do grau de efetividade da ação. Os indicadores propostos permitem

medir mudanças comportamentais dos participantes relacionadas ao endividamento, consumo, poupança, planejamento financeiro e ainda o conhecimento relacionado a sistema financeiro e finanças pessoais.

Quadro 2 - Indicadores de impacto do programa “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida financeira”

Indicador 1: Percentual de aposentados que melhorou seu conhecimento sobre planejamento financeiro;
Indicador 2: Percentual da renda dos aposentados superendividados utilizada para suas necessidades básicas;
Indicador 3: Percentual de aposentados que reporta estar inadimplente;
Indicador 4: Percentual dos aposentados que reporta ter reduzido suas dívidas;
Indicador 5: Percentual dos aposentados superendividados que reporta ter um planejamento para reduzir superendividamento.

Fonte: Relatório de impacto Metas Sociais – AEF-BRASIL, 2017.

No ano de 2017, a AEF – Brasil aplicou um piloto do programa em 7 cidades, Terezinha – PI; Belém – PA, Brasília – DF, Campinas – SP, Avaré – SP, Taborão da Serra – SP e Londrina – PR, no total chegaram a participar da ação (ofertadas oficinas e avaliação de impacto) cerca de 1200 idosos.⁷

Uma das metas da AEF – BRASIL e da ENEF é que o programa de educação financeira para adultos torne-se uma política pública de amplo alcance. Para isso, a metodologia foi desenvolvida em um formato em que instituições de todo Brasil possam ter acesso e tornem-se multiplicadoras do programa. A parceria é firmada por meio da assinatura de um termo de compromisso entre as instituições e a AEF-Brasil, que disponibiliza as tecnologias sociais em formato de mídia, os instrumentos de coleta de dados e os indicadores de avaliação do programa. Dessa forma, a instituição parceira pode aplicar e medir a efetividade do programa em relação ao público atendido. No Tocantins, a primeira parceria firmada foi com a Universidade Federal do Tocantins – UFT, que, em 2018, aplicou o programa na capital Palmas.

⁷ Relatório de avaliação da ação disponível em:
http://www.vidaedinheiro.gov.br/wpcontent/uploads/2018/01/Produto-5-Relat%C3%B3rio-Final_v2.pdf

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O surgimento da área de políticas públicas data do período de 1950, quando, nos Estados Unidos, as pesquisas em políticas públicas começaram a se estabelecer. Assim, a área se constituía inicialmente como disciplina acadêmica e subárea da ciência política (FARIA 2000; SOUZA, 2006). Na Europa, o surgimento da área de políticas públicas está ligado ao desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado, principais agentes da política pública, e a preocupação com os campos específicos ganha força nos anos 1970, em especial na Alemanha (SOUZA, 2006; FREY 2000).

No Brasil, os estudos sobre políticas públicas são mais recentes, alguns aspectos são comuns aos observados na trajetória europeia no sentido de que a análise políticas esteve associada a entidades governamentais. Um marco importante para a instituição da área no Brasil foi a criação do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas em 1984, bem como a constituição do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas da Associação Brasileira de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, o que contribuiu para gradativamente consolidar-se uma comunidade acadêmica de pesquisadores da área. Arretche (2003) reforça que o crescente interesse da academia sobre os temas relacionadas às políticas governamentais, a criação de linhas de pesquisas e disciplinas de políticas públicas nos programas de pós-graduação, a instituição de agências de fomento, bem como linhas de financiamento para Políticas Públicas também foram contributivos para a expansão da área no Brasil.

Ainda sobre a fundação da área de Políticas Públicas, (Souza, 2006) destaca quatro pesquisadores que se sobressaíram neste processo, que são: Laswell (1936); Simon (1957); Lindblom (1959;1979) e Easton (1965). A Laswell (1936) é atribuída a inserção do termo e conceito *policy analysis* (análise de política pública), cujo objetivo era harmonizar o conhecimento acadêmico com a produção empírica produzida, estabelecendo métodos científicos específicos. Simon (1957), por sua vez, introduz o conceito de racionalidade limitada (*politicis makers*) como uma solução para minimizar problemas como informações incompletas, autointeresse na tomada de decisão e tempo resposta, entre outros problemas que afetam os decisores públicos. Por outro lado, Lindblom (1959,1979), que contestou os postulados de Laswell (1936) e Simon (1957), traz uma ideia de que, além da racionalidade, as políticas públicas precisariam agregar outros elementos às suas análises, a exemplo, o papel das eleições, das burocracias, partidos entre outros. A contribuição de Easton (1965) para a área foi por meio

da definição de política pública como um sistema que é influenciado por grupos de interesses, o que afeta os resultados e efeitos.

Quanto à definição ou à conceituação de políticas públicas, é importante ressaltar que se trata de uma área eminentemente multidisciplinar, de modo que a ciência política, psicologia, administração, economia, serviço social e sociologia possuem interfaces com ela. Assim, torna-se uma tarefa difícil e arriscada designar um conceito por excelência (SOUZA, 2006), porém desacatam-se aqui algumas abordagens conceituais muito utilizadas na literatura para definir políticas públicas.

A definição dada para política pública por Laswell (1936) é uma das mais conhecidas. Desse modo, para ele, as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006).

Rua (2009) explica que “as políticas públicas são uma das resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos (RUA, 2009, p. 20)”. Nesse mesmo sentido, Souza (2006) aborda que as políticas públicas resumem a um campo de conhecimento que envolve ação governamental a análise desta ação e a proposição de mudanças, quando necessário, no plano destas ações.

Em abordagens mais recentes, Secchi (2012) defende que a essência do conceito de políticas públicas está detida no problema público, de forma que, para definir se uma política é ou não pública, é preciso saber se essencialmente está voltada a responder a esse problema. Howlett, Ramesh e Perl (2013) explicam que políticas públicas referem-se a iniciativas e a decisões governamentais que podem ser influenciadas e até implementadas por agentes não governamentais.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA entende as Políticas Públicas como:

Um conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e suficientes, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, financiadas por recursos orçamentários ou por benefícios de natureza tributária, creditícia e financeira. (GUIA PRÁTICO DE AVALIAÇÃO EX POST – IPEA, 2018, PÁG. 13).

Outras definições, como: campo de estudo para análise do governo; conjunto de ações governamentais que produzem impactos específicos e influenciam a vida da sociedade; a escolha do governo de fazer ou não fazer, uma diretriz elaborada para enfrentamento de um problema público, vêm sendo empregados por teóricos e especialistas ao longo dos anos (SOUZA, 2006; SECCHI 2012).

3.1 A formação do campo de estudos da avaliação

O despertar do interesse pela avaliação de políticas públicas teve início em meados do século XX e relaciona-se com um cenário de revoluções econômicas, políticas e sociais, aliadas ao processo de modernização da gestão pública, iniciado nos países desenvolvidos e rapidamente estendido para os demais. Esta “onda” de modernização ficou conhecida como a Nova Gestão Pública, em que o Estado passou a ser questionado quanto à eficácia de suas ações, em uma iniciativa de revisão de seu papel e da implantação de instrumentos da administração privada na administração pública (TREVISAN; BELLEN, 2008; CUNHA, 2006; RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Na década de 1960, nos Estados Unidos, a ferramenta da avaliação é disseminada. Em consequência, vive-se no país o primeiro “boom” da avaliação, no entanto, ela era destinada à alta gestão e aos formuladores de políticas públicas com características essencialmente *top-down*. Nesse período, uma das grandes expectativas para a avaliação era que pudesse garantir racionalidade no processo decisório e legitimação das políticas e programas públicos, assim foi até meados dos anos 1980, quando as metodologias experimentais, randomizados e controlados, prevaleciam e quando a inicial abordagem *top-down* começa a ser substituída com o surgimento de métodos *bottom-up* (FARIA, 2005; RAMOS E SCHABBACH; 2012).

Na América Latina, a função da avaliação foi fortalecida entre o final da década de 1980 e início de 1990, baseada nas cobranças por uma modernização da gestão pública e na legitimação da reforma do Estado, baseada em três objetivos: a) contenção dos gastos públicos; b) melhoria na eficiência, flexibilidade gerencial e eficácia dos governos; c) maximização da transparência pública, foco no consumidor e delegação de responsabilização dos gestores. (FARIA, 2005; Melo, 1998).

No Brasil, na história da administração pública, a avaliação dos programas e políticas públicas nem sempre ocupou um lugar de destaque. Por anos, a produção técnica esteve voltada muito mais para a formulação dos programas do que para a avaliação (COSTA e CASTANHAR, 2003). Em meados de 1988, a ferramenta avaliativa começa a ganhar espaço na administração pública brasileira e passa a ser utilizada com ampla aceitação. Assim como aconteceu nos Estados Unidos e na América Latina, as questões econômicas e sociais e o processo de inovação e experimentação em programas governamentais aliados aos movimentos das reformas e a um crescente interesse sobre resultados, metas e eficiência produtiva do Estado foram impulsionadores do uso da ferramenta avaliativa no país (COSTA; CASTANHAR, 2003; RAMOS; SCHABBACH, 2012; ARRETCHE, 2003).

Desde o início da implantação até chegar ao cenário que temos atualmente, as metodologias de avaliação foram alvo de críticas severas sobre a sua prática. Entre elas, uma das principais, feita logo no período inicial, era que a avaliação era um instrumento voltado a atender, basicamente, as necessidades do Estado de alocação de recursos mediante os resultados avaliativos dos seus programas. Derlien (2001) critica que, na década de 1990, os avaliadores de políticas públicas exerciam, na verdade, função de auditores que privilegiavam a medição dos resultados, tendendo a dar mais ênfase à quantidade do que à qualidade do que era produzido pelo Estado.

Faria (2005) vem ressaltar que esse processo de institucionalização da avaliação repercutia uma visão mais arcaica da avaliação de políticas públicas adotada em manuais introdutórios, nos quais a ferramenta avaliativa era vista apenas como elemento central da *accountability*, destinada à medição dos resultados do governo. Dessa forma, o processo de institucionalização apresentava-se com caráter confusamente público.

A evolução da avaliação das políticas públicas não eliminou a sua utilização por parte dos governos para prestação de contas, medição dos resultados e transparência pública, uma vez que a busca por melhoria nos programas governamentais passa pela necessidade da avaliação. Entretanto, é possível notar em debates e estudos mais recentes que a avaliação de políticas públicas assumiu uma personalidade mais técnica e normativa, enfatizando o seu papel gerencial (FARIA, 2005; COSTA; CASTANHAR, 2003).

Nessa perspectiva, Silva (2007) também destaca a evolução do processo de avaliação ao longo dos anos no Brasil, ressaltando que passou de um instrumento vinculado à racionalização dos gastos públicos para uma ferramenta de geração de informações e melhoria de qualidade dos serviços oferecidos à população, não abandonado o uso para transparência pública.

Jannuzzi (2011) fala sobre o assunto quando afirma que, de uma maneira geral, mesmo em uma velocidade menor que a desejável e ainda com muitas limitações, os estudos avaliativos no Brasil têm se tornado mais presentes no cotidiano dos gestores públicos. O autor destaca também que esses estudos vêm sendo realizados por centros de estudos e equipes experientes em análises de conjuntura social e macropolíticas, no entanto frisa que a experiência em implementação e o conhecimento multidisciplinar ainda é um ponto passível de melhorias nessas equipes.

A institucionalização de instrumentos, como o Plano Plurianual (PPA) e o das Diretrizes Orçamentárias, desde 1988, também veio como contribuição para que a ferramenta avaliativa se mostrasse mais presente no cotidiano dos gestores. A partir de 2004, o PPA inovou com a

proposta de avaliação do próprio Plano Plurianual, cujo objetivo era que a avaliação fosse incorporada à gestão dos programas a fim de subsidiar a tomada de decisão, disseminar a cultura avaliativa e garantir sua utilização na formulação e na implementação das políticas e programas de governo (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Em termos de academia, os estudos em avaliação de políticas públicas vêm se multiplicando. Mesmo que ainda seja necessário um foco mais acentuado ao processo de implementação da avaliação e do monitoramento tal qual é dado às questões de formação da agenda e formulação das políticas, é possível notar um interesse crescente das universidades e dos centros de pesquisas nas questões voltadas à disseminação e à implantação da ferramenta da avaliação. Nesse tocante, nos últimos anos, multiplicaram-se as dissertações e teses sobre o tema, disciplinas de políticas públicas foram criadas ou inseridas nos programas de graduação e pós-graduação e linhas de pesquisa e financiamento especificamente voltadas para essa área foram instituídas nas agências de fomento à pesquisa (RAMOS; SCHABBACH, 2012; ARRETICHE, 2003).

Outro aspecto que destaca o processo de evolução na implantação da avaliação de políticas como ferramenta técnica, gerencial e de melhoria é o investimento de organizações mundiais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (World Bank), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Organizações das Nações Unidas (ONU), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), na geração de propostas metodológicas de avaliação, que vêm contribuindo para romper as lacunas deixadas no decorrer da institucionalização da área (FREY, 2000; RAMOS; SCHABBACH, 2012).

3.1.1 A definição de avaliação e a importância de avaliar

Como visto em parte anterior deste capítulo, quando se tratou do conceito de Políticas Públicas, não existe um grande consenso entre os autores. Entretanto, quanto à definição de avaliação, já é possível observar um certo alinhamento de definições e conceitos básicos por parte de alguns teóricos e também instituições de pesquisa acadêmica e social.

De uma maneira inicial, é possível definir avaliação como um instrumento de melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e ainda de controle social e transparência pública sobre o impacto da ação do Estado (RAMOS; SCHABBACH, 2012). Partilhando desta mesma ideia, Frey (2000), Lima e Dáscenzi (2013) caracterizam a avaliação como um processo

para apreciar os programas que foram implementados no que diz respeito à resposta ante ao público-alvo e objetivos traçados.

De uma forma mais abrangente e organizacional, Garcia (2001, p.31) define avaliação como:

uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos. (GARCIA, 2001, p.31).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (1990) conceitua avaliação como um exame sistemático e objetivo de uma ação, podendo ocorrer no fim ou no decorrer desta, abrangendo o desempenho, a implementação e os resultados, de forma a medir sua eficiência, eficácia e efetividade.

Meny e Thoenig(1992), por sua vez, referem-se à avaliação como um gesto diário que consiste em identificar e medir os efeitos de uma ação, de forma que é possível insistir para ir além da simples descrição dos acontecimentos e explicar o que aconteceu e por que aconteceu, de modo que se tenha, de fato, uma resposta sobre o fracasso ou sucesso da intervenção pública.

Em outra definição, Meny e Thoenig (1992) conceituam avaliação como uma forma de se apreciar os efeitos atribuídos a uma intervenção governamental em um campo específico da vida social e do entorno físico, “portanto a avaliação é um caminho de apreciação sistemática, com base em métodos científicos, da eficácia e dos efeitos das políticas públicas” (MENY; THOENIG, 1992, p. 195). O momento da avaliação é um momento de natureza reflexiva, no qual se pode desenhar o futuro de ações, programas e políticas, mediante o uso de um sistema de indicadores e instrumentos investigativos que darão o subsídio necessário para a tomada de decisão (JANUZZI, 2010).

A avaliação de políticas públicas, executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão. (MANUAL PRÁTICO DE AVALIAÇÃO EX-SOST, IPEA, 2018, P. 13)

Nas próprias definições, já é possível observar que os teóricos apontam a relevância que a avaliação tem para gestores, para a sociedade, para o Estado e para as políticas públicas. Ainda assim, outros autores, de forma mais específica, manifestam-se sobre a importância do ato de avaliar.

Cunha (2006) refere-se à avaliação como um importante instrumento para subsidiar o planejamento e a formulação das intervenções governamentais, além de acompanhar a implementação, as reformulações e todos os ajustes necessários, antes de decidir sobre a continuidade ou não de uma ação. Além disso, é um relevante instrumento para a melhoria do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade do Estado.

Partindo dessa mesma concepção, Ramos e Shabbach (2012) ressaltam que

Além de aprimorar o processo de tomada de decisão, vislumbrar a alocação apropriada de recursos e promover a responsabilização por decisões e ações (*accountability*) dos governantes perante o parlamento, as agências reguladoras e fiscalizadoras e os cidadãos, a avaliação permite aos formuladores e gestores de políticas públicas desenharem políticas mais consistentes, com melhores resultados e melhor utilização dos recursos. (RAMOS; SHABBACH, 2012. p. 1272).

Para Weiss (1999), os gestores que valorizam as ações de avaliação mostram engajamento com as boas políticas e ainda refletem que querem melhores e mais adequadas práticas considerando as necessidades da população. Tavares (2005) reforça que o processo de avaliação torna-se uma ferramenta de grande relevância, uma vez que subsidia os gestores quanto à tomada de decisão mediante fatos concretos de custo/benefício, causas e consequências da efetividade ou não da ação.

Thoenig (2000) trata do subsídio que a avaliação pode fornecer para os gestores quando afirma que uma avaliação é utilizável quando consegue disponibilizar informações baseadas nos dados empíricos.

A avaliação tem a capacidade de estabelecer critérios para a continuidade ou não de uma política. Por meio da medição, pode-se auferir se tal ação está ou não promovendo mudanças positivas nos cenários econômicos e social e, dessa forma, a avaliação gera uma retroalimentação que possibilita a escolha de diferentes projetos de acordo com a sua eficiência e eficácia ou efetividade (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986; COHEN; FRANCO, 2004).

A avaliação sistemática, contínua e eficaz dos programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz. (COSTA E CASTANHAR, 2003, p. 971).

Trevisan e Bellen (2008), ao discutirem sobre o papel das avaliações, destacam que, em termos de resultados, o público deve sempre ser o interessado final. Dessa forma, as informações geradas no processo de avaliar devem servir também para fomentar o debate

público em torno das alternativas de intervenção governamental na realidade social. Logo, uma forma de fortalecer o processo de avaliação é discuti-las com transparência, de maneira que os cidadãos tenham acesso às informações, à metodologia e aos resultados auferidos. Assim, a avaliação irá consolidar-se como um instrumento democrático de controle social e apoio à tomada de decisão segura (ARRETCHE, 1998).

Como forma de síntese, Soares e Cunha (2015) resumem quatro motivos que tornam a ação de avaliar relevante. O primeiro (01) refere-se à oportunidade que a sociedade tem de participar do andamento de programas e projetos, bem como verificar os resultados que eles têm alcançando; em sequência (02), as avaliações são provedoras de informações estratégicas para os gestores governamentais fazerem correções e aperfeiçoarem as políticas; (03) a avaliação é um poderoso instrumento para os órgãos de controle na verificação do emprego adequado dos recursos públicos, e ainda (04) permite que as políticas públicas atinjam resultados mais positivos na sua execução, apontando melhorias nas condições de vida dos cidadãos.

3.1.2 Critérios de avaliação

O delineamento metodológico da avaliação requer abordagens, técnicas e métodos específicos aliados aos objetivos da política. Portanto, é importante que se definam medidas para a aferição dos resultados. Essas medidas são comumente nomeadas de critérios de avaliação, que podem formar uma longa lista e pouco consenso sobre os seus aspectos conceituais e metodológicos (JANUZZI, 2011; COSTA; CASTANHAR, 2003). Aqui vamos apresentar três possíveis, e muito utilizados, critérios para o processo de avaliar, tratam-se da: eficácia, eficiência e efetividade, este último também conhecido como avaliação de impacto.

O primeiro, critério da eficácia, relaciona-se ao cumprimento das metas estipuladas, trata-se também de uma medida de caráter mais normativo, que faz relação entre as entradas (*inputs*), as saídas (*outputs*) e os resultados (*outcomes*) (NETO; SERRANO, 2015). “A eficácia está direcionada às metas, ou seja, à eficácia de uma política dá-se na possibilidade efetiva de atingir uma quantidade satisfatória de suas metas, isto é, metas previstas e metas alcançadas” (TAVARES, 2005, p. 127). A utilidade da avaliação de eficácia desponta na verificação das metas da ação, se estas foram ou não alcançadas (IPEA, 2017).

Essa é um dos tipos de avaliação mais usualmente utilizados. Ela pode ser feita de forma a relacionar as metas propostas e as metas alcançadas ou entre os instrumentos previstos e

aqueles efetivamente utilizados, além de ter a vantagem de ser factível e ter um menor custo. (ARRETCHE, 2006)

Dessa forma, percebe-se que a avaliação de eficácia preocupa-se em verificar se a política e/ou programa foi realizado conforme o planejado, em termos de dimensão operacional, custos, metas, objetivos. Logo, é possível dizer que este critério de avaliação é bastante focado na perspectiva gerencial, e foca-se, grande parte das vezes, no exame da processualidade e da adequação dos meios e instrumentos utilizados durante a política/programa (PINTOS, 2017).

O segundo critério supracitado é o da eficiência, que, de forma geral, é conceituado como um critério que busca avaliar as relações de custo/benefício e esforço/ resultados das políticas e/ou programas. Souza (2003) destaca que os estudos das políticas públicas voltadas a eficiência datam do período das reformas, em que as questões voltadas à eficiência do Estado foram introduzidas na nova agenda governamental. Assim, “a eficiência passou a ser objetivo da política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com "independência" política” (SOUZA, 2003, p. 12).

Outro fator influenciador das avaliações de eficiência é o aumento da pressão sobre o uso dos (escassos) recursos destinados aos programas sociais, assim, cientistas sociais dedicam-se a desenvolver técnicas e métodos que consigam auferir as relações custo/benefício dos programas e políticas sociais, que têm por objetivo a minimização do custo total para uma quantidade de produto, ou a maximização do produto para um gasto total previamente fixado (SERAPIONI, 2016).

Nesse sentido, Pintos (2017) enfatiza que, ao considerar a escassez dos recursos públicos para a aplicação de programas, a implementação de políticas e o quantitativo da população que necessita ser coberta por estas ações de intervenção governamental, as avaliações de eficiência despontam como uma atividade essencialmente necessária.

Da mesma forma, e com um grau de importância e necessidade elevado, despontam as avaliações de impacto⁸, que são importantes, tendo em vista que os programas e políticas de desenvolvimento são, normalmente, elaborados visando mudar a realidade e modificar resultados, como, por exemplo, aumentar a renda, melhorar o aprendizado ou reduzir doenças, elevar as condições de vida, aumentar a aprendizagem, entre outros (GERTLER et al., 2015).

Em um contexto no qual os formuladores de políticas e a sociedade civil exigem resultados e a cobram prestação de contas dos programas públicos, a avaliação de impacto pode oferecer evidências críveis e robustas quanto ao

⁸ O termo avaliação de efetividade é comumente substituído por avaliação de impacto, assim, nesta pesquisa utilizaremos “avaliação de impacto”.

desempenho e, fundamentalmente, quanto a se um programa específico atingiu os resultados desejados. (GERTLER et al., 2015, p. 4).

As avaliações de impacto fazem parte de uma agenda de formulação de políticas com base em evidência cujo principal papel é produzir respostas sobre a efetividade de um programa ou políticas aplicadas a um determinado público. Essas respostas são de interesse das autoridades governamentais, gestores de programas, formuladores de políticas e sociedade civil e população em geral (GERTLER et al., 2015).

Costa e Castanhar (2003) explicam que as avaliações de impacto irão indicar os efeitos de um projeto, política ou programa no ambiente externo que recebeu a intervenção, que pode ser em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais.

Sobre isso, os autores Imas e Rist (2009) afirmam que as avaliações de impacto são muito eficientes para a gestão de programas e políticas públicas, uma vez que esse tipo de avaliação é capaz de fornecer subsídios confiáveis que procuram responder perguntas de causa e efeito, a fim de identificar qual a diferença da intervenção nos resultados. Assim as avaliações de impacto buscam responder a perguntas como: determinado programa é efetivo quando comparado à sua própria ausência? Qual o impacto de um programa sobre um resultado de interesse?

Em termos operacionais, as avaliações de impacto podem ser categorizadas em prospectivas e retrospectivas. As avaliações prospectivas são desenvolvidas simultaneamente à implementação do programa, momento em que são coletados dados de linha de base de todos os indivíduos que estarão envolvidos no programa. As avaliações retrospectivas são aplicadas após a implementação do programa, usando os dados produzidos ao longo do desenvolvimento dele (GERTLER et al., 2011).

Gertler et al (2011) reforçam ainda que as avaliações prospectivas tendem a uma probabilidade maior em fornecer resultados mais robustos e confiáveis. Um dos motivos é a realização da coleta de dados de linha de base para se estabelecer as medidas pré-programa, pois essa forma de coleta consegue agregar informações mais completas sobre os indivíduos antes da implantação do programa, o que é importante na avaliação dos resultados.

Em um cenário ótimo de uma avaliação de impacto, medir-se-ia a diferença de resultados para um mesmo indivíduo, com e sem a intervenção, no mesmo espaço de tempo. Todavia, diante da impossibilidade da execução de tal análise, o impacto de um programa pode ser observado a partir da análise confractual, que responde à pergunta: O que teria acontecido se um indivíduo não tivesse participado do programa? Ou seja, qual seria o resultado (Y) na ausência do programa. O confractual é estimado a partir da seleção de um grupo de controle,

um grupo de indivíduos com características idênticas às do grupo de indivíduos que receberam o programa (Grupo de Tratamento), sendo que a única diferença é a não participação no programa (GERTLER, et al., 2011).

O grande desafio para a avaliação de impacto é identificar um grupo de controle que seja válido, ou seja, altamente semelhante ao grupo de tratamento. Logo, a identificação desses grupos é o ponto crucial de toda avaliação de impacto, independentemente do tipo de programa que está sendo avaliado.

Apesar de dificilmente ser encontrado um “clone perfeito” para cada indivíduo, inúmeras ferramentas estatísticas são usadas na determinação de grupos de controle. Essas ferramentas buscam, no universo amostral, um grupo que tenha uma média de características igual à média de características do grupo de tratamento na ausência do programa, uma vez que, conforme reforça Rodrigues e Neves (2016), realizar a comparação direta dos indivíduos participantes do programa com os que não participaram é um erro, pois a diferença entre estes indivíduos pode não ser somente o recebimento da intervenção.

Diante disso, a literatura sobre avaliação de impacto recorre a métodos experimentais ou não experimentais capazes de estimar com segurança os grupos de controle, de forma que permita aos gestores que todas as pessoas ou unidades elegíveis tenham a mesma chance de receber a intervenção, sendo que a única diferença entre os indivíduos passa a ser a participação ou não no programa (GETLER et al., 2011; RODRIGUES; NEVES, 2016).

4 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho foi avaliar o impacto do programa de educação financeira “*Eu e minha aposentadoria – organizando a vida financeira*” sobre a vulnerabilidade econômica de idosos de baixa renda. Este capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos adotados a fim de contemplar os objetivos gerais e específicos propostos.

4.1 Modelo para avaliação de impacto - Propensity Score Matching

Pela Teoria do Contrafactual, ao avaliar o impacto de um programa, o cenário ideal seria observar um mesmo indivíduo, ao mesmo tempo, em dois contextos semelhantes, diferindo em apenas uma circunstância, o recebimento de uma intervenção. Dada a impossibilidade de observar um indivíduo com e sem o programa simultaneamente, o impacto de um programa pode ser identificado ao se comparar dois grupos semelhantes, sendo que um está sob a intervenção do programa e o outro não (DANTAS, et al., 2013).

No entanto, em experimentos não aleatórios, as comparações diretas entre os grupos de controle e tratamento não são recomendadas, pois podem apresentar vieses importantes para uma avaliação de impacto, uma vez que, nestes grupos, pode-se encontrar diferenças sistemáticas entre as unidades observadas.

Stuart (2014) reforça que, em estudos não experimentais, um dos maiores desafios está em eliminar esses vieses de seleção, que são relacionados às possíveis diferenças entre as unidades dos grupos de controle e de tratamento. Em estudos dessa natureza, os pesquisadores buscam métodos capazes de identificar um grupo de controle em que as características médias sejam iguais às encontradas nos grupos de tratamento. Como a seleção aleatória nem sempre é possível nessa situação, os métodos de pareamento são comumente utilizados.

O objetivo dos métodos de pareamento é construir um grupo de controle semelhante ao grupo de tratamento com base em características observáveis, em que cada membro do grupo de tratamento teria um par no grupo de controle, que representa o resultado que ele teria obtido caso não fosse tratado. Dessa forma, o único fator que diferencia os resultados destes indivíduos é a participação ou não no programa (PINTO, et al., 2012).

Um método comumente utilizado é o desenvolvido por Rosenbaum e Rubin, 1983, o *Propensity Score Matching* – PSM – (método de pareamento por escore de propensão) que ganhou notoriedade com a publicação do artigo *The central role of the propensity score in*

observational studies for causal effects, tornando-se comum na literatura e aumentando significativamente os trabalhos na área (STUART et al., 2014; ROSENBAUM, 2002).

O PSM é um método econométrico, não experimental, que busca simular a escolha aleatória para formação de grupos de controle com características semelhantes ao grupo de tratamento com base em características observáveis (PINTO, et al., 2012). Nesta hipótese, da seleção com base em características observáveis, considera-se que um vetor X_i , contém todas as informações que determinam o resultado (Y_{i0} , Y_{i1}). Logo, os resultados potenciais são independentes da variável de tratamento (T_i) (RODRIGUES; NEVES, 2016; DANTAS et al., 2013).

$$\{Y_{i0}, Y_{i1}\} \perp T_i | X_i$$

Outra hipótese é a de sobreposição. Conforme essa hipótese, cada indivíduo do grupo de tratamento teria um par no grupo de controle que representaria o seu resultado caso não tivesse recebido a intervenção.

$$0 < \Pr(T_i = 1 | X_i) < 1$$

No entanto, Dantas et al. (2013) enfatizam que, nas duas hipóteses, pode-se apresentar a dificuldade de encontrar um par no grupo de tratamento. Na primeira, o pareamento pode se tornar inviável quando são muitas as variáveis que devem ser correspondidas entre o grupo de tratamento e o grupo de controle. Na segunda, a de sobreposição, pode acontecer apenas na área em que existe suporte comum, excluindo muitas unidades da análise.

Como solução para os vieses, Rosenbaum e Rubin (1983) desenvolveram o Teorema do Escore de Propensão, em que as variáveis observáveis do vetor X_i são resumidas a único escalar, que seria a probabilidade de um indivíduo receber o tratamento, considerando as características observáveis $\Pr(T_i=1|X_i)$. Assim, os indivíduos passam a ser pareados de acordo com a semelhança entre os scores de propensão (ROSENBAUM; RUBIN, 1983).

Na operacionalização do PSM para avaliação de impacto, Jalan e Ravallion (2003) enfatizam que alguns passos devem ser seguidos: **1)** estimar a probabilidade de que cada indivíduo se inscreva no programa com base nas características individuais observadas na pesquisa. Esse processo gera o escore de propensão; **2)** A partir dos escores de propensão, executa-se o pareamento de cada participantes com os não – participantes; **3)** Estima-se o impacto da política com base na nova amostra

A estimação do escore de propensão pode ser feita utilizando de métodos paramétricos de estimação de probabilidade. Um método utilizado com grande frequência para respostas binárias, como participar de um programa ou não, é o modelo de regressão *logit*, que recebe esse nome por ser baseado em uma função logística de probabilidade acumulada da seguinte forma:

$$Prob(y_i = 1) = \frac{e^{\beta' X_i}}{1 + e^{\beta' X_i}} = \frac{1}{1 + e^{-\beta' X_i}} = F(\beta' X_i)$$

$$Prob(y_i = 0) = \frac{e^{\beta' X_i}}{1 + e^{\beta' X_i}} = 1 - F(\beta' X_i)$$

De uma maneira geral, $Y_i=0$ e $Y_i=1$ correspondem, respectivamente, a cenários de “insucesso” e “sucesso”, onde $Y_i=0$ é quando o indivíduo não participou do programa e $Y_i=1$ quando participou, X_i representa o vetor de variáveis explicativas de y_i e β é o vetor de parâmetros. No caso do modelo *logit*, busca-se a probabilidade de “sucesso” $P(y_i=1)$, que é a probabilidade condicional de y_i . Assim, a esperança condicionada de y_i é dada por:

$$E(y_i | X_i) = F(\beta' X_i) = \frac{e^{\beta' X_i}}{1 + e^{\beta' X_i}}$$

Uma vez determinado o *propensity score*, o pareamento dos grupos pode ser obtido utilizando-se diferentes técnicas, dentre as quais pode-se citar as técnicas *matching*, *weighting* e *subclassification* (STUART, 2010). Para esta pesquisa, a forma *matching* (por pareamento) será a utilizada devido à sua preferência entre os pesquisadores.

Para executar o pareamento, a literatura aborda diversos modelos, entre os quais se destacam aqui os métodos *stratification*, *nearest-neighbor*, *radius*, e *kernel*, sendo que a escolha da mais adequada depende da estrutura de dados que se tem em mãos. Becker e Ichino (2002) apresentam uma visão geral dos métodos.

No método de estratificação (*stratification*), o PSM é dividido em blocos que englobam indivíduos i e j de forma que os blocos tenham o mesmo *propensity score matching* médio. O ATT é estimado como uma média dos ATTS de cada bloco ponderada pelos pesos dados pela distribuição dos tratados em cada um. Caso haja blocos que contenham observações de apenas um dos grupos, esse bloco é descartado, isto é:

$$\tau_q = \frac{\sum y_{i1}^q}{N_T^q} - \frac{\sum y_{i0}^q}{N_C^q}$$

O método de *nearest-neighbor*, vizinho mais próximo, compara cada unidade de tratamento com a unidade de controle com o escore de propensão mais próximo. Assim que cada unidade de tratamento é pareada com uma unidade de controle, o ATT é obtido pela média das diferenças nas variáveis de interesse entre tratados e não tratados.

$$C_j = \min_j \|Pr(T_j = 1 | X_j) - Pr(T_j = 1 | X_i)\|$$

O método *radius matching* determina um raio de *propensity score matching* de cada unidade de tratamento. O pareamento é realizado entre as unidades de controle pertencentes a este raio. No entanto, há implicações importantes, quanto menor foi o raio da vizinhança, melhor qualidade terá o pareamento. Entretanto, isto aumenta as chances de que algumas unidades não sejam pareadas, desta forma:

$$C_j = \{Pr(T_j = 1 | X_j) \mid \|Pr(T_i = 1 | X_i) - Pr(T_j = 1 | X_j)\| < r\}$$

No método *kernel*, todas as unidades de tratamento são pareadas com uma média ponderada de todas as unidades de controle, em que os pesos utilizados são inversamente proporcionais a distância entre os valores do escore de propensão dos tratados e dos não-tratados. A equação abaixo define o *kernel matching*, onde K representa a função kernel.

$$\omega(i, j)_{kernel} = \frac{K\left(\frac{P_j - P_i}{\alpha_n}\right)}{\sum_{k \in C} K\left(\frac{P_j - P_i}{\alpha_n}\right)}$$

Assim, tendo por base as hipóteses de seleção dos observáveis e de sobreposição, o resultado que se busca encontrar é chamado de efeito ou impacto médio do programa sobre os tratados (*Average Treatment Effects on the Treated*), que, na prática, é a diferença entre a média dos indivíduos que receberam tratamento e aqueles que não o receberam, mas que tinham probabilidades semelhantes de participar.

$$ATT = E[Y_{i1} | T_i = 1, Pr(T_i = 1 | X_i)] - E[Y_{i0} | T_i = 0, Pr(T_i = 1 | X_i)]$$

O pareamento por escore de propensão é um método que estima o impacto a partir da análise de características observáveis em grupos de tratamento e controle, porém uma limitação do método é não responder por características não observadas que possam explicar e afetar os resultados durante um espaço de tempo. Devido a esse fato, Gertler et al. (2011) assinala que a aplicação de métodos de pareamento aliados a outros métodos de estimação de impacto pode gerar uma robustez maior nos resultados.

Um método comumente utilizado com o *Propensity Score Matching* é o método Diferenças - em - Diferenças, que compara a variação observada no indicador de interesse em dois períodos de tempo, um período anterior ao programa ($t = 0$) e o efeito em um período posterior ($t = 1$), tanto para o grupo de tratados como para o grupo de controle, tendo como intuito minimizar o efeito dos fatores não observados (PEIXOTO, et al., 2012).

Logo, para aplicação do modelo DD, é necessário que se tenha resultados de linha de base e resultados pós-intervenção, tanto para o grupo de controle como para o grupo de tratamento. Assim é necessária a construção de quatro grupos, não apenas dois, como para a aplicação do PSM (GERTLER, et al., 2011; STUART, 2014), de forma que, no DD, o contrafactual pode ser estimado através do cálculo da mudança nos resultados no grupo de comparação, subtraída da mudança nos resultados no grupo de tratamento:

O impacto médio do programa no método de DD é obtido calculando uma dupla diferença de médias da variável de resultado, denotando por $T = \{1,0\}$ a participação ou não no programa e por $t = \{1,0\}$ os períodos posterior e anterior à intervenção, respectivamente, o estimador de DD será dado por:

$$\beta_{DD} = \{E[Y|T=1, t = 1] - E[Y|T = 1, t = 0]\} - \{E[Y|T=0, t = 1] - E[Y|T=0, T = 0]\}$$

ou seja, pela diferença temporal do que ocorreu com o grupo tratamento subtraída da mesma diferença calculada para o grupo de controle. (FOGUEL, 2012).

Dessa forma, para aplicar esta combinação de métodos, precisamos observar os indivíduos no grupo de controle e no grupo de tratamento em pelo menos dois períodos no tempo $t=0$ e $t = 1$, um anterior ao recebimento do tratamento e um período após o tratamento respectivamente. Assim é realizado o pareamento por meio do *propensity score matching*, baseando-se nas características de linha de base observadas, em seguida, aplica-se o método diferença-em-diferenças para estimar o contrafactual da mudança nos resultados em cada subgrupo de unidades pareadas, por último, calcula-se a média destas diferenças duplas nos subgrupos pareados.

$$ATT_{t_0,t_1} = E[Y_{it1}^1 - Y_{it0}^0 | T_i=1, \Pr(T_i=1 | X_i)] - E[Y_{it1}^1 - Y_{it0}^0 | T_i=0, \Pr(T_i=1 | X_i)]$$

4.2 Estratégia empírica da pesquisa

Esta seção apresenta a trajetória metodológica para a construção da avaliação de impacto, a base de dados da pesquisa e o procedimento de análise e de tratamento dos dados. Esta pesquisa está dividida em 2 etapas distintas: a primeira envolve a aplicação do programa para idosos de baixa renda no município de Palmas e a segunda etapa configura-se na execução da avaliação de impacto.

A primeira etapa da pesquisa foi desenvolvida no período de fevereiro a abril de 2018. Nesta etapa, construiu-se, inicialmente, a estratégia de oferta do programa de educação financeira no município de Palmas, que passou pela formalização de parcerias com as instituições que viriam a ser as receptoras do programa, seguida da primeira coleta de dados para compor a base do trabalho, do estabelecimento do grupo de idosos que iria receber o curso de educação financeira e posteriormente da oferta do programa.

A etapa de avaliação iniciou-se em agosto/2018, cerca de 6 meses após a intervenção inicial, e encerrou-se com a apresentação dos resultados da análise de dados. A metodologia para avaliar o impacto do programa é composta pela utilização dos modelos econométricos *Propensity Score Matching* (PSM) e Diferença-em-Diferenças (DD).

4.2.1 Etapa 1: Aplicação do programa “Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida Financeira”

Na etapa inicial desta pesquisa, aplicou-se o Programa de Educação Financeira “Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida Financeira” - para idosos de baixa renda no município de Palmas, composto por idosos com idade entre 60 e 85 anos com renda média de 2 salários mínimos.

O primeiro passo foi a delimitação dos locais receptores do programa. Para isso, foram firmadas parcerias com instituições que desenvolvem trabalhos de convivência com idosos nos municípios de Palmas. Para construir tais parcerias, foram realizadas visitas às instituições para apresentar a proposta do projeto. Os locais visitados foram os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS de Palmas e a Universidade da Maturidade - UMA, projeto de extensão da UFT - campus Palmas. As visitas foram realizadas no mês de fevereiro/2018 e as instituições que estabeleceram parcerias com o projeto foram o CRAS - 407 Norte, o CRAS –

Taquaruçu e a UMA/UFT campus Palmas.

Após a delimitação dos locais de aplicação da pesquisa, os gestores das instituições parceiras convocaram os idosos que estavam cadastrados na base de dados para uma reunião inicial de apresentação do projeto. Após a apresentação, os idosos interessados em participar do programa foram inscritos. Assim sendo, para cada idoso interessado, foi preenchida uma ficha de inscrição por meio da qual foram coletados dados pessoais e características socioeconômicas.

Figura 6 - Reunião inicial CRAS - Taquaruçu



Fonte: Arquivo de dados da pesquisa.

De posse das inscrições dos idosos, o passo seguinte foi selecionar o grupo de idosos que iriam participar do programa (grupo de tratamento). Então, foi agendado um novo encontro, uma semana após o primeiro, com os idosos inscritos, para que estes respondessem ao questionário de comportamento e conhecimento financeiro, de forma que fossem coletados os dados *baseline*. É importante destacar aqui que, devido à extensão do questionário *baseline*, não foi possível a aplicação no mesmo dia das inscrições, por isso a convocação para a semana seguinte. Entretanto, esta etapa foi fundamental para a delimitação do grupo de tratamento, para isso, dois critérios foram utilizados: **1)** O grupo de tratamento seria composto pelos idosos que estivessem presentes na segunda visita e respondessem ao questionário *baseline*; **2)** uma vez que, 100% dos idosos inscritos comparecessem para responder o questionário base, a seleção do grupo de tratamento seria por meio de sorteio.

Na data agendada nem todos os idosos inscritos compareceram para responder aos questionários de linha de base. Logo, os que compareceram, cerca de 60% dos inscritos, foram designados ao grupo de tratamento (que recebem o programa), os demais passaram a compor o

grupo de controle. Ao todo, 100 idosos se inscreveram e responderam aos questionários *baseline*, destes, 64 compuseram o grupo de controle e 36 o grupo de tratamento.

Após as inscrições, a aplicação do questionário base e a determinação dos grupos de tratamento e controle, passou-se a etapa de oferta das oficinas sobre educação financeira para os idosos que compõe o primeiro grupo. As oficinas foram ministradas em encontros semanais nos CRAS - Taquaruçu (às quartas-feiras, das 14 às 18hs); CRAS – 407 Norte (às quartas-feiras, das 08 às 12hs) e na Universidade da Maturidade – UMA/UFT (às quintas-feiras, das 14 às 18hs) no período de março a abril/2018. Ao todo, foram 4 encontros em cada instituição e um encontro geral de encerramento com uma palestra da prof^a Dr^a Cláudia Forte, superintendente da AEF – Brasil, realizado na Universidade Federal do Tocantins.

Na metodologia da AEF – BRASIL, propõe-se a aplicação de três oficinas. Com a intenção de ampliar o conhecimento dos idosos sobre a temática discutida, acrescentou-se uma oficina sobre economia doméstica, cujo objetivo foi levar orientações sobre o consumo consciente. No quadro 3, estão descritas as temáticas desenvolvidas em cada oficina.

Quadro 3 - Oficinas de educação financeira do programa “Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida financeira”

Oficina	Tema
Oficina 1	De onde meu dinheiro vem e para onde meu dinheiro vai. Objetivo: proporcionar ao idoso maior clareza sobre seus ganhos e seus gastos, para que, ao reconhecer sua situação, possa tomar decisões mais conscientes sobre como utilizar seus recursos financeiros.
Oficina 2	Dívidas na ponta do lápis. Objetivo: Ampliar seu conhecimento sobre tipos de dívidas; Aumentar seu conhecimento sobre elementos que estão sempre presentes nas dívidas, como juros e parcela; refletir sobre sua situação financeira atual, em termos das dívidas que possui; levantar as próprias dívidas pendentes; aprender a controlar e se organizar melhor para o pagamento desses compromissos já assumidos.
Oficina 3	Economia Doméstica Objetivo: Planejar os gastos domésticos; Identificar quais os maiores gastos da família; Desenvolver atitudes de economia no lar; Aprender ações de reutilização e reaproveitamento.
Oficina 4	Meus próximos passos Objetivo: auxiliar o idoso a identificar e a planejar caminhos para melhorar sua situação financeira atual.

Fonte: Adaptado de AEF- BRASIL, 2017.

Cada oficina ministrada contou com um instrutor responsável pelo desenvolvimento das aulas e voluntários que realizavam a monitoria. As oficinas 1 e 4 foram ministradas pela pesquisadora responsável, as oficinas 2 e 3 foram ministradas por instrutores voluntários que foram orientados de acordo com a metodologia.

Como parte da metodologia construída pela ENEF, cada idoso recebeu um kit que continha todos os materiais didáticos que seriam utilizados na aplicação das oficinas, o qual, após o término dos encontros, poderia ser utilizados em casa, colaborando assim para a fixação dos conhecimentos desenvolvidos nas oficinas, o que pode também inferir na medida do impacto do programa. Com o encerramento das oficinas, finalizou-se a primeira etapa desta pesquisa, a fase seguinte constituiu-se da avaliação de impacto.

4.2.2 Etapa 2: Avaliação de impacto do programa “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida Financeira”

A etapa de avaliação de impacto iniciou-se em agosto de 2018, e a primeira ação foi o levantamento de dados pós-intervenção. Nesta etapa, o questionário *baseline*, aplicado para a coleta dos dados antes do programa, foi reaplicado para ambos os grupos (tratamento e controle). Para isso, as parcerias firmadas com as instituições foram fundamentais, pois estas empenharam-se em contribuir com o contato com os idosos de forma que fosse possível reunir todos os inscritos para responder aos questionários. Destaca-se aqui que reunir o grupo de tratamento foi mais fácil e rápido do que reunir o grupo de controle, uma vez que a participação nas oficinas possibilitou a construção de relacionamento com a equipe envolvida. Ao todo, nesta etapa, foram realizadas 8 visitas, 2 no CRAS Taquaruçu, 3 CRAS 407 Norte e 3 na UMA para se aplicar os questionários.

As ações seguintes configuram-se no tratamento e na análise dos dados coletados visando auferir o impacto do programa. A seguir, apresentam-se a descrição dos dados e a aplicação do *Propensity Score Matching*.

4.2.2.1 Base de dados primários

Esta pesquisa utiliza-se de dados primários que foram coletadas por meio da aplicação de questionários como instrumento de coleta. Como já destacado anteriormente, por se tratar de uma avaliação de impacto, foi necessário a coleta de dados em dois momentos distintos, o primeiro em um período $t=0$ (antes da aplicação do programa, que são os dados de linha de base (*baseline*) e em outros período $t=1$ (após a aplicação do programa). Salienta-se aqui que em

ambos os períodos os idosos que compunham o grupo de tratamento e o grupo de controle responderam aos questionários.

Os questionários utilizados nesta pesquisa foram adaptados a partir dos modelos fornecidos pela AEF – BRASIL, que os desenvolveu para a avaliação do programa em questão. Estruturalmente são compostos de cabeçalho e questões fechadas que buscam levantar informações do contexto socioeconômico e sobre conhecimento e comportamento financeiro dos participantes. Além do questionário, a ficha de inscrição também se configura em um instrumento de coleta, uma vez que, por meio dela, foram recolhidas informações de contato e dados socioeconômicos que também compõem a base de dados.

Apesar dos instrumentos já serem utilizados em outras avaliações dessa natureza, para esta pesquisa, foi realizado o pré-teste com um grupo 10 idosos. No pré-teste, foi constatada a necessidade de um aplicador devido à dificuldade de leitura de alguns idosos e à extensão do questionário. Dessa forma, foi recrutada uma equipe com 12 acadêmicos voluntários, do curso de graduação em Ciências Econômicas, que foram treinados para a aplicação dos questionários.

Uma preocupação com esse tipo de instrumento de coleta é o anonimato do questionário, pois é uma importante medida para se elevar a qualidade das informações levantadas, e a garantia dessa medida é de relevância ética para a pesquisa. No entanto, neste tipo de avaliação, para se obter o efeito de uma intervenção, é necessária uma análise da situação dos indivíduos em períodos de tempo pré e pós-programa. Logo, a solução utilizada foi a de vincular a identificação da inscrição com um número de ordem de inscritos. Esse mesmo número foi vinculado ao questionário e usado como única identificação tanto na aplicação de linha de base como para posterior análise da evolução individual das informações coletadas, sem que fossem identificados os participantes nominalmente ou por documentos pessoais.

Os questionários buscaram contemplar questões sobre o comportamento e o conhecimento financeiro dos idosos, de forma que se relacionassem com o conteúdo abordado no programa. No quadro 4, é possível observar os principais objetivos do questionário.

Quadro 4 - Matriz de referência os questionários de comportamento e conhecimento financeiro

Primeira parte do questionário (De onde o seu dinheiro vem?)
Identificar suas fontes de renda (origem dos recursos)
Identificar Fontes de renda FIXAS (Por exemplo: salários, bolsas de auxílio, recebimento de aluguéis, pensões e aposentadorias.)
Identificar Fontes de renda VARIÁVEIS (Alguns exemplos são: comissões de venda, gorjetas, gratificações, venda de produtos/alimentos/artesanatos ou prestação de serviços nas horas extras, empregos temporário na alta temporada turística.)

Segunda parte (Para onde o seu dinheiro vai?)
Mensurar suas despesas (quantidade de recursos gastos em cada destino)
Identificar os destinos dos recursos
Identificar Despesas FIXAS (Por exemplo: aluguel, condomínio, contas de água e luz)
Identificar Despesas VARIÁVEIS (Alguns exemplos são: alimentação, lazer, remédios, transportes)
Calcular o saldo mensal (diferença entre as entradas e saídas)
Classificar sua atual situação financeira
Terceira parte (Dívidas na ponta do lápis)
Reconhecer formas de endividamento / tipos de dívidas (cartão de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal, crediário)
Compreender a relação entre juros com o endividamento
Compreender a relação entre parcelas e o endividamento
Reconhecer a necessidade de avaliar a situação de endividamento
Identificar formas de controle do endividamento
Avaliar opções de crédito
Reconhecer uma situação de inadimplência
Quarta parte (Meus próximos passos)
Anotar as contas a pagar
Pagar contas em dia
Reconhecer a importância do planejamento financeiro
Identificar as vantagens do planejamento financeiro
Reconhecer consequências das decisões financeiras
Organizar programação de pagamentos futuros
Reconhecer a importância de rever hábitos de consumo
Identificar formas de melhorar o futuro financeiro
Identificar como reduzir gastos
Identificar como juntar dinheiro para um objetivo específico (poupança)

Fonte: Adaptado de AEF Brasil, 2017.

É importante destacar aqui que pesquisas que envolvem relatos sobre a vida financeira de um indivíduo são complexas em nível de coleta de informações, uma vez que podem gerar constrangimento devido à natureza das informações. Com o público idoso, o cuidado com a abordagem precisa ser ainda mais observado e considerado, por isso é muito importante o estabelecimento de relação de confiança com eles a fim de que possam se sentir confortáveis e seguros para responder às perguntas. Durante esta pesquisa, os idosos estavam sempre a ser informados sobre os cuidados que estavam sendo tomados em relação às informações repassadas por eles. Outro cuidado tomado foi o de fazer todas as abordagens em locais que eles já estavam acostumados a frequentar, que eram os CRAS e a UMA.

A tabela 1 apresenta a quantidade de idosos que responderam aos questionários em ambos os períodos.

Tabela 1 - idosos que responderam os questionário no período pré e pós intervenção

Inscritos: 100 idosos		
	Grupo de tratamento	Grupo de controle
Pré-intervenção	64	36
Pós-intervenção	62	28

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo.

Como visto na tabela, mesmo com o contato e as visitas realizadas, alguns idosos que responderam ao questionário antes do programa não o responderam após. Mesmo tendo sido feito contato com esses idosos e visita *in loco*, não foi possível a localização deles; alguns não se encontravam na cidade e outros não tinham condições físicas de participar desta etapa. Ainda que o número da amostra tenha sofrido redução, a qualidade da análise não foi prejudicada.

A tabela 2 apresenta também um relação média do perfil dos indivíduos que compõe a amostra.

Tabela 2 - Características dos indivíduos do grupo de tratamento e controle

Grupo de tratamento				
Variável	Média	Desvio padrão	Min.	Máx.
Renda	R\$ 1060.41	551.2609	R\$ 85,00	R\$ 3200,00
Idade	65 anos	7.143355	53 anos	85 anos
-	Não	SIM	-	-
Endividado	68%	32%	-	-
Aposentados	45%	55%-	-	-
Grupo de controle				
Renda	R\$ 1453.75	842.6271	R\$ 300,00	R\$ 3200,00
Idade	70 anos	7.046301	61 anos	85 anos
-	Não	SIM	-	-
Endividado	95%	5%	-	-
Aposentado	30%	70%	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa de campo.

Observando os dados apresentados na tabela, já é possível notar que, na média, os indivíduos do grupo de tratamento são bem semelhantes aos do grupo de controle, o que é positivo, considerando a utilizando de um modelo que busca um grupo com a maior homogeneidade possível. No entanto, ainda assim é necessário o tratamento deles para que os vieses de dissimilaridade sejam eliminados.

4.2.2.2 Descrição dos dados

O impacto do programa de educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica dos idosos foi analisado com base em indicadores que abrangem mudanças comportamentais como: relações com endividamento, consumo, poupança, planejamento, financeiro e ainda conhecimento e comportamento financeiro. Estes indicadores vão mostrar em que aspectos o programa se mostra mais efetivo. Os indicadores foram desenvolvidos pela AEF-Brasil em conjunto com o Banco Internacional de desenvolvimento – BID, sendo que os analisados para esta pesquisa foram:

Indicador 1: Percentual da renda dos idosos gasta com despesas básicas (moradia, alimentação e saúde);

Indicador 2: Percentual de idosos que desenvolveram o hábito de poupar;

Indicador 3: Percentual de idosos que reportam estar inadimplentes;

Indicador 4: Percentual de idosos que melhoraram o comportamento financeiro;

Indicador 5: Percentual de idosos que melhoraram o conhecimento sobre dívidas.

As variáveis que respondem aos indicadores foram levantadas a partir dos dados coletados nos questionários de comportamento e conhecimento financeiro, sendo as respostas dos indivíduos dos grupos de tratamento e controle no período pré e pós – intervenção. O quadro 5 apresenta as variáveis utilizadas.

Quadro 5 - variáveis utilizadas para respostas aos indicadores de impacto.

Variável	Descrição	Valores
Tratamento*	Variável binária que indica a participação do idoso nas oficinas do programa de educação financeira	Tratamento = 1 - Participou das oficinas Tratamento = 0 – Não participou das oficinas
renda_pos	Variável que indica a renda dos idosos, pós programa, gasta com despesas básicas.	Valores percentuais
renda_pre	Variável que indica a renda dos idosos pré programa, gasta com despesas básicas	Valores percentuais
inadimplente_pos	Idosos participantes, que declaram estar inadimplente no pós programa.	SIM , está inadimplente = 1 NÃO está inadimplente = 0
inadimplente_pre	Idosos que declaram estar inadimplente no pré programa.	SIM , está inadimplente = 1

		NÃO está inadimplente =0
poupa_pos	Idosos que declaram ter algum dinheiro poupado no período pós programa.	SIM , tem alguma poupança = 1 NÃO tem poupança =0
poupa_pre	Idosos que declaram ter algum dinheiro poupado no período pré programa	SIM , tem alguma poupança = 1 NÃO tem poupança =0
comp_pos	Idosos que afirmam fazer uma compra e depois pensar como vão pagar no período pós programa.	SIM , faz o gasto e depois pensa como vai pagar = 1 NÃO , pensa antes de fazer o gasto = 0
comp_pre	Idosos que afirmam fazer uma compra e depois pensar como vão pagar no período pré programa	SIM , faz o gasto e depois pensa como vai pagar = 1 NÃO , pensa antes de fazer o gasto = 0
conhdiv_pos	Idosos que responderam corretamente as perguntas sobre o conhecimento sobre dívidas no período pré intervenção.	SIM – entendem o são dívidas = 1 NÃO - entendem o que são dívidas = 0
conhdiv_pre	Idosos que responderam corretamente as perguntas sobre o conhecimento sobre dívidas no período pré intervenção	SIM – entendem o são dívidas = 1 NÃO - entendem o que são dívidas = 0

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3 Aplicação do *Propensity Score Matching*

Quanto à operacionalização do PSM para avaliação de impacto, Jalan e Ravallion (2003) enfatizam que alguns passos devem ser seguidos: **1)** deve-se reunir as duas amostras e estimar a probabilidade de que cada indivíduo se inscreva no programa com base nas características individuais observadas na pesquisa; esse processo gera o escore de propensão; **2)** A partir dos escores de propensão, executa-se o pareamento de cada participantes com os não – participantes; **3)** Estima-se o impacto da política com base na nova amostra.

Neste trabalho, a execução do passo 1 iniciou-se com a coleta de dados que deu origem aos grupos amostrais já apresentados. A partir dos dados dos idosos inscritos e que responderam ambos os questionários, executou-se a regressão *Logit* de forma a estimar a probabilidade de cada indivíduo participar do programa de educação financeira. Os dados utilizados no *logit* foram as variáveis explicativas coletadas nas fichas de inscrições antes do programa, que se mostraram significativas e estão apresentadas no quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - variáveis significativas utilizadas no modelo *logit*

Variável	Descrição	Valores
----------	-----------	---------

Tratamento*	Variável binária que indica a participação do idoso nas oficinas do programa de educação financeira	Tratamento = 1 - Participou das oficinas Tratamento = 0 – Não participou das oficinas
IDADE	Idade dos idosos participantes	Idade está descrita em anos
Renda	Renda mensal de cada idoso participante	Renda está em valores reais 2018
Endividado	Variável que indica a auto declaração de superendividamento	superendividado = 1 não superendividado = 0

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa de campo.

*Variável dependente

Logo, para a regressão e para o cálculo do escore de propensão, tem-se respectivamente:

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1-P_i}\right) = \beta_1 + \beta_2 \text{idade} + \beta_4 \text{renda} + \beta_5 \text{endivid} \quad e$$

$$P_r(T_i = 1|X_i) = \frac{e^{\beta'x_i}}{1+e^{\beta'x_i}}$$

O passo seguinte, após estimar os escores de propensão, é realizar o pareamento dos indivíduos a fim de encontrar um grupo de controle válido. Esse passo é importante, pois vai balancear a amostra de dados de forma a garantir que os indivíduos do grupo de tratamento possam ser comparados com os indivíduos do grupo de controle, pois ambos os grupos têm probabilidades muito semelhantes de participar do programa.

Para realizar o pareamento, neste trabalho, foi utilizada a técnica de *matching nearest-neighbor*, tendo em vista que, de todas as apresentadas no item 5 deste trabalho (*stratification, nearest-neighbor, radius, e kernel*), foi a que apresentou maior significância após os testes. Abaixo seguem os resultados do teste-t para cada um dos algoritmos.

Tabela 3 - T-Test dos algoritmos de *matching*

Método	Renda	Poupança	Inadimplência	Comp. fina.	Conhe_dívida
<i>Nearest-neighbor</i>	1,797**	2,2002*	2,520*	1,431**	2,937*
<i>Kernel</i>	0,933 ^{ns}	1,403 ^{ns}	4,831	0,310 ^{ns}	1,975
<i>Stratification</i>	0,821 ^{ns}	1,589	3,266	0,498 ^{ns}	0,723 ^{ns}
<i>Radius</i>	0,834 ^{ns}	0,593 ^{ns}	1,998	0,132 ^{ns}	1,313 ^{ns}

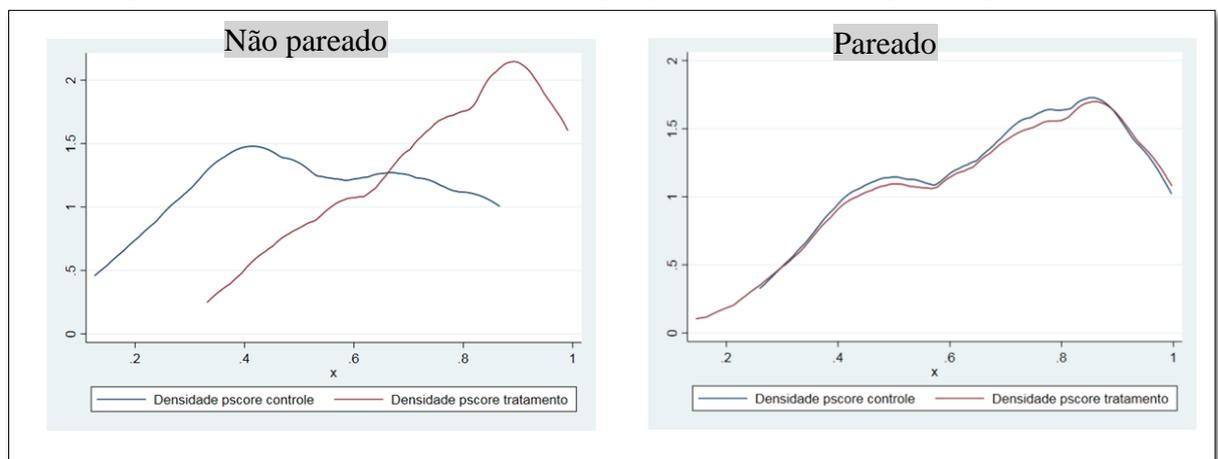
Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo.

*significativo a 1% ** significativo a 10% ns: Não Significativo.

Como a função do *matching* é formar um grupo de controle válido, pode acontecer de alguns indivíduos serem eliminados da amostra no momento do pareamento, fato este que aconteceu nesta pesquisa. Por essa razão, a amostra inicial deixou de ter 92 indivíduos e passou a ter 82, sendo que 58 permaneceram no grupo de tratamento e 24 no grupo de controle.

Uma forma de avaliar o resultado do pareamento é por meio da observação gráfica. Na figura 6, tem-se os gráficos de densidade dos escores de propensão antes e depois do pareamento.

Figura 7 - Distribuição dos escores de propensão antes e depois do pareamento



Fonte: Elaborado pela autora.

Uma vez balanceados os grupos, foi realizada a estimação do *Average Treatment Effects on the Treated* - ATT, que, na prática, é a diferença entre a média dos indivíduos que receberam tratamento e aqueles que não o receberam, mas que tinham probabilidades semelhantes de participar. A estimação do ATT foi feita utilizando o pacote *attnd* no software *STATA 15.1*. Após a estimação do ATT, foi estimado o efeito do programa por meio da aplicação do Diferenças em Diferenças. Nesta etapa, as variáveis utilizadas são as coletadas por meio das respostas dos questionários pelos grupos de tratamento e controle no período pré e pós programa. As variáveis respondem aos indicadores de impacto selecionados e estão descritas no quadro 2.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa. Inicialmente apresenta-se um breve relato sobre as atividades nas oficinas de educação financeira e, em seguida, os resultados da aplicação do *propensity score matching* e do Diferenças em Diferenças.

5.1 “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida Financeira” - Os encontros

A primeira oficina realizada com os idosos foi a oficina temática “De onde o meu dinheiro vem e para onde o meu dinheiro vai”. O principal objetivo deste encontro foi proporcionar aos idosos maior clareza sobre seus ganhos e seus gastos, ou seja, levá-los a identificar todas as fontes de renda que possuem e o quanto têm de entrada financeira todos os meses. Da mesma forma, neste encontro, os idosos foram levados a identificar com o que gastam o seu dinheiro e quais as principais fontes de despesas. Para facilitar esse raciocínio, o material didático é ilustrado e ainda há a presença do instrutor em sala que coordena a dinâmica da oficina.

Além de estimular os idosos a refletir sobre como estão gastando o seu dinheiro, neste encontro foi possível também ajudá-los a diagnosticar como estava a atual situação financeira deles, isto é, se o que ganham tem sido suficiente para todas as despesas do mês ou se é insuficiente.

Figura 8 - Oficina 1 - UMA



Fonte: Arquivos de imagens do projeto.

Já na primeira oficina, ao abordar o tema, foi possível ouvir alguns relatos, como a fala de um dos idosos participantes que afirmou não ter controle de como tem gasto o dinheiro: *“Professora, não tenho a menor ideia de para onde vai o meu dinheiro, eu recebo a minha aposentadoria e ainda não é o fim do mês e já não tenho nada”*. Outros relataram que usam o dinheiro praticamente todo para as despesas básicas: *“O meu dinheiro vai todo para pagar água, luz, gás, alimentação e remédio, o problema é que se eu preciso comprar alguma coisa no fim do mês não tenho mais nada”*. Os idosos foram estimulados a analisar cuidadosamente como estão organizando suas despesas de forma a conseguirem identificar formas de otimização do dinheiro que dispõem todos os meses.

A oficina 2 trabalhou o tema “Dívidas na ponta do lápis”. Neste encontro, o objetivo foi ampliar o conhecimento do idoso sobre tipos de dívidas. Para isso, foi trabalhado com eles o conceito de dívida e ainda os elementos que estão sempre presentes nas dívidas, como parcelas, juros, inadimplência entre outros. Outro ponto importante trabalhado nessa oficina foi o estímulo aos idosos a realizarem o levantamento de suas próprias dívidas. Logo de início, foi observado que muitos dos idosos entendem como dívidas apenas os compromissos que fizeram e não conseguiam cumprir. Isso foi observado, principalmente com falas como: “Eu não tenho dívidas, eu compro parcelado, mas pago tudo em dia”, outras como: “Não devo nada, tenho minhas parcelas nas lojas e meu empréstimo, mas pago até antecipado, antes do vencimento”. A partir daí, já foi desmitificado o conceito de dívida e esclarecido que todo compromisso assumido, estando ele em atraso ou não, é um tipo de dívida.

Um momento muito importante desta oficina foi quando os idosos começaram a descrever os compromissos que tinham e que pagavam mensalmente. Para muitos, foi a primeira vez que visualizaram as suas “dívidas na ponta do lápis”. Falas como *“Nossa professora, essas parcelinhas que fazemos aqui e ali, no final levam todo nosso dinheiro”*, foram ouvidas.

Além do conhecimento sobre as dívidas, nesta oficina, os idosos foram estimulados a “Parar e Pensar” antes de tomar uma decisão financeira. Durante a discussão sobre esse tema, alguns idosos revelavam que, muitas vezes, faziam compras sem pensar se estava mesmo precisando. Nesse sentido, uma das idosas relatou: *“Eu não penso mesmo não, professora. Várias vezes, entro na loja e saio de lá com 3 ou 4 peças e, muitas vezes, nem são para mim, como para os outros”*. Outros relataram que o fato de ter netos os impulsionam a comprar, mesmo sem ter o dinheiro na hora: *“Vejo o brinquedo ou a roupinha para meu netinho, já quero comprar logo”*. Sobre essa questão, foi trabalhado com eles a importância de analisar a situação

financeira antes de fazer qualquer compra, verificar se o item que será comprado é de extrema urgência, se pode esperar, e ainda dar preferência para as compras à vista no lugar das parcelas.

O tema sobre empréstimos consignados também foi abordado nesta oficina, haja vista que os idosos, principalmente os aposentados, são alvos de inúmeros investimentos das instituições financeiras que buscam a venda de empréstimos a juros altos para essa parcela da população. Dentro desta temática, os idosos aprenderam sobre juros e parcelamento, de forma que, caso seja necessária a utilização de um empréstimo, eles tenham autonomia de fazê-lo com todas as informações necessárias para tomar a melhor decisão de onde fazer, como fazer, como será cobrado, se o parcelamento vai interferir no valor final, etc. Para ajudá-los a fixar o conteúdo trabalhado nas oficinas, os idosos receberam os materiais visuais que podiam levar para casa e ter sempre em exposição a fim de guardar e relembrar os conceitos aprendidos.

Figura 9- Oficina 2 - CRAS Taquaruçu



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Na sequência às oficinas ministradas, a oficina 3 trouxe a temática da economia doméstica. Neste encontro, os idosos foram, inicialmente, estimulados a identificar qual a principal fonte de despesa doméstica de sua família. Assim, de forma lúdica e interativa, os idosos foram apresentando o que consideram o maior gasto doméstico. Após esse diagnóstico, a instrutora responsável por esta oficina conduziu os idosos rumo à busca de estratégias que contribuíssem para a redução desses gastos, de forma que, ao fim da oficina, foi possível observar as falas deles sobre o assunto: *“Essa dica de fazer o sabão caseiro é muito boa, vou aproveitar na minha casa”*. Outros já conseguiam enxergar uma oportunidade de renda extra:

“Vou fazer como a professora disse, plantar uma hortinha no meu quintal e ainda posso vender o cheiro verde e fazer um dinheiro extra”.

Nesta oficina, os idosos também foram orientados em como economizar no momento das compras no supermercado, na preparação dos alimentos com dicas de reaproveitamento e aproveitamento total da comida que se prepara no dia a dia visando eliminar o desperdício.

Figura 10- Oficina 3 - UMA



Fonte: arquivo da pesquisa.

A última oficina realizada com os idosos abordou o tema “Planejamento futuro”. Neste encontro, os idosos foram estimulados a identificar e a planejar caminhos para melhorar sua situação financeira atual. Nesta oficina, os principais temas abordados foram planejamento de fontes de rendas extra, poupança, estratégias para redução de gastos e aprendendo a dizer não.

Com a discussão desses temas, os idosos tiveram um tempo para refletir um pouco mais sobre o comportamento relacionado a suas finanças. Uma das participantes relatou que, durante o processo do curso, ela percebeu que a venda de produtos que ela fazia não estava sendo lucrativa: *“Durante as aulas, percebi que precisava melhorar a forma de gerenciar o meu dinheiro, até tenho uma fonte de renda extra, que é a venda de produtos, porém eu vi que, como não me organizava, ela não estava sendo lucrativa”.* Ademais, trabalhar o tema aprender a dizer não foi de grande importância, pois muitos idosos assumem a responsabilidade dos netos e filhos e, por muitas vezes, endividam-se para ajudá-los. Logo, tal tema foi discutido levando o idoso a compreender que a ajuda aos filhos ou aos netos, ou mesmo a compra de presentes,

não é algo errado; no entanto, é necessário, primeiramente, analisar se há condições suficientes para fornecer ajuda ou comprar um presente.

Figura 11- Oficina 4 - Taquaruçu



Fonte: Arquivos da pesquisa

Figura 12– oficina 4 – CRAS 407 Norte



Fonte: Arquivos da pesquisa.

No encerramento do programa, os idosos participaram de uma palestra na Universidade Federal do Tocantins que foi inserida na programação oficial da Semana Nacional de Educação Financeira. Para a palestra, foram reunidos os idosos que participaram das oficinas nos CRAS

e na Universidade da Maturidade. A palestra foi ministrada pela superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil.

Figura 13- Evento de encerramento das oficinas do programa de educação financeira



Fonte: Base de dados da pesquisa.

É importante descartar que as oficinas não foram apenas um momento em que os idosos recebiam conteúdos sobre educação financeira, os encontros foram conduzidos de uma forma participativa a fim de propiciar momentos e espaço em que os idosos pudessem partilhar suas experiências com o consumo e sobre a relação deles com o dinheiro. Esses momentos de partilha foram desenvolvidos por meio do diálogo, sendo essenciais para que a condução das oficinas fosse ao encontro a realidade dos idosos. Ricardo (2001) explica a importância dessa relação, dizendo que o aprendizado do adulto deve, além de buscar desenvolver habilidades e promover conhecimento, promover atitudes favoráveis e oportunas considerando a realidade comum. Além disso, a construção dessa relação com a realidade foi também importante para mostrar que eles faziam parte da construção de cada conhecimento que ia sendo partilhado e que cada experiência tinha a sua importância no desenvolvimento de uma habilidade nova.

Com essa abertura, várias histórias de situações financeiras foram apresentadas, de modo que os idosos puderam falar sobre a relação deles com o dinheiro na infância e na juventude, tornando-se possível discutir como as “crenças” sobre o uso do dinheiro afetava a situação financeira atual deles. Outrossim, partilharam situações sobre endividamento, compra

por impulsividade, enganos na contratação de empréstimos consignados, entre outros. A decisão dos idosos de partilhar suas histórias foi muito importante, pois revelou também que foi construída uma relação de confiança com o projeto e com o mediador, uma vez que era uma preocupação inicial da pesquisa a abordagem por se tratar da temática financeira, o que pode, em grande parte das vezes, gerar constrangimentos.

Essa abertura proporcionou ainda a produção de um documentário no qual os idosos puderam relatar a sua experiência da participação no programa e como a educação financeira modificou a rotina deles em relação ao uso do dinheiro e à tomada de decisão. As falas destacadas ao longo do texto foram retiradas dos depoimentos. Cabe destacar que o documentário encontra-se disponível na plataforma do *YouTube*⁹.

5.2 O impacto do programa de educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica dos idosos.

Esta seção apresenta os resultados obtidos através da análise dos dados pelo *Propensity Score Matching* e pelo *Diferenças em Diferenças*. A priori, serão apresentados os resultados obtidos por meio da aplicação do modelo *Logit*, os escores de propensão, que permitem identificar a contribuição das características individuais na participação do programa de educação financeira. Este modelo mostra-se importante para a análise, uma vez que a medição dos efeitos do programa são impactados dada a qualidade no ajuste deste.

Em seguida, são apresentados os resultados do efeito do programa sobre a vulnerabilidade econômica dos idosos participantes. Para isso, é analisado individualmente o impacto do programa sobre os indicadores: a) percentual da renda gasta com as despesas básicas (alimentação, saúde, moradia, água e luz); b) inadimplência; c) hábito de poupança; c) comportamento financeiro e d) conhecimento sobre dívidas. Estes indicadores, como já citado anteriormente, foram construídos pelo BID como base para avaliação de impacto da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Na tabela 4, apresentam-se os resultados do modelo *logit*. Nesta etapa, a variável dependente tratamento recebeu os valores (0) quando o indivíduo não foi selecionado para participar do programa e (1) quando participou do programa. As variáveis independentes foram analisadas no modelo para verificar quais seriam mais significativas a fim de trazer mais eficiência e precisão aos resultados. Logo, consideraram-se as variáveis que apresentaram nível

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=Ap-yk6s4uwQ>

de significância (*p-valor*) menor ou igual a 10%. Após a análise, as variáveis que extrapolaram esse valor foram descartadas da análise.

Tabela 4 - Regressão *logit* – Contribuição das características individuais para a participação no programa de educação financeira

Tratamento	Coef.	Std. Err.	z	P-Valor	Odds Ratios	Efeito Marginal
IDADE	-0,105824	0,0394005	-2.69	0.007*	0,8995821	-0,0177
RENDA	-0,000803	0,0004185	-1.92	0.055**	0,999197	-0,00013
S.ENDIVIDADO	2.227688	1.120995	1.99	0.047**	9.278393	0,265729
APOSENTADO	0,5913572	0,687860	-0.86	0.390 ^{NS}	1.816834	0,101457
SEXO	-0,300738	0,618578	-0.49	0.627 ^{NS}	0,7331622	-0,15382
CONS	8.789963	2.847997	3.09	0.002	6567.986	-
<i>LR chi2(3)</i> 20.43	<i>Log likelihood</i> 39.358815	<i>Prob > chi2</i> 0.0001	<i>Pseudo R2</i> 0.2060	<i>Count R2 =</i> 80,49%		

Fonte: Elaborado pela autora. Base de dados pesquisa de campo.

*Significante a 1% **Significante a 5% NS – não significativa.

A partir da análise da tabela 4, é possível observar que as variáveis idade, renda, endividado foram significativas a nível de 1 e 5%, respectivamente, para determinar a probabilidade dos indivíduos da amostra participarem ou não do programa de educação financeira, já as variáveis aposentado e sexo não se mostraram significativas. A análise do LR chi2 mostra que pelo menos uma das variáveis explicativas, ou o conjunto delas, é diferente de zero, ou seja, são conjuntamente significativas para explicarem a probabilidade dos idosos participarem ou não do programa. O *Pseudo R2* mostra que aproximadamente 20% da variação da variável dependente pode ser explicada pelas variáveis explicativas. O *count R2* mostra que o modelo é capaz de prever 80,49% dos resultados corretamente.

Conforme os resultados demonstrados sobre as chances de participação no programa de educação financeira, nota-se que o aumento na idade do idoso reduz em 1,11(1/8995821) vezes a chance de ele participar. O mesmo acontece com a variável renda, que explica que, à medida que a renda do idoso aumenta, este tem 1,0008(1/0,999197) vezes menos chances de participar de um programa de educação financeira. Por outro lado, o idoso superendividado tem 9,27 vezes mais chances de participar de um programa de educação financeira do que aquele que não se declara endividado.

Ainda sobre os resultados obtidos por meio da aplicação do *Logit*, temos o efeito marginal das variáveis, que apresenta a probabilidade da alteração da variável de resultado diante da modificação das variáveis independentes. Pelos valores obtidos e apresentados tabela 4, observou-se que a declaração de que está superendividado aumenta em 26% a probabilidade

de o idoso participar do programa de educação financeira, já em relação à idade, à medida que esta aumenta em 1 ano, a probabilidade de participação no programa de educação financeira é reduzida em 1,77%. Para a variável renda, a probabilidade de participação é de 0,013% menor para aqueles que auferem um aumento de salário. No entanto, é possível observar que tanto nas chances e nas probabilidade de participação, a renda é a variável menos determinante, isso pode ser explicado devido à homogeneidade do grupo em relação à renda.

Quanto aos escores de propensão, estes estão localizados no intervalo entre [0,1] e representam a probabilidade de um indivíduo compor o grupo de tratamento. Na tabela 5, apresenta-se o escore de propensão estimado para a participação dos idosos no Programa de Educação Financeira.

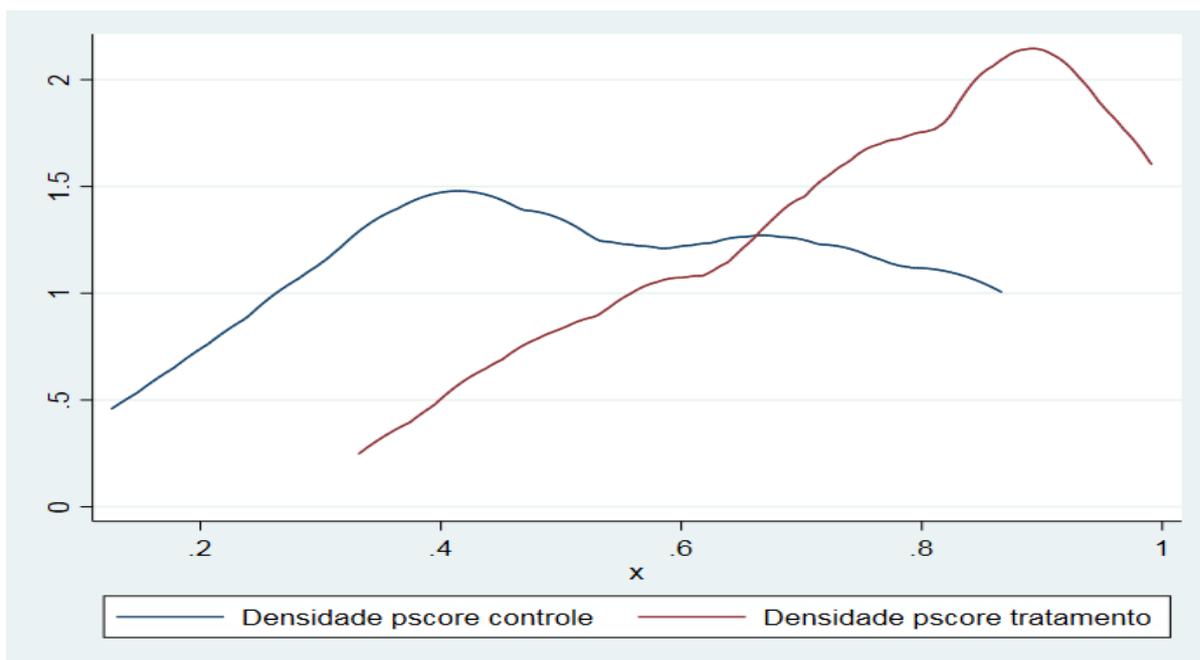
Tabela 5 - escore de propensão

Variável	Nº de observações	Média	Desvio padrão	Min.	Max
mypscore	82	.7073171	.2217137	.1263114	.9908976

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados da pesquisa de campo.

Como observado na tabela 5, a probabilidade média de participação no programa para os indivíduos da amostra é de 70,7%. O indivíduo com menor probabilidade tem 12% e com maior tem 99% chances de participar do programa de educação financeira. Os escores de propensão são fundamentais na realização da avaliação de impacto do programa, no entanto somente a estimação desta probabilidade não é suficiente para que possa ser realizada a comparação dos indivíduos no período pré e pós-intervenção, uma vez que a estimação dos escores não garante uma equivalência estatística entre os indivíduos da amostra. O gráfico 1 ilustra a variabilidade dos escores de propensão antes do pareamento para a amostra selecionada nesta pesquisa.

Gráfico 1- Densidade dos escores de propensão dos indivíduos da amostra antes do pareamento

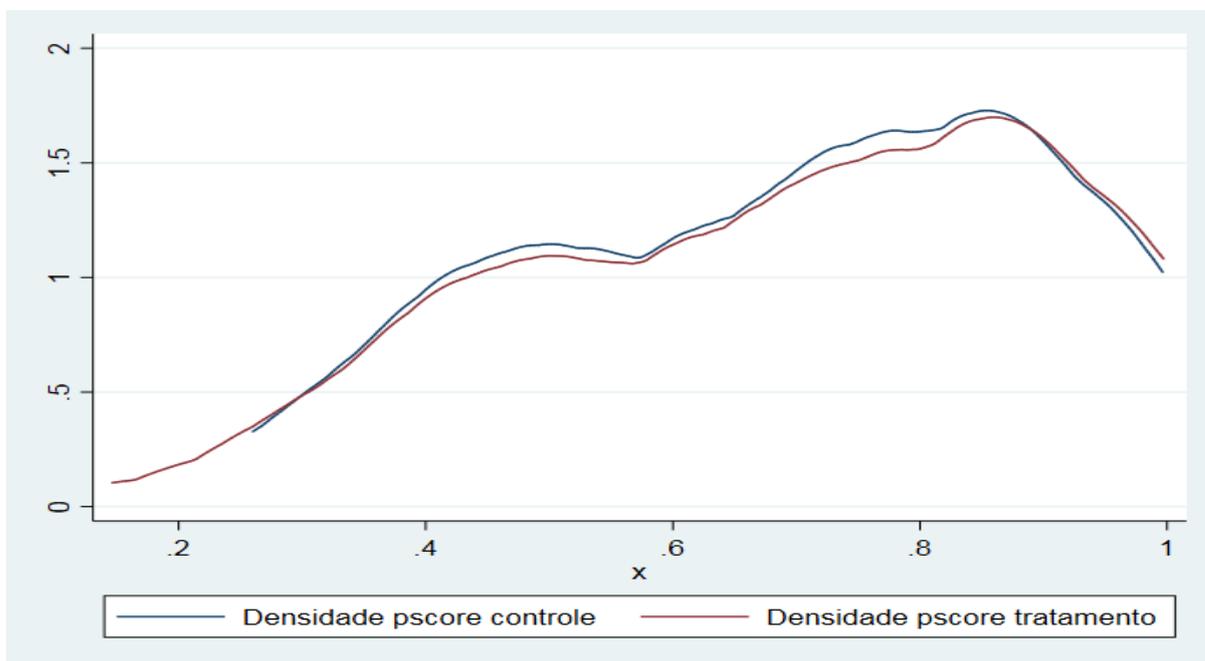


Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados da pesquisa de campo.

Observando o gráfico, percebe-se que essa distribuição não se sobrepõe perfeitamente, ou seja, existe uma assimetria muito acentuada nos escores de propensão do grupo de controle e tratamento. Portanto, nesse cenário, uma comparação direta entre os grupos geraria um viés importante, prejudicando a confiabilidade da análise. Para solucionar essa questão, os indivíduos do grupo de tratamento precisam ser pareados satisfatoriamente com, pelo menos, um indivíduo do grupo de controle, e pode acontecer que não haja nenhum indivíduo semelhante no grupo de controle para algum indivíduo do grupo de tratamento, sendo então descartado da análise.

Dessa forma, após a obtenção dos escores e a análise da distribuição dos deles, foi realizado o pareamento dos indivíduos do grupo de tratamento com os indivíduos do grupo de controle com base do escore de propensão e considerando as características observáveis (renda, idade, superendividado). Para realizar o pareamento, foram testadas as técnicas de *matching*: *Nearest-neighbor*, *Kernel*, *Stratification* e *Radius* a fim de selecionar o algoritmo com os melhores índices de significância. Após os testes, o pareamento pelo *Nearest-neighbor* mostrou-se a melhor opção para a amostra. No gráfico 2, podemos observar a distribuição da densidade do grupo de tratamento e do grupo de controle depois do pareamento. Destaca-se que a análise visual (gráfica) é também uma forma de validar a qualidade do pareamento (AMARAL, 2013).

Gráfico 2 - Densidade dos escores de propensão dos indivíduos da amostra após o pareamento



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados da pesquisa de campo.

Por meio da análise do gráfico 2, nota-se que as variáveis foram controladas de forma a estabelecer um suporte comum entre grupo de tratamento e grupo de controle, o que assegura que a média do escore de propensão não será distinta para os grupos de tratamento e de controle. Dessa forma, a comparação entre ambos os grupos poderá ser realizada sem o risco do viés.

Uma vez estabelecidos e balanceados os scores de propensão, foi realizada a estimativa do efeito do tratamento sobre os tratados - *ATT Average Treatment Effect of Treated* e auferido o impacto do programa sobre a vulnerabilidade econômica dos indivíduos participantes com a aplicação conjunta do método Diferenças em Diferenças.

Para obtermos o efeito do programa sobre a vulnerabilidade econômica dos idosos, foram analisados 5 indicadores de impacto: 1) percentual da renda mensal do idoso gasta com as despesas básicas (alimentação, saúde, moradia); 2) hábitos de poupança; 3) comportamento financeiro; 4) conhecimento sobre dívidas e 5) Inadimplência. Cada indicador foi analisado de acordo com as repostas dos idosos aos questionários aplicados no pré e no pós-programa para o grupo de controle e grupo de tratamento. A tabela 6 mostra os resultados.

Tabela 6 - Efeito do tratamento nos tratados (ATT) do programa de educação financeira

Indicador	ATT - pós	ATT – pré	<i>DifinDif</i>
1-Efeito sobre a renda gasta com despesas básicas	40,59	22,96	17,63
2-Efeito sobre o hábito de poupança	32,8	19,0	13,8
3-Efeito sobre o comportamento financeiro	0,138	0,121	1,7
4-Efeito sobre o conhecimento sobre dívidas	23	18	5
5-Efeito sobre a inadimplência	0,103	0,017	0,86

Fonte: Elaborado pela autora.

O indicador 1 mostra que os idosos que participaram do programa de educação financeira elevaram em 76% (17,63 pontos) o percentual da renda mensal gasta com alimentação, saúde, moradia, água e luz. Um resultado semelhante a esse também foi apurado pela AEF – Brasil quando aplicou o programa a idosos em outras regiões do país. Esses gastos são considerados despesas básicas, ou seja, aquelas que são essenciais à rotina diária do indivíduo.

Uma das despesas que tem um impacto muito significativo sobre os gastos mensais da pessoa idosa é o dinheiro destinado à compra de medicamentos, consultas médicas, exames, entre outros, isto é, os gastos com saúde. Em alguns casos, foi possível notar que tal despesa é ainda maior que os gastos com água e luz e até mesmo alimentação, por exemplo.

Nessa perspectiva, em um estudo realizado, Colet et al. (2016) analisaram os gastos com saúde de 255 idosos pertencentes às classes A, C e E. Os resultados dessa pesquisa mostraram que, em média, 10% da renda mensal dos idosos eram destinados a gastos com saúde. Os gastos com saúde são essenciais e muitas vezes é difícil de serem mudados, e sabe-se que é um gasto sobre o qual o controle financeiro é mais difícil, haja vista que pode ser de emergência. Durante as oficinas, os idosos foram sempre orientados e motivados a otimizar essas despesas, fazendo sempre a pesquisa de preço antes de comprar um medicamento e optando, sempre que houver disponível, por pegá-lo na farmácia do Serviço Único de Saúde e, principalmente, a manter uma reserva de dinheiro para uma necessidade emergencial.

O gasto com alimentação, que também compõe as despesas básicas do idoso, é um dos gastos que levam uma parte significativa da renda. A respeito desse tema, os idosos, além de serem orientados a realizar pesquisa de preço para otimizar os recursos destinados a sua alimentação, também foram motivados a pensar no seu bem-estar e na qualidade alimentar do dia a dia, pois foi ouvido de muitos idosos durante os encontros que, muitas vezes, no fim do

mês, faltava o dinheiro necessário para complementar a alimentação, o que os impedia de ter, por exemplo, uma alimentação mais diversificada. Com isso, os idosos foram coordenados em atividades que tinham como objetivo analisar os gastos com as despesas extras no mês e se esses recursos poderiam ser destinados a melhorar a qualidade da alimentação deles, foram orientados também a ter sempre uma reserva para a última semana do mês, período em que muitos relataram não ter dinheiro para compras complementares.

Outro fator que impacta nos gastos mensais dos idosos é a situação econômica do país. Sobre essa questão, os dados do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE da FVG mostram que a inflação para as pessoas da terceira idade é maior que para os demais. No quarto trimestre de 2018, por exemplo, os idosos sofreram com uma alta de 4,75% no Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), superando o Índice de Preços ao Consumidor Brasil (IPC-BR) de 4,32%, sendo que os maiores aumentos foram nas áreas da alimentação e saúde. Assim, nota-se que são muitas situações que os idosos, principalmente os de baixa renda, têm que contornar no dia a dia para otimizar as suas finanças.

Destarte, nesta área, o programa pode contribuir no que diz respeito a melhorar a perspectiva do idoso em relação a si, ou seja, a passar a enxergar a si mesmo como uma prioridade, como foi apurado na fala de uma idosa na aplicação do questionário pós-programa: *“Antes eu não pensava em mim, só pensava nos outros, agora não, moro com meu filho, então as despesas passaram a ser divididas, eu pago água e ele paga a luz, o supermercado é dividido entre eu e ele, a internet, ele que paga, porque usa mais...”*. Outra participante relatou que o programa a ajudou a melhorar os gastos extras, o que fez diferença no mês, como se verifica em sua fala: *“Durante o curso, eu percebi que tinha uma mania de comer sempre que ia na rua, e era um dinheiro que gastava que somando no fim do mês fazia falta, então eu parei com isso, como em casa, porque como melhor e gasto menos.”*

Além disso, o curso também contribuiu ao partilhar com os idosos ferramentas que ajudam a administrar melhor os gastos mensais. Sobre isso, uma das participantes relatou: *“Já segui a dica de ter uma horta em casa e de fazer o sabão caseiro, já economizo, a próxima dica a seguir será a de dividir o combustível com o vizinho no momento de ir fazer as compras no supermercado”*. Em outro relato, um idoso apresentou sua melhoria no momento das compras: *“Antes do curso, eu ia muito ao mercadinho da minha quadra, comprava as coisas lá, depois percebi o quanto lá era mais caro, agora vou ao supermercado maior que tem preços melhores, assim o dinheiro rende mais”*.

No que diz respeito aos hábitos de poupança, os idosos foram questionados, antes e depois do programa, qual era a situação da família e se, no momento atual, era possível quitar

as despesas básicas e ainda guardar um pouco de dinheiro. O indicador 2 mostra que o efeito do programa sobre este indicador foi de 13,8 pontos, que reflete um aumento de 72% nas respostas sim à pergunta sobre ter uma poupança, no período pós programa.

Ressalta-se que durante as oficinas, ao trabalhar o tema poupança, não lhes foi apresentados formas de investimentos financeiros, como ações, títulos públicos, letras de crédito, etc., o objetivo foi iniciar por um caminho mais simples, que foi o ato de organizar as finanças pessoais para que ao fim do mês possa sobrar algum dinheiro e ajudá-los a entender que este dinheiro poderia ser guardado para uma eventualidade ou mesmo para aquisição de algo importante, pois, muitos idosos relatavam que não conseguiam guardar dinheiro, sempre que tinha algum valor a mais o primeiro impulso era gastar. Em um dos depoimentos dos participantes pode-se perceber: *“eu não podia ter dinheiro na mão, que o primeiro impulso era comprar, porque dinheiro para mim era para gastar, guardar para quê?”*.

Este foi um comportamento bastante comum entre os idosos, um dos fatores que pode explicar esse tipo de comportamento passa pelo contexto histórico da economia do país, pois a maiorias destes idosos viveram um período onde a inflação estava descontrolada e suas famílias precisavam comprar e estocar, pois não sabiam como seria no dia seguinte, isso aliado ao momento que as poupanças foram bloqueadas pode explicar, em parte, a ansiedade pelo gastar e também a pouca disposição para guardar dinheiro.

Para ajudá-los e incentivá-los a fazer o exercício de poupar foi confeccionado um cofrinho personalizado para os idosos levarem para casa, a fim de terem materializado o tema que foi abordado em sala de aula, na intervenção final foi possível levantar alguns depoimentos dos idosos sobre o efeito do programa neste tema: *“no curso eu aprendi a poupar, porque, eu não poupava, gastava meu dinheiro com besteira, ia à rua e todo trocado que eu tinha comprava um doce, um biscoito, e eu não posso, porque sou diabético, agora não, coloco no cofrinho, não gasto com doce, não alimento minha diabete e alimento meu cofrinho”*. Em outro depoimento uma idosa relatou: *“esse curso me ajudou muito, porque eu gastava meu dinheiro comprando muito presente para meus netos, às vezes desnecessário, recebia o pagamento, ia às lojas e comprava sem pensar, agora não, eu paro, penso e depois vejo se compro ou não, e não gasto tudo de uma vez, só o necessário”*.

O hábito de poupar não é comum entre os brasileiros, em pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (2018) foi apurado que apenas 20% dos Brasileiros, fatores como a conjuntura econômica e o controle financeiro são apontados como os principais entraves para esse cenário. Para o brasileiro de baixa renda, é ainda mais difícil a ideia de poupar, uma vez que, de acordo com a pesquisa, é difícil estabelecer um valor fixo para investimento mensal. E

em relação à construção deste hábito, é um processo que leva tempo e exige esforço pessoal. Uma observação importante a ser feita é que o programa apresenta, de fato, um resultado importante observado no período de 6 meses. No entanto, é muito ousado afirmar que este resultado será o mesmo a longo prazo, haja vista os fatores externos que podem influenciar a mudança no comportamento de poupar. Desse modo, avaliações futuras podem indicar a evolução ou retração do impacto inicial, entretanto, o resultado sobre este indicador é um indicativo de que os idosos estão ainda dispostos a mudanças comportamentais na vida financeira.

O indicador de comportamento financeiro teve como objetivo analisar como os idosos se comportam diante de uma situação de tomada de decisão. Para isso, eles foram questionados sobre o que fazem antes de assumir um compromisso financeiro, por exemplo, tomar um empréstimo, comprar um item para casa, comprar um presente para alguém etc. O principal questionamento para este indicador foi: *Você analisa seu orçamento antes de tomar uma decisão financeira? Pensa se pode pagar por uma compra antes de realizá-la?* Como pode ser observado na tabela 6, o impacto do programa sobre este indicador foi de 1.7 pontos, em termos percentuais equivale a um aumento de 14% nas respostas SIM a esta pergunta.

A evolução deste indicador reflete em outros analisados por este trabalho, de forma mais direta nos indicadores de inadimplência e também no indicador de poupança, no sentido de que, uma vez parando para refletir antes de assumir uma dívida ou adquirir um bem, o idoso consegue reduzir a ansiedade pela compra, considerando esperar até que o orçamento permita esse passo a mais na vida financeira. Além disso, é um importante exercício para os idosos no sentido de que precisam lidar, muitas vezes, com os pedidos de netos, filhos e familiares, que podem levá-los a estar em ciclo de endividamento constante, pois, como refletido na fala de alguns, *“às vezes, é difícil dizer não”*. Todavia, durante a participação nas oficinas, foram sempre estimulados a pensar e analisar antes de dizer sim aos pedidos da família.

As relações familiares com idosos foi destaque em pesquisas do IPEA (2012) cujos dados mostram que, no Brasil, observa-se um aumento importante nas famílias que vivem com o idoso, porém não exercem o tradicional papel de cuidadores, pelo contrário, o idoso tem assumido o papel de provedor em muitos lares. Neste cenário, uma forma como o programa contribui é por meio desse questionamento, levando o idoso a fazer uma reflexão de como tem sido o seu cotidiano em termos de tomada de decisão e ainda ajudando-o a assumir a autonomia sobre a sua vida financeira, de forma que possa decidir a melhor forma de gastar o seu dinheiro. Além desse ponto, comportamentos mais simples, como fazer uma lista daquilo é preciso comprar no supermercado, foram pontos abordados a fim de ajudá-los a refletir antes de uma

compra. Além do impacto auferido pela análise dos dados, alguns depoimentos são importantes no sentido de observar esse efeito do programa, como o apresentado a seguir: *“O curso me ajudou muito, uma coisa que faço agora é anotar o que eu preciso comprar, porque antes eu ia fazer as compras e lembrava tudo, agora não, já esqueço e acabo comprando o que não preciso, e anotando fica bom, porque não compra coisas a mais”*.

Sabe-se que, como destacado em outros indicadores, esse efeito pode ser mantido e até evoluído ou não. Assim sendo, somente com outras análises ao longo do tempo será possível auferir impactos futuros desta intervenção, principalmente por se tratar de comportamentos que foram construídos ao longo de anos. Pode ser que, para impactos maiores e para uma mudança duradoura, outras intervenções possam ser necessárias, entretanto, é possível vislumbrar, por meio dos resultados apresentados, que essas mudanças são possíveis.

O indicador que responde ao efeito do programa no conhecimento sobre dívidas foi analisado por meio das respostas dos idosos sobre o que eles consideravam serem dívidas. Por exemplo, foi questionado se contas como água, luz, aluguel e prestação de lojas eram dívidas. A partir das respostas, observou-se que o impacto do programa foi de 5 pontos sobre esse indicador, ou seja, uma evolução de 30% nas respostas corretas sobre o entendimento sobre em relação à média auferida antes da intervenção.

As questões relacionadas a dívidas têm relação direta com o conhecimento financeiro dos idosos. Sob esse ângulo, um comportamento comum entre eles é a afirmação de que dívidas são apenas os compromissos que foram firmados e estão em atraso, o que se apresenta como uma situação delicada frente a situação financeira da pessoa idosa, pois, à medida que não compreendem o fato de que assumir um compromisso financeiro é também assumir uma dívida, isso pode implicar diretamente no nível de endividamento e, por consequência, na qualidade de vida.

A abordagem desse assunto e a mensuração deste indicador auxilia o idoso a uma mudança de atitude frente às situações que o levam a tomar uma decisão financeira, porquanto compreender o que são dívidas contribui para que o olhar sobre a sua condição financeira seja modificado, de forma que ele passe a, antes de assumir um compromisso, analisar o estado de sua vida financeira com o fito de verificar se ele cabe ou não no seu orçamento.

A proposta do programa em ajudar o idoso a compreender o endividamento é importante ainda por auxiliá-lo a buscar uma melhor relação com o que lhe é oferecido pelo mercado de bens e serviços. Em uma das falas de uma participante após o programa, podemos observar esse reflexo do curso: *“Eu queria muito comprar um fogão novo, já tinha um pouco do dinheiro, ia compra parcelado, mas parei e pensei um pouco e vi que podia esperar. Então, no mês seguinte,*

meu marido me deu o restante do dinheiro e comprei o fogão à vista. Foi bem melhor porque não fiquei devendo.

Além dos bens triviais que são oferecidos pela mídia, o idoso tem que lidar ainda com a oferta de crédito que é feita pelas instituições financeiras a todo o momento. Grande parte dessas ofertas é feita sem muitos esclarecimentos para o idoso, induzindo-o a assumir um compromisso financeiro em longo prazo e por um custo muito alto. Uma das principais ofertas é a do crédito consignado, oferecido principalmente para a parcela de idosos aposentados, o que chega a comprometer em média 30% da renda mensal do aposentado.

O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostrou que, nos últimos anos, a terceira idade tem sido a faixa etária que mais se endividou (AMBEP, 2015). A dívida mais comum entre os idosos é o empréstimo consignado, que é descontado diretamente da sua aposentadoria ou pensão. Em relação a isso, Buas (2011) enfatiza que não se trata de condenar a contratação de empréstimo, mas, sim, de criar mecanismos que orientem os consumidores a se posicionar diante da oferta de crédito. Diante disso, estar esclarecido sobre as questões relacionadas às dívidas é de grande importância. Sobre esse aspecto, o efeito obtido pelo programa já é positivo, no sentido de que foi perceptível o aumento do conhecimento dos idosos, que possivelmente vão considerar questionar a si e a um vendedor antes de assumir uma dívida.

Outro aspecto da vida financeira dos idosos analisados por este trabalho foi a situação de inadimplência. Aos idosos perguntou-se sobre estarem com contas em atraso há mais de dois meses, de forma específica, se tinham alguma despesa básica (água, luz ou aluguel) em atraso por este período ou mais. Sobre esse cenário, alguns dados do Brasil são importantes destacar aqui. Em 2018, o SPC-Brasil mostrou que, quando se trata da inadimplência sobre despesas básicas, os números para os idosos são os que mais crescem no país, chegando a representar 34,3% das pendências financeira dos acima de 61 anos, e fatores como despesas com os familiares e os empréstimos consignados são os principais responsáveis por esse cenário, pois levam uma parcela importante dos rendimentos.

A análise realizada para o grupo de idosos participantes desta pesquisa mostrou que o efeito do programa de educação financeira sobre a inadimplência dos idosos foi de 0.086, isto significa que houve um aumento em 50% nas respostas NÃO à pergunta sobre estar com contas em atrasos após a intervenção. O efeito sobre este indicador é também uma resposta que se relaciona com os demais resultados do programa, pois é entendido que, à medida que os idosos passam a se preocupar em como está sua situação financeira, o que ganham e o que gastam; pensar antes de tomar uma decisão que envolva o seu orçamento; procurar reduzir custos por meio da pesquisa de preço e da compra à vista, negociando descontos; identificar os gatilhos

que têm levado o dinheiro que poderia ser poupado e poupar este recurso; identificar novas fontes de renda e dizer não a pedidos de familiares a tendência é que consigam organizar melhor seu orçamento e reduzir as dívidas e, por consequência, a situação de inadimplência.

Diante do exposto, pode-se notar que as interações dos resultados por meio da análise dos indicadores de impacto apontam para um efeito positivo do programa em relação ao cenário financeiro dos idosos que participaram das oficinas, sendo que esse cenário engloba não somente a situação econômica, mas também os comportamentos, atitudes e as percepções deles sobre a vida financeira. Resultados semelhantes foram auferidos na avaliação de impacto realizada pela AEF-Brasil no projeto piloto aplicado em 5 municípios brasileiros em 2017, o que mostra que ações educacionais para o público idoso podem ser efetivas e contribuir para mudança de perspectiva e de realidade, principalmente considerando os que se encontram em situação de vulnerabilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar o impacto do programa de educação financeira “Eu e minha aposentadoria – organizando a vida financeira” sobre a vulnerabilidade econômica de idosos de baixa renda, que aqui foi abordada não somente pela ótica da renda, mas também considerando o conhecimento financeiro, o desenvolvimento de comportamento de tomada de decisão mais consciente e acertada sobre a vida financeira, o comportamento financeiro em relação a hábitos como poupança e a situação de inadimplência.

Por meio da aplicação dos métodos de avaliação de impacto, foi possível observar o efeito do programa de uma forma positiva sobre os indicadores analisados. Observa-se que os idosos que participaram do programa de educação financeira elevaram em 76% o percentual da renda mensal gasta com alimentação, saúde e moradia, água e luz, o que é apontado como positivo, pois indica uma relação com a situação de inadimplência que afeta principalmente as despesas básicas, e que, após a intervenção, reduziu em 50% nos idosos que declararam estar com alguma despesa básica em atraso por 2 meses ou mais.

O efeito mostrou-se positivo também em relação aos hábitos de poupança, uma vez que, após a intervenção, houve um aumento de 72% no número de idosos que responderam “sim” sobre ter dinheiro poupado. Em relação ao conhecimento sobre dívidas, foi analisado se os idosos respondiam corretamente às questões relacionadas a tipos de dívidas, e o efeito foi positivo em 30% neste indicador. No que diz respeito ao hábito de parar e pensar antes de tomar uma decisão financeira, que está relacionado ao comportamento financeiro do idoso, a respeito desse indicador, o efeito auferido foi de 14%. Além dos resultados auferidos pelos modelos econométricos, algumas falas dos idosos destacadas ao longo do texto apontam para o efeito do programa. Essas falas também constam no documentário produzido pelo projeto, o qual coletou os depoimentos de alguns dos idosos que participaram do programa sobre o efeito dele.

De forma prática, foi observado que os idosos que participaram das oficinas, além de se apropriarem de novos conhecimentos, desenvolveram práticas de planejamento, como: guardar dinheiro para comprar um bem à vista, ao invés de comprar parcelado; dividir as despesas básicas com aqueles que moram na mesma casa, não assumindo toda a responsabilidade sozinhos; utilizar as ferramentas de economia doméstica, como ter uma horta, produzir um sabão caseiro, para economizar no orçamento; analisar as despesas fixas antes de assumir outro compromisso ou mesmo antes de comprar um presente para alguém; fazer uma lista de compras no momento de ir ao supermercado; utilizar um cofrinho como inventivo à poupança e fazer uma pesquisa de preço ou de juros antes da tomada de uma decisão financeira.

As pesquisas sobre o efeito da educação financeira para idosos não são muito vastas na literatura, entretanto os resultados apontados nesta pesquisa corroboram com os percebidos nos trabalhos de BUAS (2015) e no relatório de avaliação de impacto da AEF-BRASIL (2017) para o projeto piloto do programa aplicado em alguns municípios do Brasil. Esses resultados, incluindo os que foram auferidos neste trabalho, apontam que as práticas de educação financeira podem contribuir com a criação da autonomia e empoderamento do consumidor idoso, pois, além de oportunizar acesso às informações sobre os produtos financeiros, esse tipo de intervenção leva o indivíduo a uma leitura mais crítica sobre o seu comportamento financeiro diante das mais diversas investidas do mercado e também de terceiros, proporcionando uma atitude mais confiante diante de situações como assim.

Dessa forma, destaca-se que esta pesquisa contribuiu de forma significativa para a construção de uma perspectiva nova sobre a vida financeira para os indivíduos participantes. Ademais, é importante ressaltar que tanto a metodologia do programa como a avaliação de impacto são perfeitamente replicáveis, o que pode contribuir para uma amplificação de resultados como esses e um maior alcance desse tipo de ação.

Outra contribuição desta pesquisa é relacionada à abertura de novos olhares para intervenções e pesquisas futuras dentro da temática aqui estudada, pois, considerando as estimativas para o envelhecimento da população brasileira, o acesso à educação financeira para adultos torna-se um contributo importante para esse processo ocorra de forma saudável. Vale destacar que, durante esta pesquisa, foi possível levantar algumas ações que vêm sendo desenvolvidas nacionalmente, entretanto a maioria dessas ações de educação financeira são voltadas a jovens, adolescentes, crianças, para o público adulto ainda são muito tímidas.

Além das contribuições, é importante ressaltar algumas limitações em pesquisas desta natureza. Uma delas está relacionada à resistência de alguns idosos em falar sobre a vida financeira, pois muitos podem se sentir constrangidos e até temerosos de abordar esse assunto. Uma forma de contornar essa situação é contar com parceiros que já têm a confiança dos idosos, como assistentes sociais, educadores, mediadores entre outros. Outra importante ação é desenvolver diálogo e confiança com eles por meio da demonstração de interesse em sua história de vida e situações que compõe a sua vida financeira cotidiana, para que se sintam parte do desenvolvimento de uma mudança. Outra limitação refere-se à participação deles nas oficinas. Houve, por exemplo, caso de alguns que se inscreveram e não participaram, outros que não se inscreveram e foram participar das oficinas, o que requer do pesquisador uma atenção redobrada quanto aos dados.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se uma nova análise dos indicadores de impacto estudados nesta dissertação a fim de auferir a manutenção deste resultado. Além disso, alvitra-se a expansão desta intervenção para outras regiões do município de Palmas, como também para outros municípios do Estado do Tocantins, com uma amplitude maior de dados para análise, dada a sua importância acadêmica, tendo em vista que a intervenção do programa de educação financeira para adultos é de significativa contribuição social, do mesmo modo é relevante para outros públicos que podem ser contemplados por ações como esta.

REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em direção às melhores práticas de avaliação**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ALVES, José Eustáquio Dinis. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. Insituto Fernand Braudel de Economia Mundial. São Paulo. 2008.
- ARAUJO, *Fábio Francisco de*; ROCHA, *Angela da Rocha*. Significados **Atribuídos ao Lazer na Terceira Idade: Observação Participante em Encontros Musicais**. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, Vol.5, N. 2, Maio/Agosto. 2016.
- ARRETCHE, Marta. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S.l.], v. 18, n. 51, p.7-9, 2003.
- Associação Brasileira de Educação Financeira – AEF BRASIL. **Relatório de Avaliação de programas sociais**. 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em 10 de fev. de 2018.
- AVIOLA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rev. Adm. Pública, vol. 41 no. 6. Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007.
- BALDISSERA, Adelina **Pesquisa-Ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo**. Sociedade em Debate, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto/2001.
- BALLSTAEDT, Ana Luiza Maia Pederneiras. **Comportamento e estilo de vida da população idosa e seu poder de consumo**. In: Encontro Latinoamericano de Diseño, 2., 2007, Buenos Aires. Anales... Buenos Aires, 2007.
- BARROS, Ricardo Paes de, LIMA, Lycia. **Avaliação de Impacto de Programas Sociais: Por que, para que e quando fazer?** In Avaliação Econômica de Projetos Sociais. 1 ed. São Paulo, 2012. Pág 13 – 31.
- BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 9 de maio de 2018.
- BRASIL. **Decreto 7397 de 22 de Dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.
- BRAUNSTEIN, Sandra; WELCH, Carolyn. **Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy**. Federal Reserve Bulletin. Nov, 2002.
- BUAS, Caroline Stumpf. **Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 105-127, jan./mar. 2015.
- BUAS, Caroline Stumpf; CARMELATO, Denise Maria; DOLL, Johannes. **A construção de novas práticas de consumo: uma intervenção pedagógica junto a mulheres idosas na perspectiva da educação popular**. Revista EJA em debate, ano 3, n. 4. Florianópolis, 2014.

BUAS, Caroline Stumpf. **Sobre a construção de conhecimento: uma experiência de educação financeira com mulheres idosos em um contexto popular.** Tese de Doutorado. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO Maria Tereza. **O Envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas.** Rio de Janeiro: IPEA; 2004: p. 261-300.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. **Como vive idoso brasileiro?** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_06_Cap_01.pdf. Acesso em 7 de jan. de 2019.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 2018.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. **O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai-jun, 2003.

CEZAR, Fernanda Moreira. **O consumidor superendividado, por uma tutela jurídica à luz do direito civil constitucional.** Revista Direito do Consumidor. N. 63. P. 131 a 164. Jul/set 2007.

CLOSS, Vera Elizabeth; SCHWANKE, Carla Helena Augustin. **A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010.** Rev. bras. geriatr. gerontol. 2012, vol.15, n.3, pp.443-458.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004.

COLET, Christiane de Fátima; BORGES, Paulo Eduardo Mayorga; AMADOR, Tânia Alves. **Perfil de gastos com medicamentos entre idosos em diferentes grupos socioeconômicos.** Rev. bras. geriatr. gerontol, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 591-601, agosto, 2016.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** RAP, Rio de Janeiro 37(5):969-92, Set./Out. 2003.

DANTAS, Rafael Santos. **Avaliação de impacto de reconhecimento de direito de propriedade de facto: o programa de regularização fundiária do Distrito Federal.** 2013. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne; BUAS, Caroline Stumpf. **Apresentação Educação e Envelhecimento.** - Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-15, jan./mar. 2015.

DOLL, Johannes; BUAES, Caroline Stumpf. **A inserção mercadológica de novos consumidores: os velhos entram em cena.** In: Anais IV Encontro Nacional de Estudos do

Consumo, 2008. Rio de Janeiro. IV Enec Novos Rumos da Sociedade de Consumo? Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008. p. 1-18.

DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Crédito consignado e o superendividamento dos idosos**. Revista de Direito do Consumidor (RDC). V. 107. (SETEMBRO - OUTUBRO 2016).

DUARTE, Vânia Patrícia Pereira **A eficácia dos programas de literacia financeira: o caso da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda**. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em finanças) - Universidade do Porto, Portugal, 2013.

DUTRA, Rita de Cássia. **Indicadores de Vulnerabilidade: no contexto da habitação precária em área de encosta sujeita a deslizamento**. 2011, 170f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Administração pública e políticas públicas**. RAP, Rio de Janeiro 45(3):813-36, maio/jun. 2011.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FERNANDES, Lynch. **Financial Literacy and Downstream Financial Behaviors**. *Management Science*, V 60 (8), pp. 1861–1883.

FIGUEREDO, Marcus Faria; FIGUEREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. n61 Conl., Belo Horizont., 1 (3): 107.127, set/dez. 1986

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, N. 21. p. 211-259. Brasília, 2000.

GARCIA, Nidia. et al. **Financial Education in Latin America and the Caribbean: Rationale, Overview and Way Forward**. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, N.33, OECD Publishing. 2013.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GERTLER, P. J. et al. **Avaliação de impacto na prática**. The World Bank, 2015.

GOLDMAN, Sara Nigri. **As dimensões sociopolíticas do envelhecimento**. Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro. 2004. p. 61-76.

GREE, Margareth; JOSHI,Shareen; ROBLE, Omar. **Por escolha, não por acaso: Planejamento Familiar, Direitos Humano e Desenvolvimento**. Relatório sobre a População Mundial 2012 – UFPA.

HAIMING, Li.; ZHANG, Xiuli. **Population Aging and Economic Growth: The Chinese Experience of Solow Model**. International Journal of Economics and Finance, V. 7, N. 3; 2015.

IMAS, Linda G. Morra; RIST, Ray c. **El camino para la obtención de resultados diseño y realización de evaluaciones eficaces para el desarrollo**. Mayol Ediciones S.A, 2010.

JALAN, Jyotsna; MARTIN, Ravallion. **Estimating the Benefit Incidence of na Antipoverty Program by Propensity-Score Matching**. Journal of Business & Economic Statistics, Vol. 21, No. 1 (Jan., 2003), pp. 19-30. American Statistical Association, 2003.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES.UAB, 2009.

KALACHE, Alexandre. **Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova**. Cad. Saúde Pública [online]. 1987, vol.3, n.3, pp.217-220.

LEBRÃO, Maria Lúcia. **O envelhecimento no Brasil. Aspectos da transição demográfica e epidemiológica**. Rev. Saúde Coletiva. Bimestral. Vol 4. N. 17. São Paulo. 2007. pp 135-140.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas**. Revista de Sociologia e Política, [S.l.], v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013. ISSN 1678-9873.

MARINO, Marcela Regina Guerrer Barrios; SAMPAIO Cesar Augusto. **Brasil Idoso: Desafios para o Consumo - Identidade Científica**. Presidente Prudente - SP, V. 4, n. 1, p. 22-40, jan./jun. 2013.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28.

MELO, Natália Calais Vaz de; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERREIRA, Marco Aurélio Marques, SILVA, Neuza Maria da Silva. **Consumo por idosos no Brasil nos arranjos familiares “unipessoal” e “residindo com o cônjuge**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, 2014; 17(4):841-852.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, 2016; 19(3):507-519.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Saga, 1972.

SERRANO, Maria Manuel; NETO, Paulo; SANTOS, Anabela (2015). **“Eficácia, Eficiência e Sustentabilidade. Uma análise a partir das políticas públicas”**. In Paulo Neto & Maria Manuel Serrano (Coord.) (2015). Políticas Públicas, Economia e Sociedade. Contributos para a Definição de Políticas no Período 2014-2020 (pp. 105-138). Alcochete: Nexo Literário [ISBN 978-989-8529-52-7]

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004.

ONU – Organização Nacional das Nações Unidas. **Relatório do Conselho Econômico e Social para o comitê da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento**, 2011.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **Advancing National Strategies for Financial Education A Joint Publication by Russia's G20 Presidency and the OECD**. 2013.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação Financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. In: REIS, Adacir (org). Fundos de pensão e mercado de capitais. 1. ed. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

PEIXOTO, Betânia et al. **Avaliação Econômica de Projetos Sociais**. 1. ed. , 2012. v. 1. 186p.

PINTOS, Ana Elenara da Silva. **Análise da experiência em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. Brasília – 2017.

REMUND, David – **Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy**. The Journal of Consumer Affairs. 2010. 276-295.

RODRIGUES, Waldecy Rodrigues; NEVES, Renan Pereira. **Efeitos da Qualificação Profissional Sobre a Empregabilidade e Renda Dos Jovens: O Caso Do Pronatec em Porto Nacional - TO**. Informe Gepec, Toledo, v. 20, n.1, p. 148-163, jan./jun. 2016.

ROSENBAUM, Paul; RUBIN, Donald. **The central role of the propensity score in observational studies for causal effects**. *Biometrika*, 70(1), 41–55, 1983.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rev. Adm. Pública [online]. 2007, vol.41, n.6, pp.1121-1141.

SERAPIONI, Mauro. **Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXXI, 2016, pág. 59-80.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. **Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2016, n.126, pp.215-234.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil. Características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Caderno NEPP/UNICAMP, Campinas, n. 48, p. 1-16. 2000.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA Fernanda Peixoto (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação

Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOARES, Maria.; CUNHA, Estela. **Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Ensino a Distância (EAD). Curso de Formação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Módulo Avaliação.** Belo Horizonte: UFMG, 2015

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STUART Elizabeth. **Matching methods for causal inference: A review and a look forward.** *Statistical Science*, 25(1):1–21, 2010.

TAVARES, Everkley Magno Freire. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos.** *Holos*, [S.l.], v. 1, p. 120-129, dez. 2007. ISSN 1807-1600.

THOEING, Jean Claude. **Avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública.** *Revista do Serviço Público Ano 51 Número 2 Abr-Jun 2000*

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** *Rev. Adm. Pública* [online]. 2008, vol.42, n.3, pp.529-550.

VAN ROOIJ, Maarten; LUSARDI, ANNA, Maria; ALESSIE, Rob, 2011. **Financial literacy and stock market participation**, *Journal of Financial Economics*, Elsevier, vol. 101(2), pages 449-472.

VASCONCELOS, Adriana Miranda; SILVA, Neuza Maria da; FONTES, Márcia Barroso. **O consumo dos serviços de crédito por idosos do Programa Municipal de Terceira Idade de Viçosa, MG.** *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 94-106, jan/jul, 2017.

WEISS, Carol h. **Have We Learned Anything New About the Use of Evaluation?** *Ameritean Journal of Evaluation*, Vol. 19, No. 1, 1998, pp. 21-33

WILLIAMS, Toni. **Empowerment of Whom and for What? Financial Literacy Education and the New Regulation of Consumer Financial Services.** *Law & Policy*, n. 29, v. 2, p. 226-256, abril, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Av. NS 15, ALCNO 14 | Prédio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
 Regional | 77001-090 | Palmas / TO (63) 3232-8224 |

<http://ww2.uft.edu.br/ensino/pos-graduacao/mestrado-edoutorado/13340-programa-de-pos-graduacao-em-desenvolvimento-regional> | pgdra@uft.edu.br

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa : **O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A VULNERABILIDADE ECONÔMICA EM IDOSOS DE BAIXA RENDA. UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA —EU E MINHA APOSENTADORIA – ORGANIZANDO A VIDA FINANCEIRA**, Sob a responsabilidade da pesquisadora **Rafaela Aires Tavares Santos** , a qual pretende Avaliar o impacto do programa de Educação Financeira “Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida financeira”, sobre a vulnerabilidade econômica e a elevação das condições de vida dos idosos de baixa renda.

A educação financeira se torna relevante a medida que contribui com o público de idosos auxiliando-os em meios de proteção contra fraudes, na gestão da sua renda e ainda na redução do endividamento, aprimorando maneiras de usar o dinheiro de forma saudável, contribuindo assim como o empoderamento do consumidor idoso no sentido de ampliar a sua capacidade de intervenção social apropriando-se de novos conhecimentos sobre o consumo.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio da resposta a 2 questionários para coleta de dados bem como a participação em uma seleção para participar de um curso de educação financeira aplicado em três encontros. A coleta será realizada de forma individual por uma equipe treinada de forma que nenhum dos dados fornecidos será divulgado, sendo garantida a confidencialidade dos mesmos. Informamos ainda que a coleta será realizada em dois momentos distintos, a primeira neste primeiro encontro, onde se concede esta autorização, e a próxima daqui a um período médio de 6 meses, sendo o(a) sr(a) será antecipadamente comunicado da data/hora e local .

Serão coletados dados socioeconômicos e dados referente a sua vida financeira, informações como renda, gastos mensais, situação de endividamento, situação sobre inadimplência, entre outros.

Cabe-nos informar dos riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. As perguntas giram em torno de sua vida financeira, logo podem causar desconforto, inibição, ansiedade, medo, preocupação, desgaste emocional ou algum malestar em relação a sua saúde devido às informações que serão solicitadas. Entretanto, reforçamos que os questionários serão aplicados de forma individual e nenhuma das informações será divulgada a nenhum outro participante nem a pessoas externas. A equipe de aplicação é treinada para que possa o deixar mais

confortável possível no momento da coleta de dados. Destacamos ainda que a nossa equipe providenciará o atendimento necessário caso algum risco ou problema ocorra durante a realização da pesquisa. Entretanto, reforço que a participação é voluntária, de forma que a qualquer instante você tem a liberdade de decidir não participar, ou até mesmo de desistir da participação, mesmo já a tendo iniciado.

Se o(a) sr(a) aceitar participar, estará contribuindo para a expansão de uma política pública que é emergente no país, e ainda será beneficiado com conhecimento práticos que contribuirá com a sua vida cotidiana e bem estar financeiro. Sua participação também contribuirá para o alargamento da pesquisa científica e a área de políticas públicas para idosos no Brasil.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Informamos ainda que após a finalização da pesquisa, os resultados serão apresentados a todos que participaram do projeto, garantindo assim o feedback para o(a) sr(a) que se disponibilizou a participar.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, pelo telefone (63) 99286-0154, ou e-mail: rafaelaires0122@gmail.com.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: cep_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almoxarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 as 17 horas e quarta e quinta das 9 as 12 horas.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós.

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

Palmas- TO, _____/_____/_____

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do participante

Assinatura Testemunha

Impressão Digital

ANEXOS

ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A VULNERABILIDADE ECONÔMICA EM IDOSOS DE BAIXA RENDA. UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EU E MINHA APOSENTADORIA ORGANIZANDO A VIDA FINANCEIRA.

Pesquisador: RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 98858718.0.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.037.204

Apresentação do Projeto:

Universidade Federal do Tocantins - UFT, em 2017, tornou-se uma parceira da AEF-BRASIL, por meio do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR e propôs-se a executar, inicialmente, um dos programas de educação financeira desenvolvidos pela associação, o Programa de Educação Financeira "Eu e minha aposentadoria, organizando a vida financeira", tem como público alvo idosos com renda mensal de até dois salários mínimos. O programa será executado, como parte desta pesquisa de dissertação, na UFT, com os idosos alunos da Universidade da Maturidade - UMA . Além da oferta do programa, esta dissertação propõe-se a avaliar os efeitos do programa, sob o questionamento: Qual o impacto do programa de Educação Financeira: "Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida financeira" sobre a redução da vulnerabilidade econômica? A avaliação do impacto oportunizará a apreciação do programa no diz respeito aos efeitos do mesmo na vida dos indivíduos participantes, buscando resposta ao questionamento levantado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Avaliar o impacto do programa de Educação Financeira "Eu e minha aposentadoria – Organizando a vida financeira", sobre a vulnerabilidade econômica e a elevação das condições de vida dos idosos

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 3.037.204

de baixa renda.

Objetivos Específicos

Aplicar as tecnologias sociais desenvolvidas pela AEF – Brasil para o programa de educação financeira para idosos de baixa renda;

Quantificar o efeito da Educação Financeira sobre a vida idosos participantes do programa em comparação aos não participantes, no período pré e pós-intervenção.

Analisar em quais aspectos da vida financeira dos idosos o programa mostrou-se efetivo;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco

As perguntas giram em torno de sua vida financeira, logo podem causar desconforto, inibição, ansiedade, medo, preocupação, desgaste emocional ou algum mal estar em relação a sua saúde devido às informações que serão solicitadas. Entretanto, reforçamos que os questionários serão aplicados de forma individual e nenhuma das informações será divulgada a nenhum outro participante nem a pessoas externas. A equipe de aplicação é treinada para que possa o deixar mais confortável possível no momento da coleta de dados. Destacamos ainda que a nossa equipe providenciará o atendimento necessário caso algum risco ou problema ocorra durante a realização da pesquisa. Entretanto, reforço que a participação é voluntária, de forma que a qualquer instante você tem a liberdade de decidir não participar, ou até mesmo de desistir da participação, mesmo já a tendo iniciado.

Benefícios:

Se o(a) sr(a) aceitar participar, estará contribuindo para a expansão de uma política pública que é emergente no país, e ainda será beneficiado com conhecimentos práticos que contribuirá com a sua vida cotidiana e bem estar financeiro. Sua participação também contribui para o alargamento da pesquisa científica e a área de políticas públicas para idosos no Brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante, pois nos leva a refletir acerca de programas sociais.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
 UF: TO Município: PALMAS
 Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.037.204

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados adequadamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1194773.pdf	01/11/2018 19:53:15		Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	01/11/2018 19:45:45	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_ALTERADO.docx	01/11/2018 19:45:32	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ALTERADO.docx	01/11/2018 19:45:03	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
Outros	carta_apresentacao_CEP.pdf	05/09/2018 13:25:53	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
Orçamento	Orcamentos_pesquisa.pdf	05/09/2018 13:24:37	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_conhecimento_aprovacaoCEP.pdf	05/09/2018 13:24:10	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma_pesquisa.pdf	05/09/2018 13:23:38	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP.docx	27/08/2018 13:33:01	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	27/08/2018 13:31:38	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_reitor2.pdf	27/08/2018 13:26:56	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	27/08/2018 13:26:44	RAFAELA AIRES TAVARES SANTOS	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090

UF: TO Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.037.204

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 25 de Novembro de 2018

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uf@uft.edu.br

ANEXO II – DECRETO Nº 7.397, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - atuação permanente e em âmbito nacional;
- II - gratuidade das ações de educação financeira;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII - avaliação e revisão periódicas e permanentes.

Art. 3º Com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF, cuja composição compreenderá:

- I - um Diretor do Banco Central do Brasil;
- II - o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;
- III - o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
- IV - o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;
- V - o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;
- VI - o Secretário-Executivo do Ministério da Educação;
- VII - o Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência Social; *(Inciso com redação dada pelo Decreto nº 8.584, de 7/12/2015)*
- VIII - o Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; e *(Inciso com redação dada pelo Decreto nº 8.584, de 7/12/2015)*
- IX - até seis representantes da sociedade civil, na forma do § 2º. *(Inciso com redação dada pelo Decreto nº 8.584, de 7/12/2015)*

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I a VIII, bem como seus suplentes, serão indicados pelos seus respectivos órgãos e entidades, no prazo de quinze dias contados da publicação deste Decreto.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso IX, bem como seus suplentes, serão indicados nos termos estabelecidos pelo regimento interno do CONEF.

§ 3º Os representantes indicados na forma dos §§ 1º e 2º serão designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 4º O CONEF será presidido, a cada período de doze meses, em regime de rodízio e na ordem a seguir, pelo representante do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, da Superintendência de Seguros Privados e do Ministério da Fazenda. *(Parágrafo com redação dada pelo Decreto nº 8.584, de 7/12/2015)*

§ 5º O Banco Central do Brasil exercerá a secretaria-executiva do CONEF, prestando o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos objetivos do Comitê.

§ 6º O CONEF poderá criar grupos de trabalho, por prazo determinado, destinados ao exame de assuntos específicos, bem como comissões permanentes, de atividades especializadas, para dar-lhe suporte técnico, integrados por representantes dos órgãos e entidades que dele participam.

§ 7º O CONEF poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil para participar e colaborar com a consecução de seus objetivos, na forma do seu regimento interno.

Art. 4º Ao CONEF compete:

I - promover a ENEF, observada a finalidade estabelecida no art. 1º, por meio da elaboração de planos, programas e ações; e

II - estabelecer metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF.

Parágrafo único. Caberá aos membros do CONEF elencados nos incisos I a VIII do art. 3º aprovar, por maioria simples, seu regimento interno.

Art. 5º Para assessorar o CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados com a educação financeira e previdenciária, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Grupo de Apoio Pedagógico - GAP, que terá em sua composição um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Educação, que o presidirá;

II - Banco Central do Brasil;

III - Comissão de Valores Mobiliários;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Superintendência de Seguros Privados;

VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

VII - Conselho Nacional de Educação; *(Inciso com redação dada pelo Decreto nº 8.584, de 7/12/2015)*

VIII - Ministério da Justiça; e *(Inciso acrescido pelo Decreto nº 8.584, de 7/12/2015)*

IX - instituições federais de ensino indicadas pelo Ministério da Educação, até o limite de cinco, no máximo de uma por região geográfica do País. *(Primitivo inciso VIII renumerado pelo Decreto nº 8.584, de 7/12/2015)*

§ 1º O Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação serão convidados a integrar o GAP.

§ 2º O Ministério da Educação exercerá a secretaria-executiva do GAP, ao qual prestará o apoio administrativo necessário.

§ 3º Os órgãos e entidades representados no GAP deverão, em até quinze dias após a designação dos membros do CONEF, indicar os seus representantes e respectivos suplentes ao presidente do Comitê, a quem competirá designá-los.

§ 4º O GAP poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil para participar de suas reuniões, na forma do seu regimento interno.

§ 5º A primeira reunião do GAP será convocada pelo presidente do CONEF.

§ 6º O GAP aprovará o seu regimento interno por maioria simples, presentes pelo menos metade mais um dos seus membros.

Art. 6º A participação no CONEF e no GAP é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Guido Mantega

Fernando Haddad

Carlos Eduardo Gabas

Henrique de Campos Meirelles

ANEXO III - QUESTIONÁRIO DE COMPORTAMENTO E CONHECIMENTO FINANCEIRO

1. De onde seu dinheiro vem? Assinale com X as alternativas que representam de onde veio o dinheiro que você e sua família receberam no mês passado. (PODE ASSINALAR MAIS DE UMA)

- A) () APOSENTADORIA
 B) () PENSÃO
 C) () RECEBIMENTO DE SALÁRIO
 D) () OUTROS BENEFÍCIOS, COMO BPC (Benefício de assistência à pessoa com deficiência) / LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social)
 E) () BICOS (Ex: serviço temporário, faxina, reparos, cuidar de crianças ou idosos)
 F) () VENDA DE PRODUTOS OU ALIMENTOS
 G) () RECEBIMENTO DE ALUGUEL
 H) () AJUDA DE PARENTES

2. Agora, indique o quanto você e sua família gastaram em cada um desses itens no mês passado. (Em cada tipo de despesa que você ou alguém da sua família tiveram, escreva o valor aproximado quando você souber e FAÇA UM X QUANDO VOCÊ NÃO SOUBER O VALOR. Se vocês não tiveram essa despesa, coloque zero (0).)

Gastos com Moradia		
	Você	Sua família
Aluguel, condomínio, prestação da casa.	R\$	R\$
Água	R\$	R\$
Luz	R\$	R\$
TV a cabo, internet	R\$	R\$
Telefone fixo e celular	R\$	R\$

Gastos com Saúde		
	Você	Sua família
Plano de saúde Remédios Consulta médico ou dentista Seguro de Vida e Funerário	R\$	R\$

Gastos com Educação		
	Você	Sua família
Material escolar Uniforme Parcela da escola	R\$	R\$

Alimentação		
	Você	Sua família
Mercado ou venda, padaria, açougue ou peixaria, feira, gás	R\$	R\$

Higiene e Beleza		
	Você	Sua família
Roupas, calçados, farmácia e perfumaria, salão de beleza, cosméticos, outros	R\$	R\$

Lazer		
	Você	Sua família
datas comemorativas, cinema, viagens, passeio, baile, bar, jogos, comida fora de casa.	R\$	R\$

Família e comunidade		
	Você	Sua família
Presentes, díizimo ou oferta,	R\$	R\$

empréstimos para familiares ou amigos, cuidados com animais de estimação		
--	--	--

Outros		
Móveis, eletrônicos, eletrodomésticos, material de construção, outros	Você	Sua família
	R\$	R\$

3. No **mês passado**, para pagar as contas mostradas acima, precisou pedir algum dinheiro emprestado para conseguir pagar? Quanto?

- () SIM. Precizou: R\$ _____
 () NÃO

5. Quais dos itens abaixo são tipos de dívidas? Assinale com X a coluna SIM, se você considera a alternativa como uma dívida, NÃO, se você não considera ou "Não sei".

	SIM	NÃO	Não sei
A. Fiado	()	()	()
B. Fatura de Cartão de Crédito ou de Loja	()	()	()
C. Empréstimo	()	()	()
E. Seguro de saúde, funerário etc	()	()	()
F. Empréstimo consignado	()	()	()
G. Crediário	()	()	()
H. Cheque Especial	()	()	()
I. Conta de água, luz etc.	()	()	()
J. Prestações da casa, do terreno ou apartamento	()	()	()
K. Aluguel ou Condomínio	()	()	()
l. Dízimo	()	()	()

5. O que você faz antes de tomar qualquer decisão financeira, ou seja, antes de fazer uma compra, antes de pegar um empréstimo etc.? (Assinale X em SIM

para as ações que você realiza no seu dia a dia e NÃO para as que você não realiza.)

	SIM	NÃO
A. Checa se possui dinheiro na conta ou se ainda tem limite no cartão de crédito	()	()
B. Faz o gasto, e, depois decide como reduzir alguns gastos para conseguir pagar todas as contas.	()	()
C. Pesquisa os preços do produto ou serviço em diferentes locais.	()	()
D. Não pensa muito antes de tomar uma decisão financeira, afinal, está sempre com pouco tempo e com o dinheiro curto.	()	()
E. Pensa se realmente precisa fazer a compra, avalia as consequências de gastar aquele valor, pesquisa alternativas de preço e, só, então decide.	()	()
F. Não pensa muito antes de tomar decisões financeiras, pois, seus gastos não variam muito.	()	()

6. O que é o empréstimo ou crédito consignado? Assinale com X a alternativa correta ou "Não sei".

- A. () É um empréstimo qualquer, por meio do qual você retira um montante de dinheiro e paga por ele em parcelas mensais.
 B) () É um empréstimo específico para a pessoa aposentada, por meio do qual o banco ou instituição financeira desconta o valor das parcelas diretamente da aposentadoria.
 C) () Não sei

7. É importante ter alguns cuidados antes de pegar um empréstimo consignado. (Assinale com X a coluna SIM, se você concorda com os cuidados citados abaixo e NÃO se você não concorda.)

	SIM	NÃO
A. Tomar o empréstimo em banco ou instituição financeira e, não com	()	()

pastinhas (corretores de crédito que vendem de porta em porta).		
B. Pegar o empréstimo em financeira que não se o cliente pode pagar.	()	()
C. Pesquisar as condições e taxas de juros em diferentes instituições financeiras e bancos.	()	()
D. Analisar os valores da parcela e dos juros a serem pagos para diferentes números de parcelas	()	()
E. Deixar filhos e/ou netos negociar as condições do empréstimo por você.	()	()
F. Ler o contrato do empréstimo consignado com atenção e não assinar nada antes de ter clareza e estar seguro do que se trata.	()	()
G. Assinar uma procuração que permita ao gerente do banco ou vendedor do crédito escolher a melhor opção para você.	()	()
H. Tomar o empréstimo no valor que precisa, independentemente do que terá que pagar de valor correspondente aos juros.	()	()
I. Tomar o empréstimo no maior número de parcelas, para que o valor mensal caiba no bolso.	()	()

8. A respeito de empréstimos, assinale com X a coluna SIM, se você concorda, e NÃO se você não concorda .

	SIM	NÃO	NÃO SEI
A. . Quanto maior o número de parcelas para pagar um empréstimo pessoal, maior será o valor final a ser pago pela pessoa para quitar a dívida.			
B. Independentemente do número e valor das parcelas, o valor da dívida não muda			
C. Quanto menor o número de parcelas e menor o tempo necessário para se quitar um empréstimo, mais baixa é a taxa de			

juros que se pode negociar.			
D. Todos os bancos possuem as mesmas taxas de juros para o mesmo valor de empréstimo.			

9. Em relação ao uso do cartão de crédito, assinale com X a coluna SIM, se você concorda e NÃO se você não concorda com as afirmativas abaixo.

	SIM	NÃO	NÃO SEI
A. O pagamento da fatura pode ser feito no valor total, parcial ou mínimo. Independentemente de você pagar tudo ou pagar apenas parte, o valor final a ser pago não muda.			
B. Quando se paga apenas o valor mínimo da fatura, no mês seguinte o banco cobrará de você: o valor da nova fatura somado do valor restante da fatura anterior, acrescido de juros.			
C. Parcelar o valor da fatura do cartão de crédito não tem juros.			
D. Se a fatura do cartão não é paga em dia, o banco cobra multa e juros por dia de atraso.			

10. Por qual das situações abaixo você passou no mês passado? Em cada opção que você passou, escreva o valor aproximado quando você souber. Quando não souber o valor, faça um X. E se você não teve essa despesa, coloque zero (0).

() A. Ficou com o saldo negativo na conta bancária ou usou o cheque especial? Quanto? _____

() B. Contratou empréstimo consignado ou teve parcela do crédito consignado descontada? Quanto _____

() C. Pediu empréstimo pessoal ou pagou parcela do empréstimo pessoal? Quanto R\$ _____

D. Pagou fatura do cartão de crédito?
Quanto?

R\$ _____

E. Pagou prestação de um ou mais carnês?
Quanto R\$ _____

F. Pagou parcela de financiamento de casa própria, carro ou outro financiamento?
Quanto?

R\$ _____

G. Pagou parcela de um empréstimo que pegou com conhecidos ou parentes?
Quanto?

R\$ _____

—

11. No momento, com qual descrição abaixo você identifica a situação financeira da sua família?

A. O que você e sua família ganham é suficiente para as necessidades básicas, para outros gastos necessários e ainda **conseguem guardar um pouco do que ganham (fazer uma poupança).**

B. O que vocês ganham é suficiente para as necessidades básicas, outros gastos necessários, mas **não é suficiente para guardar um pouco** (não poupam nada).

C. O que vocês ganham é suficiente para as necessidades básicas, mas **não tem sido suficiente para outros gastos necessários** e nem para guardar um pouco, mas **vocês não têm dívidas.**

D. O que vocês ganham é suficiente para as necessidades básicas, mas **não tem sido suficiente para outros gastos necessários, pois precisam pagar as dívidas.**

E. O que vocês ganham é suficiente para as necessidades básicas, mas **não tem sido suficiente para outros gastos necessários e nem para pagar todas as dívidas.**

F. Como as **dívidas estão grandes**, o que você e sua família ganham já **não é suficiente nem para pagar todas as necessidades básicas.**

G. Não sei

12. Assinale abaixo quais situações você acha que estão relacionadas a situação de inadimplência:

	SI M	NÃ O
A. Ter contas em atraso?	()	()
B. Ter dívidas (empréstimos/financiamentos para pagar; carnê/compras parceladas, usar cheque especial)?	()	()
C. Ter dívidas em atraso?	()	()
D. Ter dívidas renegociadas?	()	()
E. Estar com o “nome sujo”?	()	()

13. Assinale abaixo a coluna SIM ou NÃO, se você está em atraso por **mais de 02 meses** com o pagamento de alguma dessas opções:

	SIM	NÃO
Alguma conta, por exemplo, de luz, água, telefone, aluguel etc	()	()
Algum pagamento a prazo, por exemplo, fatura de cartão de crédito, prestação de carnê, etc.	()	()

14. Apenas para quem tem alguma dívida, como empréstimo pessoal ou consignado, microcrédito, financiamento, compras no cartão de crédito, uso de cheque especial (quem não tem nenhuma dívida vai pular esta):

Você e sua família têm um planejamento para o pagamento das dívidas?

SIM () NÃO ()